

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GABRIELA ALBANÁS COUTO

Aprendizagem social e formação humana no trabalho
cooperativo de catadores(as) em São Paulo

São Paulo

2012

GABRIELA ALBANÁS COUTO

Aprendizagem social e formação humana no trabalho
cooperativo de catadores(as) em São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área temática: Estado, Sociedade e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Di Pierro

São Paulo

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

374.8 Couto, Gabriela Albanás
C871a Aprendizagem social e formação humana no trabalho cooperativo de
catadores(as) em São Paulo / Gabriela Albanás Couto; orientação
Maria Clara Di Pierro. São Paulo: s.n., 2012.

150 p.; anexos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - -
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Aprendizagem social 2. Letramento 3. Cooperativismo 4.
Catadores de material reciclável I. Di Pierro, Maria Clara, orient.

Nome: COUTO, Gabriela Albanás

Título: Aprendizagem social e formação humana no trabalho cooperativo de catadores(as) em São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em: 11 de maio de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos e dedicatórias

Às pessoas que participaram desta caminhada dedico este trabalho. Sintam-se todas lembradas.

Agradeço de todo o coração às catadoras e catadores da Coopere, com quem convivi de muito perto ao longo da pesquisa de campo e que jamais serão esquecidos. Gostaria que este trabalho estivesse à altura de vocês.

À minha orientadora, professora Maria Clara, que acreditou em mim, dando-me a oportunidade de estudar em uma instituição de qualidade como a USP. Muito obrigada pela orientação acadêmica e pela sensibilidade com minhas questões pessoais. Aproveito para estender o agradecimento aos demais professores da FEUSP que enriqueceram minha trajetória: Celso Beisiegel, Claudia Vianna, Marilia Sposito, Pedro Jacobi e Sonia Kruppa. Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, responsáveis pela minha formação inicial, em especial à Ana (Baiana) Maria Borges de Souza, Ingrid Wiggers e Lucídio Bianchetti, por acreditarem em meu potencial desde o início da minha formação e por apoiarem meus sonhos. E à professora Jutta Gutberlet, da Universidade de Victoria, com quem me identifiquei profundamente, obrigada por toda a inspiração.

Agradeço com muito amor aos meus pais, Claudio e Rozi, pelos valores que me transmitiram e por todos os sacrifícios para garantir-nos uma boa formação. E aos meus irmãos Ana Luiza, Lucas e Bruno, de quem sinto muita saudade por esses anos longe de casa. Amo vocês!

Sou muito grata ainda ao meu querido Matthys, companheiro nos últimos seis meses, que me deu suporte na parte mais difícil, da escrita final da dissertação. Obrigada pela paciência, pelos chás de camomila e refeições coloridas e por sempre me tirar de casa depois de tantas horas de trabalho em frente ao computador. Teu apoio e carinho fizeram toda a diferença. *Ek is baie lief vir jou, my seuntjie!*

Ao amigo Carlos Eduardo Riqueti, pela torcida, pelo trabalho compartilhado, por sempre entender do que eu estava falando e por ver em mim muito mais coisas boas do que eu mesma poderia enxergar. Aos amigos da Igreja Batista dos Jardins pelas orações e por todo o carinho que sempre me deram. Em especial, às minhas amigas Bia (e todas as suas queridas irmãs!), Bete, Maria Graciela, Madalena, Milka e Yara, e ao Pastor

Gerson. À todas as colegas de trabalho do Instituto Paulo Freire, que me animaram e apoiaram na reta final.

Ao Luís Pereira, o “maluco do lixo”, amigo querido, obrigada por apresentar-me o mundo da reciclagem: “tchuco tchuco”! Aos catadores da Associação de Recicladores Esperança, de Florianópolis, meus primeiros professores de reciclagem, por me abrirem olhos para a sua luta diária por uma vida digna. E ao amigo Valdinei Marques, o Neiciclagem, a quem devo muito.

Ao Renê Ivo Gonçalves, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que me abriu as portas da Coopere. À Elisabeth Grimberg, do Instituto Pólis, primeira pessoa com quem conversei sobre essa pesquisa e que sempre me recebeu muito bem, abrindo espaço em sua concorrida agenda. E à Cleisa Rosa, que me aproximou da temática da população de rua quando esse fenômeno parecia totalmente incompreensível para mim.

Às educadoras da Coopere e posteriormente colegas de trabalho Arlete Izildinha, Mara e Rosires, por todo o profissionalismo e entrega que me inspiraram tantas vezes, e por terem contribuído com muitas informações importantes para a pesquisa (embora não tenham me concedido entrevista!). Aos demais colegas da Coopel: Bia (por cuidar de mim e do Má e por todas barrigadas!), Cristiano (pelo apoio emocional, amizade e confiança), Heidy (por sempre fazer o contraponto e me mostrar os outros lados da questão), Marta e Sonia (pelas ótimas conversas e conselhos). A todos os participantes do Programa Reviravolta, pela convivência nada fácil no dia a dia da reciclagem e por tudo o que vocês me ensinaram.

À Érica, professora de ginástica do CEPEUSP, pelos dois anos de convivência e muitos exercícios, que me proporcionaram muita alegria e uma saúde melhor. Aos sempre simpáticos funcionários da biblioteca da FEUSP e da secretaria da pós-graduação, em especial, Bruna, Claudio e Marcelo, por toda a paciência que tiveram comigo ao longo do mestrado.

À CAPES, que viabilizou os dois primeiros anos desta pesquisa por meio de bolsa de estudos.

E ao meu Deus, pois, sem Ele, nada disso seria possível!

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas.

Paulo Freire em
Educação como prática da liberdade.

Resumo

Estima-se que cerca de 800 mil pessoas vivam da atividade de catação de materiais recicláveis no Brasil. Apenas na cidade de São Paulo existem oficialmente 63 cooperativas de catadores organizados, além de diversos outros grupos e associações. São pessoas que encontraram nos materiais recicláveis uma alternativa para sua manutenção e, mais do que isso, uma nova maneira de se organizar política e coletivamente. Por reconhecer a relevância social e pedagógica de processos de formação entre grupos de pessoas pouco escolarizadas e em situação de maior vulnerabilidade social, procuramos conhecer os espaços de aprendizagem social que se configuram no interior de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, a Coopere-Centro, localizada na região central da cidade de São Paulo. O objetivo principal da pesquisa foi identificar quais conhecimentos estão presentes no trabalho dos catadores e, por outro lado, quais são suas demandas formativas. De natureza qualitativa, com abordagem etnográfica, a pesquisa empregou técnica de observação participante, com a pesquisadora convivendo e trabalhando com os catadores em suas diferentes funções dentro da cooperativa ao longo de sete meses de coleta de dados. Foram também realizadas três entrevistas semiestruturadas com coordenadores da cooperativa. Identificamos uma série de práticas de letramento, bem como uma atividade profissional complexa, repleta de significados e de valor social e pedagógico no cotidiano dos catadores organizados. Essa complexidade foi categorizada em quatro diferentes dimensões: técnica, coletiva, ambiental e política. Verificou-se que o trabalho na cooperativa de reciclagem, além de gerar renda, traz reflexos positivos na subjetividade dos catadores, em sua autoestima e autoimagem, e os ajuda a construir caminhos de luta por reconhecimento, dignidade e inclusão social. Deste modo, percebemos que trabalhar em uma cooperativa desenvolvendo atividades ligadas à reciclagem se configura em um importante processo educativo para estes sujeitos, porém, gera também demandas formativas que precisam ser atendidas em sua especificidade.

Palavras-chave: Aprendizagem social, cooperativismo, letramento, catadores de materiais recicláveis.

Abstract

Social learning and human development in the cooperative work of collectors in São Paulo

It is estimated that about 800,000 people are involved in the activity of collecting recyclable materials in Brazil. In the city of São Paulo alone, there are officially 63 organized recycling cooperatives, as well as several other groups and associations. These are people who have turned recyclable materials into an alternative for their livelihoods and, at the same time, a new way of organizing themselves politically and collectively. Recognizing the social and pedagogical importance of the formative processes among groups of people with little education and under a vulnerable social condition, this study sought to understand the social learning that occurs within a cooperative of recyclable material collectors, “Coopere-Centro”, located in downtown São Paulo. The main objective of the study was to identify both the knowledge present in the daily activities of the collectors’ work and their formative demands. This qualitative research takes an ethnographic approach and its main technique used was participant observation. The seven-month work with the collectors on a daily basis allowed the researcher to produce a field research diary. Also, three semi-structured interviews with the cooperative coordinators were conducted. The research identified not only a number of literacy practices in the everyday life at “Coopere” but also a complex activity among the organized collectors, characterized by a range of meanings and social/educational values. This complexity was categorized into four different dimensions: technical, collective, environmental and political. It was found that working with the recycling cooperative has brought to its members – apart from income generation –, a positive impact on their subjectivity, self-esteem and self-image, helping them to struggle for recognition, dignity and social inclusion. Thus, we come to the conclusion that the activities related to recycling, at a cooperative, configure an important educational process for those people. However, this activity also generates specific formative demands, which need to be fulfilled.

Keywords: Social learning, cooperativism, literacy, recyclable materials collectors.

Sumário

I. Introdução

1.1. Origem, percurso e metodologia da pesquisa.....	11
1.1.1. Associação de Recicladores Esperança: a experiência em Florianópolis...	11
1.1.2. O percurso da pesquisa	12
1.1.3. Reconfigurações do problema de pesquisa	17
1.1.4. Metodologia utilizada	20
1.2. Discussão teórica.....	25
1.2.1. Desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.....	26
1.2.2. Educação Popular, empoderamento e economia solidária.....	29
1.2.3. Escolarização e habilidades letradas	32
1.2.4. Educação e trabalho: saberes da prática	36

Capítulo II

Catadores de materiais recicláveis: seres invisíveis?

2.1. Vidas desperdiçadas: um dos lados da moeda	41
2.2. Agentes ambientais e econômicos	46
2.3. A luta por reconhecimento social, político e econômico	49
2.3.1. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis	51
2.4. Catadores e catadoras na cidade de São Paulo	53
2.4.1. Programa Catadores de Materiais Recicláveis e Pessoas em Situação de Rua	55
2.4.2. A Coopere-Centro	60

Capítulo III

Aprendizagem social e formação humana na cooperativa

3.1. Acolhida da pesquisadora	65
3.2. Cotidiano na Cooperativa	70

3.3. Esteira: trabalho árduo e socialização	83
3.4. Gestão e autogestão	87
3.5. Escolarização, letramento e formação para o trabalho	94
3.6. Relação com o poder público e com a sociedade	107

Capítulo IV

A complexidade do trabalho dos catadores

4.1. A dimensão técnica	112
4.2. A dimensão coletiva.....	117
4.3. A dimensão ambiental	125
4.4. A dimensão política	128

V. Considerações finais

.....5.4. Indicações de políticas públicas de formação para adultos em situação de vulnerabilidade social e/ou em contexto de cooperativismo e autogestão	138
---	-----

IV. Referências.....

VII. Anexos.....

I. INTRODUÇÃO:

1.1. Origem, percurso e metodologia da pesquisa

1.1.1. Associação de Recicladores Esperança: a experiência em Florianópolis

No ano de 2005, por conta de um dos estágios curriculares do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, tive meu primeiro contato com um grupo de catadores. Primeiramente, a disciplina Educação e Trabalho¹, trouxe aos estudantes a possibilidade de entrevistarem trabalhadores cujas profissões, desvalorizadas socialmente, rendem-lhes o status de “profissionais invisíveis”, conforme aponta a literatura (Costa, 2004). Na ocasião, realizei a entrevista com um gari, que já havia sido catador. Ele apresentou-me à associação de recicladores² que ajudou a fundar, a AREsp – Associação de Recicladores Esperança – onde, posteriormente, fui desenvolver o estágio em Orientação Educacional.

Nosso objetivo³ com o estágio era aproximar a Universidade da realidade daquelas pessoas e utilizar ferramentas científicas para captar quais seriam suas necessidades mais prementes no campo da formação que, ingenuamente, pensávamos ser apenas alfabetização. Descobrimos logo de início que esta não seria tarefa fácil, pois, em um breve levantamento feito, constatamos que muitos tinham dificuldade até mesmo em fornecer dados pessoais básicos, como data e local de nascimento e endereço completo. Além disso, questões subjetivas, como as de autoestima, estavam muito presentes quando perguntávamos sobre sonhos, identidade profissional e relação com a escola.

Percebemos que a proposta inicial do estágio – a realização de um curso de alfabetização inspirado na experiência de Paulo Freire nas “40 horas de Angicos”⁴ – só seria

¹ Disciplina obrigatória que compunha o currículo da habilitação em Orientação Educacional, oferecida no sétimo período do curso de graduação, na ocasião ministrada pelo Prof. Dr. Lucídio Bianchetti.

² O termo *recicladores* é utilizado aqui em preferência a catadores porque este grupo não fazia a coleta, apenas a triagem do material doado pela prefeitura, embora de acordo com o Catálogo Brasileiro de Ocupações, reciclador e catador sejam termos usados para designar a mesma atividade.

³ O estágio foi desenvolvido em dupla com outra estudante de Pedagogia.

⁴ Em janeiro de 1963 foi realizada na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, a experiência de Alfabetização de Adultos pelo sistema Paulo Freire, que o projetou a todo o país.

possível depois que nos aproximássemos, e muito, da realidade de vida e trabalho daquele grupo. Sentíamos não ter legitimidade, éramos as “estrangeiras”, nada sabíamos sobre reciclagem nem sobre os motivos pelos quais aquelas pessoas haviam chegado à Associação. Assim, eles foram nossos professores, os responsáveis pela nossa socialização em seu mundo, e nós suas aprendizes.

Das atividades propostas, algumas realizaram-se, e outras foram surgindo à medida que convivíamos com eles, trabalhando junto na separação dos materiais e assim captávamos seus desejos e demandas. No entanto, esse trabalho deixou muitas questões a serem desvendadas, dissecadas, apreendidas. Nossos professores da reciclagem deixaram-nos com sede de conhecimento da sua realidade, dos seus ensinamentos. Esta pesquisa é uma reaproximação ao tema, em outro momento e contexto, e, principalmente a busca por respostas às perguntas surgidas naquela época.

1.1.2. O percurso da pesquisa

Esta pesquisa foi inicialmente intitulada *Para ler o lixo: alfabetização de catadores de materiais recicláveis no município de São Paulo* e com ela eu pretendia observar e analisar a interferência da *escolarização* na aquisição de habilidades de leitura, escrita e cálculo na vida de catadores de materiais recicláveis. Meu olhar estava voltado para dois eixos principais: processos de socialização vivenciados no trabalho em cooperativas de reciclagem e o papel da escolarização no desenvolvimento pessoal e profissional das catadoras e dos catadores. Desta forma, um dos pressupostos era de que os sujeitos teriam motivação e sentiam necessidade de retomar os estudos interrompidos ou, ainda, de iniciarem um processo de escolarização, no caso daqueles que não tivessem frequentado a escola. Acreditava que a escolarização era uma demanda efetiva e imprescindível à melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos catadores. E, se ela teria papel importante na vida destes trabalhadores, com certeza haveria iniciativas do poder público para atender a essa demanda. Por isso havia pensado em estudar cursos de alfabetização voltados para os catadores.

Para a consecução desses objetivos foram dados alguns passos. Considerando a existência de um movimento social representativo da categoria em questão, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cuja Secretaria Nacional situa-se

na cidade de São Paulo, busquei junto ao Movimento os primeiros dados sobre escolarização entre os catadores. Nessa ocasião, fui informada de que houve uma parceria com o Programa Mova-Brasil entre 2007 e 2008. A iniciativa foi avaliada positivamente pelo MNCR, tendo maior incidência em cidades do interior, onde havia menos empecilhos para a sua realização, como os existentes na capital, tais como questões de deslocamento, concorrência com outras atividades sociais, maior facilidade de acesso a drogas, pessoas sem vínculo familiar etc. – alguns problemas recorrentes na metrópole que não se reproduzem, muitas vezes, na realidade das pequenas cidades do interior, ainda que em muitas delas sejam fracas as ações do poder público na garantia de salário e emprego para a população. No entanto, embora fosse de grande valia para o Movimento, o projeto não foi adiante por falta de patrocínio. À época da visita, os dados do Movimento não computavam a existência de outros projetos dessa natureza ocorrendo entre os grupos de catadores de São Paulo, cidade onde nos propusemos a realizar a pesquisa.

Com base nessas informações, buscamos saber da organização do Mova⁵ São Paulo se em algumas de suas salas haveria catadores matriculados, o que também não se confirmou.

Entre tentativas de contatos telefônicos e via e-mail com algumas entidades, como a Secretaria Municipal de Educação, o Instituto Paulo Freire e o Projeto Coleta Seletiva Brasil-Canadá, também não houve informação que confirmasse a existência de salas de aula para alfabetização de catadores. Ao final do primeiro ano de mestrado (2009) participei da primeira edição da Expocatadores⁶ e passei a frequentar as reuniões do Fórum de Debates sobre População em Situação de Rua⁷ e do Grupo de Trabalho Coleta Seletiva Solidária (GTCSS), dois espaços que suscitaram rica troca de ideias e me aproximaram mais da realidade que estava sendo pesquisada.

Segundo estudo coordenado por Grimberg, em 2007 a cidade de São Paulo tinha cerca de vinte mil catadores distribuídos em cooperativas, pequenas associações, sucateiros e

⁵ O MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – é “uma estratégia de parceria entre governos e organizações da sociedade civil com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos e promover a participação social. A experiência pioneira data do período em que Paulo Freire foi secretário de Educação do Município de São Paulo (1989-1992)” (DI PIERRO, 2008). O Mova-Brasil, por sua vez, é um projeto específico inspirado no MOVA e coordenado pelo Instituto Paulo Freire.

⁶ A Expocatadores é um evento voltado para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis da América Latina e Caribe e demais atores com interesse no tema, sendo subdividida entre (I) Encontro Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis, (II) seminário estratégico e (III) feira para exposições de projetos ligados à promoção da coleta seletiva solidária, de máquinas e equipamentos e dos serviços desenvolvidos pelas organizações de catadores. Teve sua primeira edição em outubro de 2009 e a segunda em dezembro de 2010, em São Paulo.

⁷ O Fórum de Debates sobre a População em Situação de Rua era uma iniciativa de grupos e pessoas interessadas em discutir e sugerir políticas públicas para esta população, sendo formado por estudantes, pesquisadores e entidades ligadas à assistência social, igrejas e movimentos sociais.

catadores “avulsos” (que trabalham sozinhos, na informalidade). Considerando a complexidade e diversidade da metrópole, minha orientadora e eu tivemos de realizar sucessivos recortes até chegar à escolha da primeira categoria: catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas e/ou associações na região central da cidade de São Paulo. O principal motivo da escolha deste território é o fato de podermos associar a atividade da catação com a questão da situação de rua. Autores como Rosa (2005) e Varanda (2003 e 2009) nos chamam a atenção para a proximidade entre o fenômeno da situação de rua e a atividade da catação, bem como para as distintas formas de inserção na rua vividas por estes sujeitos. Assim, “quando se considera que a categoria “população de rua” envolve *ficar, estar e ser* da rua, é possível problematizar a situação de trabalhadores que estão em diferentes momentos de um processo” (ROSA, 2005, p. 66). A expressão “população em situação de rua” seria, portanto, “a mais apropriada para designar uma situação de passagem, provisória” e contemplaria a heterogeneidade que caracteriza essa condição (ROSA, 2005, p. 66).

De acordo com a contagem do primeiro censo da população de rua realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em 2009 foram contabilizadas 13.666 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo (SCHOR; VIEIRA, 2009)⁸. A situação de moradia foi utilizada, portanto, como categoria importante nesta pesquisa. Por meio dela é possível esboçar uma figura do catador da região central – alguém cuja história, permeada por rupturas (com o local de nascimento e criação, a família, o trabalho e a sociedade e suas regras), se reflete diretamente na incorporação ou não dos valores do trabalho organizado, cooperativado. Embora alguns catadores da cooperativa em que realizamos o estudo vivessem em casas próprias (geralmente de algum parente próximo), a grande maioria possuía situação de moradia precária: viviam em cortiços, favelas, ocupações, pensões, centros de acolhida (albergues, hotel social etc.) e, em casos extremos, em praças e viadutos da região central.

Definido o recorte geográfico, restava saber, exatamente, com que grupo a pesquisa seria realizada. Esta etapa foi um tanto quanto demorada, visto que eu possuía poucos contatos na cidade e muitas eram as possibilidades. Após conhecer algumas cooperativas da região central por meio do GTCSS e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGG), chegamos aos dois grupos com os quais trabalhamos: *Coorpel e Coopere*.

Um primeiro contato já havia sido estabelecido no Coorpel no primeiro semestre de 2009, por mediação de uma informante-chave da pesquisa, quando esta ainda estava em fase exploratória. Como uma etapa desta fase, desenvolvi na Coorpel uma observação participante

⁸ Em 2011 este censo foi refeito, porém os dados ainda não haviam sido publicados até o encerramento desta pesquisa.

mais pontual, que consistiu em três períodos de trabalho nas mesas de triagem. Testei também um instrumental (vide Anexo 5) com dez catadores. Ambas ações serviram de base para o redirecionamento de algumas questões de pesquisa. A observação revelou a dificuldade em realizar a pesquisa naquele local por conta da dinâmica e ritmo de trabalho dos sujeitos: raramente tinham tempo ou desejavam responder as perguntas, o que colocava à prova a legitimidade da pesquisa. O mal estar causado pela quase nenhuma adesão dos catadores à proposta foi um fator inibidor da pesquisa de campo naquele momento. Segue um trecho de um dos primeiros registros da experiência na Cooprel, escrito em 1º de junho de 2009:

Não me senti hostilizada nem desprezada pelos catadores, mas senti imensa culpa por estar ali, por existir, pelo meu sapato e roupas (cuidadosamente escolhidos para não chamar sua atenção), pela barriga cheia. Por algumas horas senti raiva, culpa, medo. Medo de não conseguir voltar lá. Medo de a pesquisa não fazer sentido, de não servir para nada. Medo de ser incompetente na tentativa de traduzir sua vida, seus sentimentos, sua dor, seu prazer, seus sentidos. Quem sou eu para pretender realizar essa tarefa? Estou à altura deles para tal?

Assim, apenas no início de 2010, por meio do apoio do CGG, retomei a pesquisa de campo. O Centro Gaspar Garcia desenvolvia há 15 anos o *Programa Catadores de Materiais Recicláveis e Pessoas em Situação de Rua* (posteriormente renomeado “Programa Reviravolta da População em Situação de Rua”). O programa, naquela época, organizava a Associação de Catadores Cooprel e prestava apoio técnico e social à outra grande cooperativa localizada na região central: a Coopere. Em maio de 2010 passei a frequentar esta última duas vezes por semana ao longo de sete meses. Além disso, retomei o contato com a Cooprel por conta do processo de organização da associação de carroceiros em cooperativa, o que gerava uma agenda de reuniões semanais onde foi possível a minha entrada e intervenção, visto que fui convidada pelo CGG a fazer os registros deste processo. Desta feita, passei a cumprir uma rotina de três dias semanais envolvida nas atividades de pesquisa de campo, que se desenvolveu nesse ritmo entre maio e agosto de 2010, diminuindo a frequência para uma vez por semana nos meses de setembro e outubro. Entre novembro e dezembro de 2010 dediquei-me a uma pesquisa sobre os hábitos de consumo dos cooperados, trabalho desenvolvido em parceria com o doutorando da Faculdade de Educação da USP, Carlos Eduardo Riqueti, para o curso de Metodologias Qualitativas, ministrado pela professora visitante Jutta Gutberlet, da

Universidade de Victoria, Canadá. Para esta pesquisa foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas acompanhadas de questionário fechado e um grupo focal com 16 participantes. Em dezembro, alguns dias antes do Natal, fizemos o encerramento “oficial” da pesquisa no auditório da cooperativa, na presença dos 100 cooperados, com um discurso de agradecimento.

Em abril de 2011, após a finalização da pesquisa de campo na Coopere e tendo se encerrado a vigência da bolsa de estudos que viabilizou a dedicação integral à pesquisa nos dois primeiros anos do mestrado, fui contratada pelo CGG para trabalhar no *Programa Catadores de Materiais Recicláveis e Pessoas em Situação de Rua*, em fase de reestruturação. Atuando como educadora em um regime de trabalho de 40 horas semanais junto à população em situação de rua e à equipe do programa, passei a realizar novas reflexões sobre o tema, lançando um olhar diferenciado sobre os fenômenos observados, não mais apenas como pesquisadora, mas agora como educadora do programa. Como este trabalho teve início em etapa posterior à da coleta de dados, e concomitantemente à análise dos mesmos e redação final do trabalho, vale destacar as influências que sofri em termos de observação e de discurso. Ademais, todas as informações e reflexões obtidas no cotidiano desta etapa evocaram novas questões metodológicas e problemas éticos, que tentarei resolver com coerência, transparência e sensibilidade.

Buscarei ao longo da dissertação deixar transparecer aspectos da minha reflexividade e relação com o tema e, especialmente, com os participantes da pesquisa. Trabalhar como educadora junto a esse público ampliou sobremaneira minha visão sobre o fenômeno da população em situação de rua, o difícil caminho percorrido pelos catadores da Coopere até chegarem à cooperativa, as políticas públicas de geração de trabalho e renda para esta população e a sua relação com o mundo da reciclagem, e, ainda, sobre as propostas e respostas do poder público, especialmente o municipal, para todas estas questões.

1.1.3. Reconfigurações do problema de pesquisa

Do projeto original à pesquisa de campo, várias reformulações do problema central foram sendo desenhadas no sentido de encontrar uma boa pergunta que ajustasse o foco do trabalho e, ao mesmo tempo, nos permitisse realizar um estudo com legitimidade científica e relevância social. Essas duas preocupações estiveram sempre presentes e orientaram todo o processo.

Como já explicado anteriormente, no início pensava que encontraria classes de alfabetização para catadores, o que fora invalidado mediante pesquisa exploratória. No entanto, percebi que embora os sujeitos não participassem de processos escolarizados de formação, eles demonstravam níveis distintos de letramento por meio de práticas letradas no cotidiano do trabalho, inclusive e principalmente no contato com o material que coletam e separam. Por isso, uma nova hipótese foi lançada, a de que o trabalho com materiais recicláveis favoreceria o letramento em seu sentido mais amplo, o que se confirmou no decorrer da pesquisa. No entanto, minha orientadora e eu percebemos que sua investigação pressuporia uma gama de conhecimentos específicos do campo da linguística, por exemplo, que fugiam da nossa formação, e afastariam o estudo do campo teórico e prático das políticas públicas educacionais e sociais. Além disso, com o início da pesquisa de campo na Coopere, novas nuances do trabalho dos catadores organizados foram sendo percebidas, e passei então a focar a questão da *aprendizagem social* nas cooperativas de catadores.

A partir da experiência com os catadores em Florianópolis, de leituras realizadas sobre o tema e da pesquisa exploratória, foram elaboradas cinco hipóteses para este estudo:

1. Os sujeitos possuem baixa escolaridade;
2. Catadoras e catadores não têm tempo para frequentar uma escola por causa de sua jornada de trabalho (trabalham por produção);
3. Seu trabalho requer determinado tipo de saber específico;
4. A educação escolar de jovens e adultos, como configurada na atualidade, não estaria adequada para atender a esse público (horários, conteúdos etc.);
5. A ampliação das oportunidades de formação para os catadores traria consequências positivas para o grupo (cooperativa ou associação).

Com base nas hipóteses iniciais o problema de pesquisa foi reformulado ao longo do tempo, considerando os novos dados que se mostravam durante o percurso. Podemos compreender esse processo em três momentos:

A) Escola – No primeiro momento, a hipótese era de que a alfabetização proporcionaria a estes sujeitos uma ampliação das possibilidades de desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, tanto no âmbito pessoal como no profissional. Algumas questões desenharam-se: de que forma ser alfabetizado e/ou letrado potencializaria o trabalho do catador? Saber ler, escrever, calcular interferiria em sua visão de mundo? Fortaleceria sua identidade profissional? Programas de alfabetização de catadores contribuem para a construção de uma consciência ambiental e cidadã de seus participantes?

Com foco na *escolarização* buscamos saber se este fator interferiria no trabalho propriamente dito e na organização política dos catadores. A hipótese de que “a escolaridade interfere de forma positiva” nessas questões norteava a pesquisa. Diante da inexistência de uma modalidade de ensino escolar que atendesse as expectativas da pesquisa, mudamos o foco para a questão do letramento entre os catadores.

B) Letramento – As observações e estudos iniciais mostraram que a escola é uma instituição com a qual os catadores têm pouco ou nenhum contato, por isso, estudar como ela se articulava ao seu cotidiano foi perdendo o sentido. Ademais, pude observar na pesquisa piloto na Coopel muitas práticas sociais de leitura e escrita, devido ao acesso dos catadores e catadoras a materiais impressos no cotidiano do trabalho com o “lixo”⁹, no caso da leitura, e por demandas do próprio trabalho, no caso da escrita. Muitos materiais destinados à reciclagem proporcionavam aos catadores o contato com o mundo letrado. Da mesma forma vi que aproveitavam livros didáticos, de literatura infanto-juvenil, atlas e dicionários para levar aos filhos em idade escolar. Também observei que algumas funções dentro da Associação Coopel requeriam capacidade de escrita dos catadores, por exemplo, para o controle de estoque, pesagem, emissão de notas e comandas etc. – tarefas muitas vezes realizadas por educadores e não pelos próprios catadores. Assim, decidimos deslocar o foco da questão da escolaridade para a do *letramento* no trabalho e como estratégia de sobrevivência nos centros urbanos, em uma sociedade grafocêntrica, na qual o “iletrado” acaba como que “desenraizado” (COSTA, 2008, p. 356). As perguntas de pesquisa passaram a ser direcionadas para os eventos de letramento: quais seriam as práticas sociais de leitura e escrita disponíveis aos catadores de materiais recicláveis em sua atividade profissional que lhes possibilitavam inclusão e participação na sociedade? Quais os níveis de letramento encontrados entre os catadores?

⁹ Utilizarei a palavra “lixo” entre aspas, pois o que comumente é assim chamado é tratado como matéria-prima pelos catadores. Assim, darei preferência, sempre que possível, ao termo “materiais recicláveis”.

C) Saberes do trabalho – Com o início da pesquisa de campo no primeiro semestre de 2010, percebi a dificuldade em trabalhar com conceitos do território da linguística, ferramenta requerida caso fôssemos estudar os diferentes níveis de letramento entre os catadores. Seria algo intangível devido a limitações teóricas e temporais. Mais uma vez a problemática de pesquisa teve de ser redesenhada. Nesse terceiro momento outras possibilidades de investigação foram modelando-se, pois o convívio mais próximo aos catadores revelou que eventos de letramento acontecem o tempo todo na cooperativa, porém, algo mostrou-se ainda mais valioso: a relação entre ensino e aprendizagem, quem ensina e como e quem aprende e como no interior de uma cooperativa de reciclagem. As hipóteses e perguntas ganharam novas cores, algumas respostas e muitas outras perguntas. Chegamos a seguinte questão:

Considerando o potencial educativo do trabalho dos catadores, que conhecimentos e saberes específicos estão presentes nesta atividade e quais suas principais necessidades formativas, considerando questões educacionais, políticas e ambientais?

E desta questão derivaram-se perguntas que foram trabalhadas como objetivos específicos da pesquisa:

1. Que habilidades de leitura, escrita e cálculo são demandadas pela atividade de catador? Que estratégias os sujeitos utilizam para driblar eventuais dificuldades em responder a essas demandas de letramento?
2. Que materiais (impressos e digitais) estão presentes no cotidiano do trabalho do catador e como ele se utiliza desses materiais para “praticar” a leitura?
3. Qual a demanda desse grupo por estudo/escolarização? Que possibilidades efetivamente existem em seu cotidiano para a sua (re)inserção no sistema de ensino? Que alternativas poderiam ser pensadas para atender a este grupo?

Mediante este processo, conseguimos sintetizar nossas questões em uma hipótese central: a de que o trabalho do catador de materiais recicláveis possui uma complexidade interna que ultrapassa os limites da coleta e comercialização de materiais recicláveis, ao contrário, esta é uma atividade repleta de conhecimentos e saberes específicos que se complexificam à medida que os trabalhadores se organizam em cooperativas e associações e

passam a gerir seu próprio negócio. Este processo não é simples, em especial quando vivido por pessoas que tiveram negado seu direito à educação e cuja trajetória de exclusão e de rupturas se apresenta muitas vezes como a maior dificuldade para a sua reinserção social, entendida aqui como restabelecimento de vínculos e inclusão na rede de serviços, entre eles, a escola. Assim, a educação configuraria, do ponto de vista social, uma peça importante na relação entre estes sujeitos e seus pares, e representaria, do ponto de vista pessoal, uma estratégia de desenvolvimento cultural no meio em que vivem.

1.1.4. Metodologia utilizada

De acordo com os objetivos propostos, adotei a *abordagem qualitativa*, que privilegia a análise de micro processos, conforme Martins (2004, p. 290), e, para apreender os fenômenos descritos optei por realizar um *estudo de caso*. Dentre as possibilidades de uso do estudo de caso, utilizei o de *tipo etnográfico*, pois se evidenciou a necessidade do contato prolongado com o ambiente a ser investigado. De acordo com André, este tipo de estudo possibilita “uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa, composta de múltiplas variáveis”, além de permitir “retratar situações da vida real, sem prejuízo de sua complexidade e de sua dinâmica natural” (ANDRÉ, 2005, p. 33-34).

Utilizando, portanto, o estudo de caso etnográfico, observamos características físicas do ambiente (localização, organização espacial, materiais e ferramentas de trabalho utilizadas pelos catadores etc.) e aspectos mais subjetivos, como, por exemplo, a qualidade das relações de trabalho entre as catadoras e catadores, a dinâmica do cotidiano na cooperativa, sua organização administrativa, regras do grupo, as relações de poder etc. Para tanto, escolhi como ferramenta de pesquisa a *observação participante*, que permite não apenas olhar a realidade de perto, mas também demorar-se nela para captar os processos de forma integrada e orgânica, não pontual. Era importante estar presente na cooperativa em diferentes momentos: nos dias de sol e calor; quando venta muito e todo o pó do lixo é jogado nos recicladores; nos dias de chuva forte, quando o pátio alaga e o material fica muito molhado e pesado; nos dias de umidade e garoa fina, quando o frio cortante parece congelar os membros do corpo; no dia do pagamento, quando todos estão na expectativa de receber sua retirada; em datas comemorativas e eventos especiais, como dia das mães, dia das crianças, eleições

governamentais, Copa do Mundo etc. Enfim, para ter-se uma visão do todo e conseguir compreender as relações existentes nos grupos, era preciso passar bastante tempo observando, trabalhando junto, conversando e, principalmente, ouvindo.

Considere importante, também, pensar em formas de devolutiva da pesquisa para os sujeitos. Deste modo, pretendo levar os resultados das análises para a discussão coletiva com os catadores da Coopere, utilizando metodologias participativas e dialógicas, como um “Círculo de Cultura” (FREIRE, 1982, p. 102-103), por exemplo, em que todos possam expressar-se diante do tema em discussão e, partir daí, construir propostas de intervenção política e também prática, para a melhoria do cotidiano do trabalho na cooperativa.

Três eixos investigativos foram observados ao longo da pesquisa:

1. Processos: percepção de como os fenômenos são produzidos pela ação dos sujeitos, como aprendem e como repassam o conhecimento no trabalho.

2. Linguagem: percepção dos discursos produzidos sobre e pelo grupo, na relação entre eles e a pesquisadora, e das diferentes formas de comunicação utilizadas pelos sujeitos (linguagem oral e corporal, vocabulário popular, preferências musicais, gírias, códigos, palavrões etc.);

3. Subjetividade e reflexividade: como se dá a relação entre pesquisadora e “pesquisados”, reconhecimento das relações de poder existentes nessa relação; autopercepção da pesquisadora em relação ao grupo pesquisado.

Os três eixos apresentados serviram de base para a descrição e a análise realizadas, e, além da observação participante, outras estratégias de pesquisa foram utilizadas: entrevistas semiestruturadas, registro em caderno de pesquisa (diário de campo), análise documental, registro fotográfico e revisão de bibliografia.

Observação participante:

A escolha da metodologia sobre a qual se desenvolve uma pesquisa reflete a visão de mundo e as opções teóricas e políticas do pesquisador. Desta forma, a observação participante

foi escolhida como método principal neste estudo, pois demarca alteridade e empatia para com os sujeitos envolvidos, no objetivo de

[o]lhar a opressão perto dos oprimidos, perto o bastante para estimar o que se vê do lugar deles. Estimar o que os outros veem nunca será coincidir com os olhos deles. A compreensão mais segura vai sempre depender de ouvi-los. Não pede adesão irrefletida às opiniões do oprimido, mas alguma passagem para o lugar onde forma suas opiniões. Desde então, pede para dali formar minhas opiniões, dali desse lugar que não é o meu, não é o lugar do outro, mas um lugar intermediário, feito de quem saiu do seu e foi sentar-se em lugar estranho, ao lado de um nativo. Sentar-se ao lado traz conversa entre cidadãos e o gosto pela opinião dos outros. E o fim da conversa é o começo de outras. Nem sempre os nativos, para falar, precisam que nos sentemos ao lado deles: mas nós, para ouvi-los, precisamos sempre¹⁰.

Ouvir o outro e aproximar-se de sua realidade é o objetivo da observação participante que, para ser bem sucedida, requer que o pesquisador dedique um longo período de tempo para realizá-la.

Procedimentos de pesquisa:

- A) Diário de campo – Este instrumento foi essencial para registrar as observações realizadas no campo e as ideias que surgiram durante a observação. Vianna afirma que “a observação em que os sentidos (visão e audição) e o espírito estão em alerta, pode oferecer valiosos *insights* e informações indispensáveis para a coleta de dados significativos em momentos subsequentes do trabalho” (Vianna, 2007, p. 48). No entanto, essas observações carecem de registro, e quanto mais descritivo, melhor será o material para as análises posteriores. O que ocorre na observação participante, muitas vezes, é a dificuldade em registrar algo no momento em que se faz a observação. Durante o trabalho com os catadores na esteira, por exemplo, era praticamente impossível parar para escrever qualquer coisa. A ideia de deixar um gravador ligado enquanto trabalhava com eles também foi logo descartada (não seria ético gravar sem autorização; gravar com seu consentimento não seria natural; ademais, o barulho da esteira atrapalharia toda a gravação). A relação com o campo, que será descrita mais adiante, foi, portanto, a mais natural possível, no sentido de

¹⁰ José de Moura Gonçalves Filho no prefácio de Costa (2004, p. 47).

que pouco ou nenhum artifício foi utilizado para capturar as falas durante a observação. Foi preciso atenção redobrada e ouvidos atentos para evitar que as informações se perdessem na hora de registrá-las no diário de campo. Cabe esclarecer que quando eu assumia um lugar na esteira de triagem, local em que passei a maior parte da observação, era necessário deslocar um cooperado, o que me gerava um problema: eu tinha que dar conta da pesquisa e, ao mesmo tempo, trabalhar duro na triagem dos materiais para não prejudicar a produtividade do grupo. Por isso, para auxiliar na recuperação da observação, criei uma ficha de observação diária (vide Anexo 6) que era preenchida após o término das atividades de cada dia antes mesmo que eu deixasse o local, para evitar maiores prejuízos ao registro. Além disso, fiz um registro livre em um diário de campo, onde anotei conversas, questões, ideias e situações ocorridas que pudessem servir de material de pesquisa.

A) Entrevistas: Foram realizadas ao todo quatro entrevistas: três com catadores (um coordenador e uma coordenadora da Coopere e uma liderança da Coopel) e uma com uma técnica, especialista no tema. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, embora na dissertação estejamos utilizando apenas trechos. Cada entrevistado recebeu uma cópia da transcrição da entrevista, que foi lida com ele (no caso dos catadores), e assinou um termo de consentimento e de doação da entrevista, cujo modelo consta no Anexo 3. A entrevista com a técnica serviu de base para alguns dos argumentos desenvolvidos ao longo do texto, mas não foi citada literalmente. Havíamos planejado entrevistar as três educadoras que trabalham na Coopere (em uma entrevista coletiva) e o representante do CGG, mas não conseguimos articular com eles um momento para tal. No caso das educadoras, fizemos diversas tentativas, mas nunca conseguimos conciliar as agendas. Com relação aos critérios de escolha dos catadores, havia pensado inicialmente em entrevistar os cinco coordenadores da Coopere, mais duas lideranças da Coopel, além de dois “catadores leitores” que identifiquei durante a pesquisa. No entanto, por conta da dinâmica dos coordenadores e de problemas internos na Coopel, não consegui realizar as entrevistas previstas. As entrevistas com os catadores leitores não foram feitas durante a

pesquisa de campo e a ideia foi abandonada após a qualificação, por orientação da banca.

- B) Revisão de bibliografia: Para este estudo, com o auxílio da minha orientadora selecionei a bibliografia pertinente ao assunto, considerando publicações recentes sobre catadores de materiais recicláveis que dessem conta dos tópicos a serem desenvolvidos (caracterização dos sujeitos, relação com a economia e o meio ambiente e necessidades formativas para o trabalho). Também trabalhei com as teorias do letramento, utilizando estudos de autores que são referência na área. E, por fim, elencamos autores que relacionam temas como desenvolvimento, sustentabilidade, economia solidária e educação. Boa parte das leituras foi realizada nas cinco disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Educação cursadas ao longo mestrado.
- C) Análise documental – Tive acesso aos bancos de dados dos dois grupos que participaram da pesquisa. Outros materiais serviram de apoio: atas de reuniões, estatuto e documento de normatização da cooperativa, papéis que remontam o histórico do programa, documentos dos órgãos públicos sobre a coleta seletiva em São Paulo, publicações do site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- D) Registro fotográfico – O uso deste tipo de registro na pesquisa de campo demanda muita cautela, pois não se quer reforçar o local da pesquisa como “algo exótico”. Por isso, antes de realizá-lo, procurei conversar sobre essa questão e esclarecer em que condições se daria o uso das fotografias. Os responsáveis pelos grupos fotografados assinaram um termo de consentimento e de autorização de uso das imagens para fins de pesquisa, que conta no Anexo 2. Nas ocasiões em que esta metodologia foi utilizada, foram respeitados os limites impostos pelos sujeitos. Nenhuma fotografia foi obtida sem autorização prévia dos cooperados, incluindo aquelas em que não aparecem pessoas, apenas o espaço físico. Entendemos este cuidado como

uma característica ética da pesquisa qualitativa, pois a boa relação com o campo é o que definirá parte do sucesso da pesquisa. Fotografar não é tarefa simples, requer responsabilidade e comprometimento. Segundo Costa (2004, p. 215):

A visão de uma fotografia carrega consigo o olhar de quem vê as figuras fotografadas, carrega o que informa nossa percepção: carrega sentimentos e interpretações nossos, carrega a perspectiva pela qual vemos o outro segundo nossa situação no mundo, segundo até mesmo nosso lugar social, nosso lugar de classe.

Da mesma forma, o artista plástico Vik Muniz, ao fotografar os catadores do aterro sanitário de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, aponta para a delicada questão de utilizar a fotografia em um contexto tão difícil. O artista questionou a legitimidade de seu trabalho por perceber-se em um conflito de classes.

Que direito eu tinha de me expressar por meio daquele lixo, diante daquele cenário, daquelas pessoas? Tinha de incorporá-las, de me aproximar delas, de trazê-las para mim, de encontrar um jeito de, fotografando-as, encaixá-las no que pretendia desenvolver [uma série de fotografias dos catadores de Gramacho]. (MUNIZ, 2009, p. 638).

Essa problemática permeou todas as minhas questões de pesquisa e tornou-se uma constante quando da reflexividade no trabalho de campo.

1.2. Discussão teórica:

Para compreender e analisar os diversos vieses que produzem o objeto desse estudo como fenômeno social, buscamos na literatura de diferentes campos das ciências humanas alguns conceitos-chave importantes a uma discussão interdisciplinar, organizada em quatro eixos teóricos que fundamentaram a análise dos dados: 1) desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável; 2) educação popular, empoderamento e economia solidária; 3) escolarização e habilidades letradas e 4) educação e trabalho.

1.2.1. Desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável

Ignacy Sachs (2008) abre o primeiro capítulo da obra *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado* com um diálogo retirado do livro *Alice nos Países das Maravilhas*, de Lewis Carroll: “*Você poderia me dizer, por favor, por qual caminho devo seguir agora?*”, perguntou ela. “*Isso depende muito de aonde você quer ir*”, respondeu o gato. Este diálogo representa a questão central da discussão em torno da temática do desenvolvimento. Ele não é um fim em si mesmo, mas um caminho a ser percorrido, pelo entrelaçamento de variáveis não apenas econômicas, mas sociais, políticas e ambientais.

A discussão sobre desenvolvimento está presente na literatura acadêmica e nas iniciativas políticas há algumas décadas, mais especificamente desde o pós-II Guerra Mundial e a consequente criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Um marco da produção sobre o tema do desenvolvimento no Brasil pode ser considerada a obra de Celso Furtado, *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), em que o autor fez uma análise crítica dos processos de desenvolvimento de países até então pensados como “centrais” e “periféricos”. O modelo de desenvolvimento econômico dos países considerados, à época, centrais, passou a ser exportado aos demais países. Veiga (2008, p. 29), baseado em Furtado, faz uma síntese do que seria o mito do desenvolvimento:

Os padrões de consumo da minoria da humanidade que atualmente vive nos países altamente industrializados poderão ser acessíveis às grandes massas da população em rápida expansão que formam a periferia. Essa ideia constitui, seguramente, um prolongamento do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa.

Sachs (2008) e outros autores mostram como este mito, que tentava promover a “expição e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as nações metropolitanas e sua antiga periferia colonial” (SACHS, 2008, p. 13), precisa ser desconstruído.

A contribuição de Furtado para a discussão do desenvolvimento econômico, ao diferenciá-lo de “crescimento econômico” encontra eco na obra de Sen, que afirma que para haver desenvolvimento, é necessário que sejam garantidas as liberdades. Sen (2000, p. 52) explica que sua tentativa é mostrar o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Ele afirma que para haver desenvolvimento é preciso que se eliminem as privações que as pessoas, de diferentes classes sociais, sofrem: privação de liberdades políticas e de direitos civis básicos, opressões, além de privações

físicas, como a falta de alimento, saúde e segurança. Portanto, a expansão da liberdade é vista por Amartya Sen como o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento. Em concordância com este autor, Veiga (2008, p. 34) afirma que,

[o] desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.

O conceito de desenvolvimento deve considerar também, e cada vez mais, as variáveis ambientais. O descompasso entre produção e distribuição de riqueza gera quantidades cada vez maiores de resíduos. O desenvolvimento tecnológico não representou desenvolvimento social, uma vez que o resultado do primeiro é a sobra, o desperdício, o desemprego que gera miséria. Em suas análises, Bauman (2005; 2008) observa que o sistema de produção capitalista não produz apenas sobras materiais (lixo), mas, sobretudo, sobras sociais. É o que ele chama de “refugo humano”, ao relacionar produção de lixo e miséria:

Os equipamentos eletrônicos, não muito tempo atrás alinhados entre os bens mais valiosos e duráveis, são agora eminentemente descartáveis e feitos para virar lixo – e rapidamente. [...] Não admira que sejam necessários cada vez mais seres humanos rebaixados ao nível do remendo aos quais nem mesmo as organizações de caridade nacionais ou globais ajudariam. E eles são encontrados, graças à cooperação das fábricas produtoras de refugo humano. Em Guiyu, existem cem mil deles – homens, mulheres e crianças trabalhando pelo equivalente a 94 *penny*¹¹ por dia. (BAUMAN, 2005, p.77-78).

Os que foram excluídos (ou que nunca foram incluídos no) do “progresso econômico e tecnológico”, que se tornaram refugo e ferramenta dele, formam um grupo cada vez mais numeroso – o daqueles que sobrevivem das sobras desse sistema. As condições econômicas e sociais no Brasil, reflexos de processos históricos (de escravidão, colonialismo etc.), a crescente produção de resíduos promovida pela expansão do consumo e o desenvolvimento da indústria da reciclagem são alguns dos fatores que favorecem o aumento do número de pessoas trabalhando como catadores e catadoras de materiais recicláveis no país. Tal atividade merece destaque, pois sobre ela podemos extrair diversas análises a respeito da situação de degradação ambiental em que vivemos em nosso tempo, bem como, paradoxalmente, observar a perspectiva de mudança que ela pode proporcionar, se a vislumbrarmos dentro da ótica da economia solidária e do empoderamento como estratégias de transformação social.

¹¹ Moeda equivalente a um centavo, a menor fração monetária adotada no Reino Unido.

A questão da inclusão social é bastante controversa no plano teórico. Martins (1997) problematiza o conceito de inclusão, ao afirmar que o que ocorre, muitas vezes, é uma “inclusão precária” (p. 35). Assim, para o autor, a inclusão é “um processo que cria uma sociedade paralela, que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político” (MARTINS, 1997, p. 34). Segundo ele, estamos em uma época em que a nossa sociedade está

[s]e transformando em uma sociedade dupla, duas ‘humanidades’ na mesma sociedade. De um lado, uma humanidade constituída de integrados (ricos e pobres). Todos, inseridos de algum modo, decente ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas: todos têm o que vender e o que comprar. Essa é a nova desigualdade. Além disso, têm direitos reconhecidos, têm um lugar assegurado no sistema de relações econômicas, sociais e políticas. [...] Mas está crescendo brutalmente no Brasil outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos etc.. [...] Essa outra humanidade é uma sub-humanidade em todos os sentidos. Ela se baseia em insuficiências que se desdobram para fora do econômico. As pessoas podem ter dinheiro [...], mas estão à margem. (MARTINS, 1997, p. 35-36).

Kuenzer (2002) também discute a questão da inclusão precária ao fazer uma leitura sobre as relações entre trabalho e educação a partir das novas demandas do capital no regime de acumulação flexível. A autora explica que

[...] está em curso um processo que pode ser chamado de *exclusão includente*. Ou seja, no mercado identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e reempregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou reintegrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado. (KUENZER, 2002, p. 14, grifo da autora).

Uma das alternativas à questão da reestruturação produtiva, geradora de desemprego e subproletarização, pode estar presente nos empreendimentos solidários. Embora autores como Quijano (1998) e Faria (2009) critiquem as idealizações que se fazem em torno da economia solidária, por considerarem seus limites no sentido de uma mudança estrutural, é inegável que esta modalidade de produção venha garantindo a sobrevivência e empoderando aqueles a quem a lógica capitalista vem excluindo constantemente.

1.2.2. Educação popular, empoderamento e economia solidária

Como vimos discutindo, o desenvolvimento, na perspectiva da justiça socioambiental, se pauta em princípios e valores (SEN, 2000). Nesse sentido, a economia solidária pode ser considerada como um dos processos sociais pelos quais se pode construir e desenvolver valores, por meio do trabalho coletivo e da horizontalização das relações de trabalho, por exemplo.

De acordo com Singer, “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva” (2002, p. 9). Singer aponta ainda para uma reconciliação entre o pensar e o fazer, proporcionada pela divisão do trabalho nos moldes da ES. Por isso o autor considera a essa modalidade de produção como sendo um ato pedagógico.

A cartilha da “Campanha Nacional de Mobilização Social”, produzida pela SENAES¹² em 2007 apresenta os dez princípios da economia solidária, que poderiam ser sintetizados como: valorização do saber popular, cooperação, democracia e participação social, respeito à diversidade, justiça social, educação popular e cuidado com o meio ambiente. Estes princípios, articulados entre si, formam a base para o desenvolvimento de uma forma alternativa ao capital de produzir bens e serviços e de relacionar-se social e economicamente. Cria um novo padrão, com pilares éticos que estruturam as relações de trabalho, com o outro e com o meio ambiente. A economia solidária é, portanto, muito mais que um novo modo de produzir, é um modo de vida. Nesta perspectiva, os ganhos que ela proporciona não são apenas materiais, são ganhos imateriais, como o empoderamento das pessoas (GUTBERLET; TREMBLAY, 2010).

O empoderamento pode ser compreendido como um processo que promove justiça social e gera oportunidades para as pessoas em meio às suas comunidades, desenvolve respeito mútuo, reflexão crítica, cuidado e participação social e política (GUTBERLET; TREMBLAY, 2010). Pessoas empoderadas participam da vida social e política, preocupam-se e conseguem mobilizar outros para as demandas da sua comunidade. Enquanto a inclusão social refere-se mais à esfera institucional, o empoderamento se dá em nível individual, mas gera impactos na esfera social. Deste modo, para termos instituições inclusivas e responsáveis, é preciso que haja cidadãos empoderados que façam valer seus direitos

¹² Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

(GUTBERLET; TREMBLAY, 2010, p. 2). Ao visar o empoderamento dos sujeitos, tornando-os protagonistas do processo, a economia solidária torna-se uma atividade emancipatória, um elemento de humanização.

No paradigma solidário, a economia pauta-se em valores sociais que visam ao bem coletivo. A posse dos meios de produção não fica nas mãos de um indivíduo, mas sim, do grupo de trabalhadores, que, de maneira associativa, irá gerir, além dos meios, os ganhos da produção. O trabalho no empreendimento solidário apresenta-se aos trabalhadores como possibilidade de autogestão. Segundo Kruppa,

[a] economia solidária pretende uma mudança de qualidade e de postura do sujeito diante da vida e da organização da sociedade. Baseada no rodízio das funções, ela propõe que pessoas façam coisas que antes não faziam – que o trabalhador ouse dirigir com seus colegas a empresa. Valorizando a capacidade do ser humano em aprender e ensinar, a Economia Solidária baseia-se no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão (2005, p. 27).

Essa forma de produção econômica tende a enfatizar a economia como um complexo campo de relações humanas. Nesse contexto insere-se a autogestão, como desafio à transformação pessoal e social dos indivíduos, pois, como afirma Singer (2002), as pessoas não são naturalmente inclinadas nem à autogestão, nem sequer à heterogestão: é por meio da educação que se constrói e incorpora-se a prática de uma e de outra. E educação aqui não significa “escolarização”, mas sim, as vivências pedagógicas dos indivíduos, que vão formando-se política e socialmente na vida em grupo, no trabalho coletivo. A autogestão torna-se possível na prática, em uma vivência que valorize a capacidade e o conhecimento prévios de cada um. No entanto, é comum vermos que muitos trabalhadores que buscam na empresa solidária uma alternativa ao desemprego ou ao subemprego, encontram dificuldades diante dos processos democráticos vividos em ambiente autogestionário e acabam por delegar a terceiros suas decisões e responsabilidades, o que enfraquece o empreendimento e seu principal objetivo, o desenvolvimento humano.

Apesar de todas as dificuldades que enfrenta, o empreendimento solidário, ao propiciar participação na tomada de decisões e na justa divisão dos ganhos, transforma não somente “o funcionário em patrão”, mas projeta o indivíduo em uma coletividade, convidando-o a pensar no bem comum e exercitar a cidadania, ampliando seu campo de visão e permitindo-lhe a aquisição de responsabilidades nunca antes delegadas (como, por exemplo, ser coordenador ou tesoureiro da cooperativa). Para Culti (2006, p. 150),

[e]sse não é um exercício fácil para quem não teve uma orientação ou uma formação sólida sobre o mundo dos negócios. Sabemos que a facilidade com que muitos dirigem seus empreendimentos está mais relacionada à intuição do que à formação técnica específica. De todo modo, esses trabalhadores, cuja orientação e formação foram mínimas, estão no processo prático educativo, descobrindo, aprendendo com o seu próprio caminhar e de forma bastante positiva.

O processo de transformação guiado pelos valores e princípios da economia solidária, é antes de tudo, um processo pedagógico que vai permeando as práticas e relações sociais à medida que vai sendo compreendido e incorporado por aqueles que o vivenciam. Nas palavras de Singer,

[f]ica claro que a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. [...] Essa reeducação representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre os sócios, para que dê os resultados almejados. [...] O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco (SINGER, 2005, p.16).

A reciprocidade de que fala Singer não se restringe apenas aos trabalhadores de um empreendimento solidário. A solidariedade é um valor que pode ser vivenciado em todas as esferas da sociedade. Trata-se de uma atitude, uma escolha com forte potencial de transformação social. Podemos pensar, por exemplo, no consumo consciente como um ato solidário. Ao consumir algo, podemos optar por mercadorias produzidas por empresas solidárias ou, quando não for possível, por aquelas que respeitem o trabalhador e o meio ambiente, que sejam produzidas localmente etc. A solidariedade é um valor que se constrói na prática cotidiana, quando saímos da lógica da competição e do individualismo e pensamos no bem comum, ampliando nossa visão para os interesses e problemas coletivos. Pensar em economia solidária como ato pedagógico potencialmente transformador é também privilegiar outro tipo de desenvolvimento – comprometido com a transformação social e não apenas com o crescimento econômico.

1.2.3. Escolarização e habilidades letradas

Moisés – como milhões de brasileiros pobres – é analfabeto. Tal condição o conduziu forçosa e frequentemente a mudar de

*trabalho. Pediu emprego em vários lugares. Assumiu sempre a primeira vaga que aparecia*¹³.

O trecho acima fala da vida de Moisés, ex-funcionário da Universidade de São Paulo que trabalhava como gari na Cidade Universitária. Mas poderia ser de qualquer outro brasileiro de classe trabalhadora, pois esta é uma realidade sentida e experimentada pelos trabalhadores pobres das classes mais rebaixadas na sociedade. Na obra *Preconceito contra o analfabeto*, Di Pierro e Galvão (2007) explicam as raízes históricas do analfabetismo e mostram a localização deste fenômeno na sociedade letrada, que nem sempre foi assim.

Os relatos sobre jovens e adultos que não sabem ler e escrever revelam, de um lado, a rica diversidade cultural da sociedade brasileira e, de outro, expõem trajetórias de vida relativamente homogêneas. [...] As situações de leitura e escrita foram raras na vida cotidiana dessas pessoas, restritas a eventuais cartas, contas de armazém ou cerimônias religiosas. Os contatos sociais eram limitados à família e a vizinhos, e as aprendizagens relacionadas ao trabalho doméstico ou na lavoura realizadas por imitação ou mediante instruções verbais. Alguns foram à escola por períodos curtos e descontínuos, onde realizaram aprendizagens pouco significativas, e vivenciaram experiências de fracasso, castigo e humilhação. A interrupção dos estudos e o reduzido uso social das habilidades adquiridas na escola levaram posteriormente à regressão a condição de analfabetos. (DI PIERRO; GALVÃO, 2007, p. 16).

Esta história é compartilhada por milhões de brasileiros. Segundo dados do IBGE coletados pelo Censo Demográfico de 2010, *13,9 milhões* de pessoas com 15 anos ou mais são analfabetas. Considerado “um desafio de milhões”, o analfabetismo no Brasil configura-se como um dos grandes problemas sociais do país, visto que representa uma violação de direitos, de acordo com o Artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Artigo 208 da Constituição Federal Brasileira (DI PIERRO, 2008, p. 32-33). Conforme Costa (2008, p. 356),

[d]evemos pensar o analfabetismo como desenraizamento. Afasta o homem do contato com a cultura formal que o rodeia. Impede a compreensão das leis ou formas jurídicas que vão determinar, de uma forma ou de outra, o seu lugar no mundo. O analfabetismo segrega sujeitos maduros, indivíduos experientes detentores de uma sabedoria da qual somos carentes. [...] O analfabetismo é condição humilhante. O analfabeto não pode habitar o mesmo mundo que os seus semelhantes instruídos habitam. O analfabetismo, dessa forma, produz traumas e sintomas psicológicos muitas vezes insuperáveis e sempre dilacerantes. Quem não domina a escrita e a leitura está condenado a sofrer porque, impotente, vê limitadas todas as suas expectativas e tem soterrado o seu ânimo.

¹³ Fernando Braga da Costa estudou as biografias de Moisés e Nilce, dois ex-garis da Cidade Universitária da USP, em sua tese de doutorado defendida em 2008 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Ao falar de analfabetismo como desenraizamento, o autor chama a atenção para o valor que as habilidades de leitura e escrita possuem na sociedade urbana, que por ser letrada, desenraiza os iletrados. A valorização da “cultura letrada” em nossa época acaba por ser fator de exclusão social, deixando de fora ou à margem da sociedade não apenas aqueles que *não a possuem*, mas todos os que não tiveram as *oportunidades de adquiri-las*. Isto se confirma se pensarmos que os analfabetos foram o último grupo de excluídos a conquistar o direito ao voto no Brasil. Soares (1990) alerta para a ênfase que é posta na relação linear entre analfabetismo e exclusão da cidadania. A autora reconhece a existência de relações entre essas questões, mas argumenta que elas devem ser “entendidas no conjunto mais amplo dos determinantes sociais, políticos e econômicos que inviabilizam o exercício da cidadania por enorme parcela da população brasileira” e defende que “a construção da cidadania seja vista independentemente da alfabetização” (SOARES, 1990, p. 37-38). Ou seja, embora o analfabetismo seja fator de exclusão, ele não é pré-requisito ao exercício da cidadania.

A sociedade escolarizada firmou um padrão onde a cultura se confunde com cultura letrada, e esta última passa a ser sinônimo de conhecimento válido e valorizado, em detrimento da cultura popular. Costa (2008) reflete sobre a reificação do conhecimento e a supervalorização da cultura formal em nossa sociedade.

O conhecimento não pode ser tomado como algo colado à cultura formal, que coincide com o que se admite nos bancos escolares. Cultura, aliás, não é mercadoria que alguns possuem e outros carecem. [...] Esta manobra que faz querer coincidir cultura e cultura letrada tem como principal efeito o rebaixamento cultural dos analfabetos. (COSTA, 2008, p. 356).

Deste modo, as pessoas que de alguma forma não acessaram a cultura letrada, que se relacionam com o mundo em regime oral de comunicação, são apontadas como incultas, porque sem letras. Como afirma Gonçalves Filho (2007, p. 191), “esta operação, a equação entre cultura e cultura letrada, implica desmoralização cultural dos iletrados, que, afinal, é efeito de desmoralização política”. *Iletrado* ou *pouco letrado*, aqui, se refere à

[c]ondição decorrente da falta de oportunidade de interação intensa e sistemática com determinados aspectos culturais fundamentais nesse tipo de sociedade – urbana, escolarizada, industrializada, burocratizada e marcada pelo conhecimento científico e tecnológico e forte presença dos meios de comunicação de massa (OLIVEIRA, 1995, p. 147).

É, portanto, condição política. Essa transição de uma sociedade marcada pela oralidade, em que a relação com textos “é tênue ou quase inexistente” (Gonçalves Filho,

2007) para a sociedade urbana e letrada é experimentada, sobremaneira, pelos migrantes, pessoas que deixam suas cidades em regiões empobrecidas do país para buscar nos centros urbanos meios para sua subsistência. Entre os sujeitos desta pesquisa, uma significativa parcela compartilha desta experiência. Di Pierro e Galvão (2007, p. 18-19) expõem as dificuldades encontradas por essas pessoas.

No caso dos migrantes, a condição de analfabetos não opera isoladamente na produção de experiências de discriminação, combinando-se a outros lugares que determinam as hierarquias sociais, como a condição econômica, a origem étnico-racial, o gênero ou a variante linguística. “Não saber ler e escrever é, como outras marcas distintivas da pobreza, um símbolo da condição de subalternidade” (Mello e Gomes, 1992, p. 21). Nas interações sociais a que são expostos quando chegam às metrópoles, os migrantes analfabetos ou pouco escolarizados logo se dão conta que não preenchem as expectativas normativas dominantes, percebendo o estigma que lhes imputam por acumular as condições de roceiros pobres, negros, nordestinos, iletrados e falantes de variedades desprestigiadas da língua portuguesa.

Na pesquisa de campo realizada com os catadores de materiais recicláveis, pudemos observar que a condição de analfabetos ou de pouco escolarizados é marca de boa parte do grupo (cerca de 60% possui o Ensino Fundamental incompleto). No entanto, as observações mostraram que há entre eles diversas práticas letradas no dia a dia do trabalho, como estratégia de organização e também em momentos de lazer. Embora o analfabetismo provoque sentimentos de frustração e incompletude por todas as consequências que traz para quem vive em sociedades escolarizadas,

[e]sses sentimentos não impedem, entretanto, que os jovens e adultos pouco escolarizados desenvolvam estratégias bem sucedidas de sobrevivência nos ambientes urbanos letrados, mediante a utilização de capacidades como a observação, a oralidade, a memória, o cálculo mental e, sobretudo, acionando redes de sociabilidade e apoio de familiares, amigos e colegas para a resolução de problemas cotidianos. (DI PIERRO; GALVÃO, 2007, p. 26).

Oliveira (1995) analisou a relação entre “determinadas transformações culturais típicas das sociedades letradas” e os efeitos que teriam no modo de funcionamento cognitivo dos membros dessas sociedades. A autora aponta a escrita, o desenvolvimento científico e a cultura escolar como as “principais formas culturais associadas às transformações do pensamento” (p. 157) e de difusão das práticas letradas nas sociedades modernas, mas reconhece a existência de outros espaços de desenvolvimento dessas capacidades cognitivas, como o trabalho coletivo e o engajamento político. Esse reconhecimento valoriza a experiência do sujeito adulto não escolarizado e demonstra ainda que existem saberes e conhecimentos específicos na práxis do trabalho – sobretudo o trabalho coletivo – que

promovem o letramento entre os sujeitos. Essa afirmação encontra sentido nas palavras de Paulo Freire (2009, p. 20) quando falava que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”.

Na literatura, importantes estudos sobre o letramento no Brasil (KLEIMAN, 1995; RIBEIRO, 1999; SOARES, 2009; ROJO, 2009 etc.) mostram que este conceito extrapola as habilidades de leitura e escrita – refere-se muito mais ao uso social dessas habilidades. Soares (2009) aponta a existência de uma vertente teórica de interpretação mais radical deste fenômeno, que o considera em uma perspectiva política, sendo, desta forma,

[u]m conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais. (SOARES, 2009, p.74-75).

Um dos defensores da concepção política de letramento, segundo a autora, foi o próprio Paulo Freire, que afirmava que o principal objetivo do letramento é o “de promover a transformação social” (SOARES, 2009, p. 77). É com este conceito de letramento que opera nosso estudo.

Em *O mito do alfabetismo*, Harvey Graff (1990) questiona a supervalorização do alfabetismo, que sem um sentido social e político historicamente contextualizado, não possui valor algum. A aquisição dessa habilidade, por si só não leva a nada, afirma o autor, que critica a grande preocupação das instituições sociais de nossa época com a *erradicação* do analfabetismo, conceito marcado por estigmas e preconceitos. Segundo Di Pierro e Galvão (2007, p. 78), “nessa linha de raciocínio e no contexto de sociedades grafocêntricas, a alfabetização deixa de ser vista como uma pré-condição para constituir-se em instrumento de luta pela conquista da cidadania”. O teórico Brian Street, por sua vez, ao apresentar dois modelos distintos de letramento, autônomo e ideológico, defende que o letramento não é mera reprodução neutra de códigos escritos, mas um processo social contextualizado e capaz de promover o empoderamento dos sujeitos. Essa leitura do conceito de letramento – que o autor apresenta como modelo ideológico – considera variáveis socioculturais e aproxima-se das concepções freirianas, pois

[s]eguindo a distinção formulada por Paulo Freire entre educação bancária *versus* educação para a conscientização, também entendemos que o letramento não deve

estar associado a apenas uma forma de acúmulo de informações, mas deve estar vinculado a práticas que promovam o empoderamento. (STREET, 2009, p. 84)¹⁴.

Considerando os sujeitos desta pesquisa como possuidores de uma cultura própria e significativa, o destaque deste trabalho vai para a aprendizagem social que acontece no interior das cooperativas. Diante da observação de campo, pudemos constatar que os catadores estabelecem, em seu cotidiano de trabalho, ricas relações de ensino e aprendizagem e de interação social, como será apresentado mais adiante. Deste modo, longe da pretensão de travar um debate clássico sobre a relação entre trabalho e educação, ou sobre o trabalho como princípio educativo nos moldes em que a literatura aborda com mais frequência, nos dedicaremos a pensar na articulação entre trabalho e educação na vida prática dos sujeitos da pesquisa. A literatura atual traz exemplos dessa articulação prática, o que vem sendo chamado de aprendizagem social em contextos não-escolarizados.

1.2.4. Educação e trabalho: saberes da prática

No livro *Da relação com o saber*, Bernard Charlot coloca a questão da aprendizagem como uma dimensão fundamental da condição humana; é preciso "aprender a ser". Desde que nascemos, temos de desenvolver habilidades por meio da aprendizagem.

Por isso mesmo, nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender. Aprender para constituir-se, em um triplo processo de "hominização" (tornar-se homem), de singularização (tornar-se um exemplar único de homem), de socialização (tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando seu lugar nela). Aprender para viver com outros homens com quem o mundo é partilhado. Aprender para apropriar-se do mundo, de uma parte desse mundo, e para participar da construção de um mundo preexistente. (CHARLOT, 2000, p. 53)

O autor coloca a questão do saber como *relação com o mundo*. A relação com o saber é uma relação do sujeito com o mundo, consigo mesmo e com os outros. É sempre uma construção coletiva, apropriada individualmente: "a relação com o saber não deixa de ser uma relação social, embora sendo de um sujeito" (CHARLOT, 2000, p. 73). Assim, um saber prático é construído em uma relação experiencial com o mundo, em um contexto social

¹⁴ Em entrevista concedida à *Revista Língua Escrita* em agosto de 2009, conforme consta nas referências deste trabalho.

determinado. Dessa forma, poderíamos dizer, os saberes do trabalho emergem nas suas relações, do trabalhador com seu objeto de trabalho, consigo mesmo e com os outros trabalhadores.

Muñoz (2009a) em pesquisa com jovens e adultos “limpadores de para-brisas” na Cidade do México constatou que este grupo desenvolve habilidades e saberes específicos em seu cotidiano. A autora explica que, para compreender como ocorrem aprendizagens em contextos urbanos não escolares, como no caso da comunidade estudada, é preciso ampliar o olhar, ampliar o conceito de “educativo”, o que “implica o reconhecimento dos diversos espaços sociais produtores de sentido pedagógico que convivem, coexistem com a instituição e a cultura escolar” (MUÑOZ, 2009a, p. 44¹⁵). Considera, desta forma, que a aprendizagem social ocorre na vida diária das pessoas adultas, em grupos e em organizações civis, onde se estabelecem processos sociais de formação para o trabalho, para militância, entre outros, importantes para a constituição dos sujeitos. Esses processos criam e reconfiguram novos vínculos e práticas pedagógicas que vão além da escola, pois estão articulados à organização social, à vida em sociedade. Em outro texto, a autora afirma que

[a]mpliar o olhar sobre o educativo significa dar conta de processos mediante os quais os sujeitos lutam e se manifestam como resultado de articulações político-pedagógicas vinculadas às demandas dos grupos populares (moradia, trabalho, participação cidadã e democrática entre outras). (MUÑOZ, 2009b, p. 26, tradução nossa¹⁶).

Essa articulação entre o educativo, o político e a vida prática, compreendida por Paulo Freire como práxis, promove reflexão e ação nos indivíduos, gerando conscientização e transformação social. Muñoz (2009b, p. 27) trabalha com a noção de “arquipélago educativo” para designar os diferentes espaços sociais onde os sujeitos aprendem, assim, “a noção de arquipélago educativo nos permite dar conta dos múltiplos espaços de formação do sujeito popular”. O reconhecimento desses espaços e dos sentidos pedagógicos nos processos de formação dos sujeitos possibilita compreender como o adulto aprende em diferentes contextos, que não estão isolados, porém, conservam suas especificidades. São interdependentes, como as ilhas de um arquipélago banhadas pelo mesmo oceano. Desta forma, as pessoas adultas aprendem ao longo da vida em diferentes processos sociais, ainda que, por vezes, esse processo se dê sem uma intencionalidade educativa explícita (idem, p.

¹⁵ No original: “Lo educativo, en el sentido amplio del término, implica el reconocimiento de los diversos espacios pedagogicos que conviven, coexisten con la institución y la cultura escolar.”

¹⁶ No original: “Ampliar la mirada de lo educativo significa dar cuenta de procesos mediante los cuales los sujetos luchan y se manifiestan como resultado de articulaciones político-pedagógicas vinculadas a las demandas de los grupos populares (vivenda, trabajo, participación ciudadana y democrática, entre otras).”

27), e esta aprendizagem exprime-se em nível individual e coletivo e transforma-se em acúmulo de conhecimento e de novas experiências. Lima (2007), por sua vez, chama a atenção para a “aprendizagem social através da vida”:

Neste sentido, a aprendizagem, *lato sensu* considerada, é também uma decorrência da vida, o resultado de diversos processos de socialização primária e secundária sem objetivos educativos expressos, de ensaios de tentativa-erro e de ação e reflexão, sem os quais não seria sequer possível aprender a sobreviver autonomamente em contextos sociais minimamente complexos. (LIMA, 2007, p. 16).

O autor fala ainda da necessidade da “construção de um sujeito pedagógico” para a constituição de uma democracia participativa. Assim, a participação social, ou participação democrática – “aprender a participar na *polis*” – é também uma aprendizagem, que se constrói ao longo da vida, na medida em que é exercitada (LIMA, 2007, p. 58). Embora se reconheça que estamos sempre aprendendo em diferentes contextos e ao longo de toda a vida, cabe lembrar que isso não exclui a necessidade de formação sistemática e pedagógica e politicamente orientada, como direito à educação. O conceito de educação ao longo da vida, alerta Lima, tem um duplo sentido: pode ser utilizado como “um dos principais meios de adaptação”, com vistas à performatividade e à competitividade (LIMA, 2007, p. 23), ou um entendimento de que se faz necessária uma educação para a vida, para aprender a ser humano e a viver e a conviver em sociedade. E, nesse sentido, o trabalho é um forte componente pedagógico na vida dos sujeitos. É com o trabalho e no trabalho que os sujeitos aprendem, desenvolvem e socializam saberes, que são individuais, mas, sobretudo, coletivos.

A valorização do conhecimento popular exige também que se façam opções para com a utilização de conceitos. Puiggrós (2009, p. 13) argumenta que a opção pelo uso do conceito de “saberes” traz uma noção epistemológica, pois este conceito funcionaria como uma espécie de “porta linguística em direção a outra maneira de entender e valorizar os conteúdos da cultura¹⁷”, não sendo, portanto, um antônimo ao conceito de “competências”, mas sim um alargamento da discussão acerca do conhecimento e de suas implicações políticas. Deste modo, a autora fala de “saberes do trabalho” como sendo um patrimônio dos setores populares, embora os próprios trabalhadores tenham dificuldade em reconhecer os saberes adquiridos por vias não formais. Por “saberes do trabalho”, Rodríguez (2009, p. 29), define como sendo

¹⁷ No original: “No la utilizamos como antónimo de ‘competencias’ sino como la puerta lingüística hacia otra manera de entender e valorar los contenidos de la cultura.”

[o] conjunto de conhecimentos sobre tecnologias, rituais, normas e costumes de organização laboral que possuem, demandam, representam ou se imaginam necessários – individual ou coletivamente – para realizar a tarefa de produção de objetos materiais e/ou simbólicos que a sociedade acredita serem necessários¹⁸.

A reconstrução dos saberes do trabalho por parte dos próprios trabalhadores é fundamental para que reconheçam o valor pedagógico e social de sua experiência laboral. Que ali há importantes saberes, que foram por eles construídos, ressignificados, e, agora, repassados, socializados com os pares. Reconhecer isto é importante, pois

[q]ualquer pessoa, quem quer que seja, qualquer que seja seu “grau escolar” e seu “nível cultural”, é uma fonte única, irrepetível e original de informações, de conhecimentos, de participação em partilhas de saberes, de sentimentos e de sentidos de vida. (BRANDÃO, 2010, p. 107).

Os saberes de cada um, quando compartilhados no coletivo, criam uma aprendizagem comum, colaborativa, que pode ser chamada de “aprendizagem social”. Ela não ocorre de maneira aleatória ou espontânea, ao contrário, é uma metodologia socioeducativa com objetivos específicos e desafiadores. Para Franco e Jacobi (2011, p. 15),

[a] aprendizagem social enfatiza a colaboração entre os diferentes atores sociais, estimula o diálogo, motiva a formar um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades socioculturais.

O objetivo central da aprendizagem social é a participação dos indivíduos na busca de soluções colaborativas e democráticas para problemas e conflitos, na perspectiva da diversidade de ideias e da tolerância e respeito mútuo. Segundo Jacobi (2011, p. 21),

[i]sto abre caminhos para incrementar o potencial de fortalecer espaços de diálogos e aprendizagem do exercício da democracia participativa, mediando experiências de diferentes sujeitos autores/atores sociais locais na formulação de projetos colaborativos.

Ainda que no caso estudado, a cooperativa de reciclagem Coopere-Centro, não houvesse uma intencionalidade explícita na ação dos sujeitos que lá trabalham, no sentido da construção de um processo de aprendizagem social, a pesquisa de campo demonstra que diversos princípios de práticas de aprendizagem social se fazem presentes no cotidiano daqueles catadores. Por isso estamos adotando esse conceito como ferramenta de análise, que

¹⁸ No original: “Saberes del trabajo se refería ao conjunto de conocimientos sobre tecnologías, rituales, normas y costumbres de organización laboral que se poseen, demandan, representan o imaginan necesarios – individual o colectivamente – para realizar la tarea de producción de objetos materiales y/o simbólicos que la sociedad cree necesario”.

nos ajudará a perceber os limites e as possibilidades de uma aprendizagem social no contexto das cooperativas de catadores.

Capítulo II – Catadores de materiais recicláveis: seres invisíveis?

2.1. Vidas desperdiçadas: um dos lados da moeda

Para traçar a caracterização dos sujeitos dessa pesquisa, buscamos relacioná-los com o objeto de seu trabalho: os resíduos sólidos urbanos, mais comumente considerados apenas como *lixo*. Usam-se expressões do tipo “materiais recicláveis”, “materiais reaproveitáveis”, “resíduos sólidos” entre outras para designar o montante das sobras geradas pelo consumo diário, cada vez mais acentuado, de bens e produtos nas sociedades modernas. Bauman (2005) no ensaio *Vidas desperdiçadas* analisa a produção de *refugo* como algo necessário ao processo de criação: “Para que algo seja criado, deve se destinar alguma coisa ao lixo”. O autor relaciona a produção de resíduos à necessidade moderna de criação do novo; o que servia ontem, hoje já não serve mais e é descartado. O lixo, segundo ele, seria como algo “[...] divino e satânico. É a parteira de toda a criação – e seu mais formidável obstáculo. O lixo é sublime: uma mistura singular de atração e repulsa que produz um composto também singular, de terror e medo” (BAUMAN, 2005, p. 32-33). Considerar o lixo desta forma permite-nos compreender que a relação das sociedades modernas com os resíduos de seus “atos criativos” (bens gerados para a satisfação de necessidades ou desejos humanos) vem sendo ambígua: geramos o lixo para a criação da satisfação, mas queremos (e temos de) execrá-lo. Bauman afirma que “o refugo é o segredo sombrio e vergonhoso de toda produção” (p. 38). Assim, o montante de lixo, produzido na proporção do surgimento de novas satisfações a serem respondidas, torna-se um sério problema às sociedades modernas.

O lixo passou a ser problema desde a intensificação da concentração das populações humanas e da industrialização, a partir do século XVIII com maior intensidade. Na maioria das culturas ocidentais, principalmente após a modernidade, teve a conotação de tudo o que não prestava para mais nada, que é inútil, para o qual não se terá nenhum uso e, portanto, deve estar afastado, longe de nosso alcance. (BAEDER, 2009, p. 77).

O significado do lixo além de ser negativo, carrega em si a necessidade humana de esconder, de *tornar invisível* a sua existência. Essa necessidade é cultural, criada historicamente.

O lixo conta aquela história que não vai para o álbum de fotografias. É a face negativa da humanidade. Toda noção de arquitetura, de urbanismo, em algum

momento tem de enfrentar, de resolver – pela ocultação – a consequência de nossos excessos, e nos organizamos para que esses exageros, embora cada vez maiores, pareçam não existir. (MUNIZ, 2009, p. 638).

A história em que e com que crescemos não tem interesse no lixo. Segundo essa história, o que interessa é o produto, não o refugo. Removemos os dejetos da maneira mais radical e efetiva: *tornando-os invisíveis*, por não olhá-los, e *inimagináveis*, por não pensarmos neles. Dado a comparativa raridade de suas aparições nos discursos e nos manifestos e plataformas dos partidos dificilmente equivale à extensão das preocupações subterrâneas, como se evidencia pelo número recorde de sites sobre o assunto, o refugo pode ser descrito como simultaneamente o problema mais angustiante e o segredo mais guardado de nossos dias. (BAUMAN, 2005, p.37-38, grifo nosso).

O refugo da sociedade de consumo, no entanto, não é desprezado por todos. Uma parcela cada vez mais significativa de pessoas alijadas do mercado de trabalho pelas constantes crises e mudanças do sistema capitalista, somadas ao aumento da população mundial – excedente de mão-de-obra e consequentes fluxos migratórios – tem se dedicado à atividade de coleta e comercialização de refugos, tornando-os, também, um bem de consumo. São os que “ficam fora” do sistema, descartados e inutilizados – redundantes –, cuja

(...) a desconcertante volatilidade da posição social, a redução de perspectivas, o “viver ao deus-dará”, sem uma chance confiável de assentamento duradouro, ou pelo menos de longo prazo, a imprecisão das regras que se deve aprender e dominar para se ir em frente – tudo isso assombra a todos eles, sem discriminação, gerando ansiedade, destituindo todos os membros dessa geração, ou quase todos, de autoconfiança e da autoestima. (...) O mundo, ao que parece, deu outro giro, e um número ainda maior de seus habitantes, incapazes de aguentar a velocidade, caiu do veículo em aceleração – enquanto um contingente maior dos que ainda não embarcaram não conseguiu nem mesmo correr, segurar no veículo e pular para dentro. (BAUMAN, 2005, p. 23).

Esse contingente de pessoas que têm seus direitos humanos violados pelas decisões políticas e econômicas tomadas sem sua participação (direito à moradia, à saúde, à educação, ao lazer etc.), também pode ser considerado como refugo da sociedade de consumo, que gera pobreza, miséria e desigualdade social. Suas vidas tornam-se parte daquilo que sobra, do resíduo. Ainda para Bauman,

[o]s consumidores de uma sociedade de consumo [...] precisam de coletores de lixo, e muitos, e do tipo que não evitará tocar e manusear o que já foi destinado ao monte de dejetos – mas os próprios consumidores não se dispõem a fazer o trabalho dos coletores. Afinal, eles foram criados para obter prazer com as coisas, e não sofrimento. (BAUMAN, 2005, p. 76).

Em trabalho que analisa trajetórias de pessoas em situação de rua (que poderiam ser consideradas “excedentes”, “redundantes”) na cidade de São Paulo, Rosa e coautores

ratificam a fragilidade dessa população, o “viver ao deus-dará” de que falou Bauman. Os autores afirmam que

[u]m contingente significativo de força de trabalho percorre esse caminho. Não especializado, pau pra toda obra, vai deslocando-se para diferentes atividades e diferentes lugares, alternando trabalho e desemprego. Essa diversidade e segmentação impedem a criação de vínculos estáveis com o trabalho, a família, os lugares. Sua vida está sempre recomeçando. Quase nada é permanente, a não ser a procura cotidiana da sobrevivência, o que torna a sua vida extremamente fragmentada. (VIEIRA, BEZERRA; ROSA, 1992, p. 22, apud ROSA, 2005, p. 36).

O contingente de força de trabalho que não encontra espaço no mercado formal (ou encontra em profissões de baixo status e valorização social e econômica), relaciona-se muito proximamente com o fenômeno da *invisibilidade pública*, definido por Costa (2004, p. 63) como o “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens”. A invisibilidade pública, para o autor, está relacionada a outro fenômeno, de ordem psicossocial, a *humilhação social*, determinante do cotidiano de indivíduos das classes pobres. Para Costa (2004, p. 63), a humilhação social

[é] expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui, assim, um problema político. A exclusão política fabrica sintomas, infestando o afeto, o raciocínio, a ação e o corpo do homem humilhado.

Estes dois fenômenos, a invisibilidade pública e a humilhação social, estariam interligados a determinadas atividades subalternas. A respeito deste tipo de atividade, sobretudo as relacionadas àquilo que socialmente tentamos esconder (a sujeira, o lixo), Costa afirma que “[...] são atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens subproletarizados; homens que se tornam historicamente condenados ao rebaixamento social e político” (p. 57). Esta análise, realizada do ponto de vista da Psicologia Social, revela ainda que o trabalho subalterno efetuado por “profissionais do lixo”, sejam eles coletores, varredores de rua ou garis, pode ser considerado um *trabalho invisível*. Na análise sociológica de Bauman (2005, p. 39), “os coletores de lixo são os heróis não decantados da modernidade. Dia após dia eles reavivam a linha de fronteira entre normalidade e patologia, saúde e doença, desejável e repulsivo, aceito e rejeitado, o dentro e o fora do universo humano”.

Os "coletores de lixo", profissionais aos quais reportamo-nos nesta pesquisa, cuja questão da profissionalização e do reconhecimento público serão tratados mais adiante, são conhecidos como *catadores de materiais recicláveis*.

Como vimos, a profissão de catador carrega em si significados culturais e sociais correntemente associados à exclusão, àquilo que não presta e que deve ser descartado. Segundo Medeiros e Macedo (2006, p. 66), vários autores “correlacionam o caráter excludente do trabalho do catador à semântica negativa do lixo, e que essa situação interfere na imagem que o catador faz de si”. Ainda de acordo com Migueles (2004),

[o] trabalho com lixo interfere tanto na identificação do catador com o seu trabalho quanto no reconhecimento da sociedade pelo trabalho desempenhado pelo catador. Catar lixo é uma atividade excludente pela sua própria natureza de trabalho. (MIGUELES, 2004, apud MEDEIROS e MACEDO, 2006, p. 66).

Alguns pesquisadores dão conta da ambiguidade do trabalho do catador, conforme o que é assinalado por Bauman como sendo “o dentro e o fora do universo humano”; é o paradoxo entre inclusão e exclusão social. O catador vive à margem, sobre a linha tênue que separa o dentro e o fora da sociedade.

Dessa forma, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde e com a ausência total de garantias trabalhistas. (MIURA, 2004, apud MEDEIROS e MACEDO, 2006, p. 66, grifos nossos)

Conceição (2005) considera os catadores de materiais recicláveis como sendo “um paradoxo da modernidade”, pois, se por um lado sua atividade tem o status de inclusiva e de “ambientalmente correta”, por outro, estes profissionais continuam submetidos à lógica perversa do mercado, visto que estão na base da cadeia da reciclagem, e às humilhações provocadas pela precariedade das condições de trabalho:

Tais catadores submetem-se a uma rotina diária de trabalho que, muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que esses indivíduos se submetem com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de quatro toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos de depósitos de lixo (sucateiros). (CONCEIÇÃO, 2005, p. 34).

A literatura aponta que estes trabalhadores estão integrados à cadeia produtiva e ao mercado de trabalho, ainda que da forma mais perversa, por executarem um trabalho informal desqualificado e pouco reconhecido. Os catadores de materiais recicláveis são, portanto, uma parte fundamental da indústria da reciclagem no país, setor econômico que cresce a cada ano.

Os catadores são os intermediários nesta cadeia que possibilita resgatar parte dos recursos aproveitáveis disponíveis no lixo das cidades, mas um intermediário importante, pois é com seu trabalho que tem início todo um processo de reciclagem de lixo em nosso país. Estima-se que os catadores sejam responsáveis por mais de 60% do papel e do papelão reciclado no Brasil, bem como 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem, fazendo do país um dos maiores recicladores do mundo. Para conseguir tamanho feito, estão em 3.800 municípios (UNICEF, 2000), atuando informalmente e reciclam mais de 20% dos resíduos urbanos. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 33).

O papel do catador na economia do país vem crescendo e ganhando reconhecimento da sociedade nos últimos anos. Os catadores são uma parte fundamental da indústria no país. Geram economia para o Estado, que muitas vezes se isenta de fornecer à população o serviço de coleta seletiva, realizado pelo catador. Porém, não obstante a economia que propiciam ao Estado, pouco ou nenhum apoio recebem do poder público para a melhoria de suas condições de trabalho e para a garantia de seus direitos. É como se o Estado continuasse considerand-os invisíveis. Desta maneira, Gonçalves (2004, p. 96) conclui que

[...] contraditoriamente ao enquadramento na categoria de excluídos, que pressupõe a não-utilidade, os catadores são trabalhadores úteis, dos quais ainda é possível a extração de mais-valia. Eles vivem, na verdade, um processo de exclusão/inserção social, onde suas vidas são permeadas por zonas de vulnerabilidades, fragilidades e precariedades.

Outra consideração com relação aos catadores é que estes trabalhadores entram em contato com o mundo por meio do “lixo do mundo”. É via manipulação do lixo alheio que muitos catadores acessam os produtos da sociedade de consumo. Ter contato com o lixo é ter também contato com produtos culturais e objetos lançados e encontrados no lixo, como revistas, livros, discos, roupas, calçados, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos, objetos de decoração, material escolar, cosméticos e até mesmo alimentos e remédios, além de cartas, fotografias, cadernos e agendas, entre muitas outras *coisas*. Em sua pesquisa com garis Costa (2004, p. 203-204) observou que

[o] contato direto com o lixo, o contato do corpo com o lixo – lixo que não pertence nem foi fabricado pelos garis, matéria desprezada por terceiros, constitui uma das formas pelas quais esses homens entram em contato com o mundo. Entram em contato com o mundo através do lixo do mundo. Objetos e dejetos desprezados por outras pessoas são uma das maneiras – não a única, talvez a mais frequente e intensa, carregada – através das quais esses trabalhadores se relacionam com pessoas a quem atendem. Esses homens entram em contato com outros homens através do lixo de outrem.

Os catadores, desta forma, são “incluídos” em uma sociedade de consumo por meio das sobras, do resíduo do consumo. E, ao serem incluídos, passam a obter renda oriunda deste trabalho, e ascendem ao status de consumidores, entrando na cadeia de produção e gerando mais lixo.

2.2. Agentes ambientais e econômicos

A prática da reciclagem tem sido cada vez mais recorrente na sociedade brasileira, principalmente nos grandes centros urbanos, onde está localizada a maior parte das iniciativas que estimulam esta prática: pontos de entrega voluntária de material reciclável (PEV) em supermercados, escolas, comércios e centros comunitários, “eco-pontos” (no caso da cidade de São Paulo), organizações não-governamentais de diversas naturezas e associações e cooperativas de catadores. A figura do catador também é mais comum nas grandes cidades, onde as dificuldades para encontrar emprego e a oferta de material para reciclagem são mais expressivas.

Estima-se que cada brasileiro produza, em média, de meio a um quilo de lixo por dia (BALDISSARELLI et al., 2009, p. 29). Este valor divide-se entre resíduo domiciliar (80%) e resíduo público (20%). Dentre o resíduo domiciliar, 50% do material descartado são compostos por *recicláveis orgânicos*, que podem ser compostados¹⁹; 35% são formados por *materiais recicláveis secos* e apenas 15% é considerado *rejeito*. Com base nesses dados, poderíamos imaginar que o volume de resíduo sem possibilidade de reaproveitamento seria em torno de 15%. No entanto, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico feita pelo IBGE no ano de 2000, apenas 3% das 125 mil toneladas/dia de lixo no Brasil eram encaminhadas para a reciclagem e 4,5% compostadas; o restante ia para aterros sanitários (cerca de 50%) e lixões (cerca de 30%), onde são despejados a céu aberto, sem maior controle e fiscalização (BALDISSARELLI et al., 2009, p. 35). No Estado de São Paulo, segundo

¹⁹ A compostagem é a reciclagem da matéria orgânica (cascas e bagaços de frutas, verduras e legumes, restos de comida, folhas secas, aparas de grama, mato etc.) que pode ser feita de maneira caseira, enterrando este material em buracos no quintal de casa, formando canteiros para a utilização da matéria orgânica como adubo ou ainda, no caso de apartamentos, depositá-lo em tambores específicos para sua decomposição e criação de adubo. (Baldissarelli et al., 2009, p. 63). O sistema público de coleta ainda não se preocupa com a coleta do resíduo orgânico, o que é lamentável, pois, se esta fosse realizada, diminuiriam-se os aterros sanitários e lixões, dando vez a grandes composteiras públicas que gerariam trabalho e renda para muitas famílias por meio da produção de adubo.

dados da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) de 2007, mais da metade dos municípios têm aterros fora dos padrões de qualidade (ADEODATO FILHO, 2007, p. 23).

Para Grimberg (2007, p. 11), é fundamental diferenciar os termos *lixo* de *resíduos sólidos recicláveis* para criar um “novo paradigma de gestão de resíduos sólidos que supere, inclusive, o conceito de limpeza urbana”, com vistas à “participação cidadã e a inclusão social” por meio da *gestão socioambiental compartilhada de resíduos sólidos*. Ribeiro et al. (2009, p. 20) explicam que a gestão compartilhada ou “gestão integrada de resíduos sólidos, para a Organização Pan-americana de Saúde (2005), abarca um conjunto articulado e inter-relacionado de ações” multi e interdisciplinares, que comporiam “a administração dos resíduos desde a sua geração até a disposição final, a fim de se obter benefícios ambientais, otimização econômica e aceitação social”. O relatório da pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos, realizada pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o IPEA e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e divulgada em 2010, apresenta o valor de R\$ 8 bilhões como uma estimativa dos “benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira. Em outras palavras, se todo o resíduo reciclável que atualmente é disposto em aterros sanitários e lixões fosse encaminhado para reciclagem, gerar-se-iam benefícios dessa ordem” (IPEA, p. 26). A título de comparação, o estudo mostra o que se poderia fazer com esse dinheiro, que está indo, literalmente, para o lixo: “Considerando o custo – aluno/ano do ensino e o custo anual da merenda escolar – apresentado por Verhine (2006), esse valor permitiria a manutenção de cerca de quatro milhões de crianças nas escolas” (IPEA, 2010, p. 26). Vale destacar que o estudo realizado tem por objetivo estimar os benefícios econômicos e ambientais gerados pela reciclagem de resíduos sólidos urbanos e propor diretrizes para possíveis esquemas de pagamento por serviços ambientais urbanos provenientes desta atividade, ou seja, avaliar a possibilidade de remuneração das cooperativas de catadores, que são os principais agentes responsáveis pela geração destes benefícios. Os dados mostram o quanto nosso país precisa avançar política e culturalmente para gerenciar seus resíduos de forma menos danosa ao meio ambiente e à saúde pública e para a geração de emprego e renda por meio da reciclagem, de forma incluyente e organizada.

Neste processo lento de valorização da reciclagem como alternativa de preservação ambiental e de sustentabilidade de nossas cidades, os catadores de materiais recicláveis projetam-se como importantes agentes econômicos e, sobretudo, ambientais, pois a promovem em muitos locais onde não há política pública de coleta seletiva. Aliás, de acordo com (BALDISSARELLI et al., 2009), apenas 14% da população brasileira têm acesso a esse serviço por parte do poder público, o restante conta com o trabalho dos catadores. No entanto,

[a] presença das cooperativas de reciclagem nesse processo é ainda modesta, fruto de sua própria autogestão e infraestrutura precarizada, deixando assim para os catadores de rua os méritos pelo reaproveitamento de resíduos no Brasil. [...] As cooperativas que vêm recebendo parte dos resíduos secos estão se formando por todo o país, mas ainda não representam uma alternativa socioeconômica à geração das 125 toneladas de lixo doméstico urbano produzido diariamente; a capacidade de coleta e reciclagem de lixo está muito aquém das reais necessidades de oferta do mercado. (CONCEIÇÃO, 2005, p.103-104).

Embora ainda não devidamente reconhecido, o trabalho dos catadores gera muitos ganhos econômicos aos cofres públicos (CALDERONI, 1997): economia de energia e de água, diminuição nos gastos com a produção de matérias primas e recursos naturais, bem como de seu transporte, redução de custos com controle ambiental (de vetores de doenças provocados pelo problema do lixo nos grandes centros), aumento da vida útil dos aterros sanitários por meio da redução do volume de lixo destinado, aumento de número de postos de trabalho.

Para muito além dos ganhos econômicos, estão os ganhos sociais e ambientais que os catadores produzem. Pode-se considerar o trabalho desses “garimpeiros urbanos”, portanto, de forma positiva, pois representa ganhos importantes em, pelo menos, três diferentes direções: no sentido mais amplo, da organização de um novo movimento social que propõe um modelo de inclusão social e de sustentabilidade, que discute e rejeita o modelo de desenvolvimento vigente; em âmbito econômico e de inclusão social, de geração de trabalho e renda; e, por fim, em âmbito subjetivo, na melhoria da autoestima desses trabalhadores e na conquista, ou reconquista, de sua cidadania.

2.3. A luta por reconhecimento social, político e econômico

De acordo com o Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), a atividade dos catadores é reconhecida desde 2001 como ‘ocupação’, e está presente no Catálogo Brasileiro de Ocupações, que inclui também uma tabela com o detalhamento das atividades específicas desta profissão²⁰.

Desde o final da década de 1980, houve a intensificação da organização dos catadores no Brasil, cuja luta pelo reconhecimento da profissão e do trabalho efetivamente realizado por eles criou uma nova perspectiva de relação com a sociedade. Conseguiram, em 2001, o reconhecimento da ocupação de catador na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO [...]. Segundo a CBO 5192-05, é considerado catador de material reciclável “Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa)”. De acordo com a descrição sumária da Norma, os catadores “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis”. (BAEDER, 2009, p. 76).

Em 2003, no primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006), foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), alocado na Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Desde então, diversas outras ações do governo federal têm dado suporte à implantação da coleta seletiva com inclusão de catadores, tais como: 1) Decreto 5940, de 2006, que determina a coleta seletiva solidária nos Órgãos Federais; 2) Lei 11.445, de 2007, conhecida como a Lei do Saneamento Básico; 3) Lei 12.305, de 2010, a chamada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada após vinte anos de discussão no governo. Nesta última, o Artigo 6º estabelece os princípios da PNRS, que são:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

²⁰ Os dados da pesquisa de campo convergem com as tarefas listadas na tabela, que consta no Anexo 10 deste trabalho, confirmando a complexidade da atividade dos catadores.

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade. (BRASIL, 2010).

Entre os princípios apresentados na Lei, cinco deles são fundamentais para a discussão da inclusão de catadores, por abarcarem as questões de sustentabilidade socioambiental e de logística reversa.

1. A noção de "precaução e prevenção", que pode ser entendida como uma hierarquia dos três Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). Antes de um produto se tornar rejeito, devem ser tentadas todas as alternativas nas etapas anteriores, priorizando, sobretudo, a não geração de resíduos.
2. Responsabilidade compartilhada: quem gera o resíduo é responsável por sua coleta. Para isso, é necessário implantar a logística reversa, que é o caminho de volta da embalagem ou produto pós-consumo para o mercado por meio da reciclagem.
3. Planejamento da gestão de resíduos por meio da articulação entre setor público, privado e sociedade civil.
4. Produção e consumo sustentáveis.
5. A valorização do resíduo sólido como "um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda". Ou seja, a coleta seletiva deve preferencialmente utilizar o trabalho dos catadores.

No horizonte da Lei estão duas ações principais: até agosto de 2012 deverão ser feitos os Planos Estaduais, Intermunicipais ou Municipais de gestão de resíduos sólidos e até agosto de 2014 todos os lixões devem ser encerrados e deverá ser implantada a coleta seletiva. Para o fechamento dos lixões sem prejuízo aos milhares de catadores que sobrevivem dessa forma de catação, o poder público e as organizações de catadores terão de criar formas para absorver esse contingente e, para isso, precisarão ser construídos modelos mais modernos e menos onerosos e burocráticos para a formalização do trabalho dos catadores.

No entanto, para que esta Lei represente um efetivo avanço ambiental e social, ela precisa ser amplamente implementada, especialmente por parte do poder público e das empresas, que estão obrigadas a implantar a logística reversa incluindo os catadores de materiais recicláveis no processo. A PNRS é considerada pela categoria dos catadores como um importante marco da sua luta por reconhecimento, pois os coloca em papel de destaque no processo de gestão dos resíduos sólidos. Para que aconteça a inclusão dos catadores de maneira efetiva, é importante que eles estejam organizados, empoderados e formalizados. Sachs (2008) coloca a questão da formalização do trabalho como uma medida de desenvolvimento social incluyente e sustentável.

A saída da informalidade requer um feixe de políticas públicas complementares inspiradas pelo princípio de tratamento desigual dos desiguais, no caso, ações afirmativas em favor dos empreendedores mais fracos, para que possam, com o tempo, enfrentar o mercado em condições de competitividade genuína e de produtividade suficiente para proporcionar postos de trabalho decente. (SACHS, 2008, p. 146).

Para que este “feixe de políticas” possa efetivar-se, sabemos, contudo, que será preciso muita luta e mobilização. A inclusão dos catadores que ainda não estão organizados deverá ser uma das ações prioritárias do Movimento Nacional dos Catadores, ator social que vem fortalecendo-se e apropriando-se da crescente discussão em torno dos problemas socioambientais.

2.3.1. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis²¹

A organização dos catadores como movimento social é recente. Data de meados do ano de 1999 o seu surgimento, com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. No entanto, apenas em 2001 é fundado oficialmente o MNCR, com a assinatura da Carta de Brasília, “documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis” (MNCR, 2010) durante o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Segundo o Movimento, houve grande articulação em âmbito regional para que se chegasse à organização de um movimento nacional que, em 2003, ganhou força com a realização do 1º Congresso Latino-americano de Catadores, em Caxias do Sul, RS. De lá pra cá já foram realizados outros dois congressos latino-americanos de catadores. Em 2006

²¹ Dados de referência encontrados na página do MNCR na internet (vide Referências).

houve uma marcha de catadores na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para reivindicar apoio do Governo Federal às causas da categoria. Participaram da marcha cerca de 1200 catadores. Em 2009, São Paulo sediou o 1º Encontro Internacional de Catadores – a Expocatadores, que contou com a presença de catadores da maioria dos estados brasileiros, de países latino-americanos e da Índia. O evento teve outras duas edições, em 2010 e em 2011, também em São Paulo. Atualmente, a pauta de luta dos catadores organizados é pela plena implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com inclusão das cooperativas, pelo pagamento por serviços ambientais prestados por eles à sociedade, pela não implantação de incineradores de lixo nas cidades brasileiras e pela inclusão dos catadores como beneficiários da Previdência Social.

A organização do trabalho dos catadores em cooperativas e associações é muito importante para o fortalecimento da categoria e para a melhoria das condições de trabalho e de comercialização dos materiais. A pesquisa realizada por Baeder (2009) confirmou a importância do trabalho coletivo para a categoria dos catadores.

O trabalho coletivo é fundamental para construir novas perspectivas de vida. Na verdade, mesmo sem ter clareza do significado e das perspectivas políticas futuras dessa mobilização, as próprias circunstâncias exigem essa integração para melhorar a venda e a renda. Então a saída coletiva para suprir a necessidade imediata pode alavancar um processo mais profundo e perene de transformação das relações sociais. A estruturação de políticas públicas de resíduos sólidos com inclusão dos catadores passou a ser incorporada à pauta de reivindicações dos movimentos sociais (BAEDER, 2009, p. 77).

No entanto, ainda falta muito a ser conquistado. Segundo dados do MNCR sobre as organizações de catadores, em 2006 menos de 10% dos catadores do país encontravam-se organizados:

Neste cenário, o funcionamento de cooperativas de catadores é uma exceção. Acredita-se que estas entidades agrupem fração diminuta do contingente de catadores, em torno de 35.000 trabalhadores em pouco mais de 350 cooperativas em diversos graus de consolidação operando em todo o território brasileiro. (WALDMAN, 2010, p. 186-187).

O alto grau de heterogeneidade (distintos níveis de organização e eficiência na coleta, triagem, limpeza e acondicionamento dos materiais) é apontado pelo IPEA como limitante e condicionante de efetivação de políticas públicas para este setor produtivo (IPEA, 2010, p. 36).

2.4. Catadores e catadoras na cidade de São Paulo

Encontrar dados estatísticos fidedignos sobre as organizações de catadores foi um dos maiores desafios desta pesquisa. A literatura geralmente apresenta apenas estimativas. Isso explica-se por dois motivos principais. O primeiro é a alta rotatividade característica da atividade, pois pela demarcada precariedade do trabalho, muitos catadores permanecem na busca de melhores condições de emprego e de vida, abandonando a atividade quando se deparam com oportunidades de emprego que julgam melhores, e muitas vezes retornam à atividade de reciclagem quando o novo emprego não supre as necessidades ou apresenta problemas de outra ordem. Outro motivo para a falta de dados atualizados sobre esta população é que a maioria se mantém na informalidade e sequer é contabilizada pelo Movimento Nacional dos Catadores. São moradores de rua, trecheiros²², pessoas sem moradia fixa, que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis, sobretudo de latas de alumínio, papel e papelão. Essa ausência de dados a respeito das organizações de catadores é reconhecida pela literatura. A pesquisa realizada pelo IPEA sobre pagamento por serviços ambientais urbanos mostrou que

[p]ara correta avaliação da adequação de uma política pública seria desejável que estivessem disponíveis dados recentes de amostra suficientemente grande das cooperativas de catadores de materiais recicláveis hoje existentes no Brasil. Essas informações são hoje indisponíveis nos órgãos de estatísticas oficiais (IPEA, 2010, p. 37).

No caso da cidade de São Paulo, essa imprecisão repete-se. Grimberg (2007) apresenta os cálculos realizados pelo Instituto Pólis com base em dados de 2004 da Secretaria Municipal de Serviços e Obras sobre a redução da quantidade de resíduos coletados por dia no município entre os anos de 2000 e 2004. Essa estimativa apontaria a presença de cerca de 20 mil catadores atuando na cidade de São Paulo, número que poderá ter sofrido diversas alterações desde então. Outra estimativa, realizada pelo Comitê de Catadores de São Paulo, mostra que existem na cidade entre 70 e 100 entidades de catadores (cooperativas, associações, grupos), o que representaria aproximadamente três mil pessoas atuando de forma organizada. Cabe ressaltar que esses dados são bastante contestados pelos próprios catadores, que acreditam ser em número maior. Grimberg denuncia o descaso do poder público com

²² Trecheiro é um termo utilizado pelos movimentos sociais em defesa da população de rua para designar essa situação de “passagem”. Significa, segundo Rosa (2005, p. 278) “quem anda nas estradas de uma cidade para outra; viajante; que faz o trecho”.

relação à realização de um censo de catadores na cidade: “(...) apesar da permanente cobrança do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo ao longo de sua atuação para que se realizassem estes levantamentos, até o momento essa demanda não foi atendida” (GRIMBERG, 2007, p. 15).

Ribeiro et al. (2009), em estudo financiado pela FAPESP, fizeram um levantamento preliminar dos programas de coleta seletiva da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com base em entrevistas com os coordenadores dos programas. Segundo esse estudo, o município de São Paulo possui 63 entidades de catadores, abrangendo 1.852 cooperados que coletam quase mil toneladas de resíduos por mês (RIBEIRO et al., 2009, p. 32). No entanto, os autores da pesquisa consideram baixo o índice de abrangência do programa, visto que a coleta seletiva no município recolhe menos de 1% dos resíduos gerados pela população.

Data do ano de 2003 o início da parceria da Prefeitura Municipal de São Paulo com as organizações de catadores. Ela foi fruto da luta de movimentos sociais e de organizações civis, que encontrou eco na gestão do Partido dos Trabalhadores na prefeitura municipal. Das 63 entidades levantadas pelo estudo de Ribeiro, apenas 15 atuavam em parceria com a prefeitura, embora o número de catadores envolvidos no programa de coleta seletiva oficial tenha crescido 2450% em seis anos (passou de 26 para 663). Ainda de acordo com este estudo, os catadores participantes das organizações em parceria com a prefeitura possuem ganho mensal médio de cerca de um salário mínimo.

Grimberg (2007) recupera a história da luta pela organização dos catadores em São Paulo, avaliando as permanências e avanços ocorridos desde o início das discussões sobre a coleta seletiva na cidade. O modelo de gestão de resíduos elaborado pelos fóruns previa que o sistema deveria ser estruturado para fortalecer os núcleos preexistentes. As unidades criadas pelo “Programa Coleta Seletiva Solidária” em 2003 foram chamadas de “centrais de triagem” e deveriam, então, aglutinar os núcleos já existentes. Em contrapartida, esses núcleos deveriam incorporar catadores avulsos em suas equipes. A meta inicial era a criação de 31 centrais de triagem, uma para cada subprefeitura, até dezembro de 2004. No entanto, apenas 15 centrais de triagem foram inauguradas. Elas recebiam catadores de cerca de 30 núcleos espalhados pela cidade. Este modelo ainda vigora. Em 2010, de acordo com dados da Limpurb, órgão da PMSP, o programa possuía 17 centrais de triagem (cooperativas conveniadas com a Prefeitura). O pouco crescimento demonstra o lugar da coleta seletiva na política de gestão de resíduos do município.

Para esta pesquisa, escolhemos como recorte a central de triagem da Subprefeitura da Sé, conhecida como Coopere-Centro.

2.4.1. Programa *Catadores de Materiais Recicláveis e População em Situação de Rua*

O grupo com o qual desenvolvemos a pesquisa de campo participa de um dos programas do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e do programa de coleta seletiva do município, conforme mencionado anteriormente. O CGG é uma instituição que existe desde 1988, tendo originado-se de um grupo de agentes das pastorais católicas da região central e demais militantes ligados à Igreja, que já participavam de ações sociais promovidas por essas pastorais. Eles alegavam que a pobreza na região central “não era reconhecida em sua dimensão sociopolítica pelos órgãos públicos – a discussão focalizava a periferia da cidade, onde a militância popular era mais forte”²³. Desta forma, o CGG iniciou um trabalho específico de defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais e de intervenção em políticas públicas, “com o objetivo de fortalecer os trabalhos já existentes na área central, com base na educação popular e na defesa dos direitos”. Seus primeiros trabalhos “centraram-se na defesa dos moradores de cortiços contra aluguéis abusivos e despejos violentos, e também na criação de um espaço de convivência para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis”, estando, portanto, comprometido com as lutas por moradia e trabalho digno no centro da cidade. Na ocasião da pesquisa, desenvolvia três diferentes programas: 1) Moradores de Cortiços; 2) Catadores de Materiais Recicláveis e Pessoas em Situação de Rua e 3) Núcleo de Educação, Informação e Documentação (NEIDOC). Dentro do Programa Catadores de Materiais Recicláveis e Pessoas em Situação de Rua e do NEIDOC desenvolviam-se os trabalhos de coleta seletiva e inclusão social que são foco desta pesquisa. Em dezembro de 2010 iniciou-se uma série de reformulações neste programa, que passou a chamar-se *Programa Reviravolta da População em Situação de Rua*.

A principal razão das mudanças ocorridas no programa foi de cunho político. Uma vez que o programa tinha duas bandeiras, a dos catadores e a da população em situação de rua, sua

²³ Este tópico foi elaborado com o auxílio dos coordenadores da Coopere e da equipe do Programa Reviravolta da População em Situação de Rua. As citações foram retiradas de dois cadernos institucionais e do site da instituição (vide Referências), além do documento de replanejamento do programa, elaborado em maio de 2009 pela equipe gestora.

coordenação optou por atender as demandas e apoiar a luta dos movimentos da população de rua, mais frágil do que a dos catadores, que vem ganhando mais apoio do governo federal, da sociedade civil e até mesmo da indústria, por conta da aprovação da Lei Federal de Resíduos Sólidos.

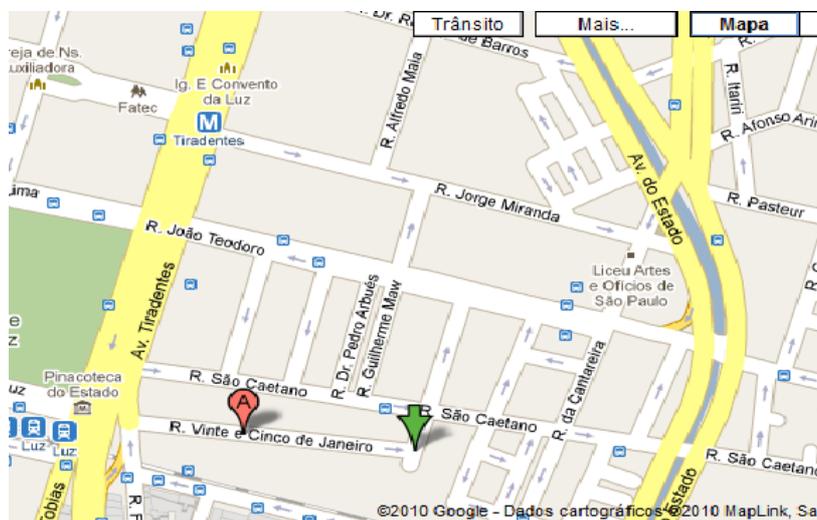
O Programa Reviravolta englobava as atividades aqui mencionadas da Coorpel²⁴ e, em parte, da Coopere, mas a gestão e a maior parte das atividades funcionavam em um galpão alugado no bairro da Luz²⁵ (vide mapa), centro de São Paulo. Trata-se de uma região que vem sofrendo inúmeras mudanças de infraestrutura e reurbanização, por concentrar importantes prédios históricos e instituições culturais, como a Pinacoteca do Estado, a Estação Júlio Prestes, a Estação e o Parque da Luz, o Museu da Língua Portuguesa, o Museu de Arte Sacra, as sedes da Polícia Militar e do Centro Paula Souza (FATEC) entre outras. Estas instituições formam importante polo turístico e comercial da cidade, atraindo mais investimentos, que por sua vez, impulsionam a especulação imobiliária. A valorização crescente dos imóveis na região tem forçado inúmeros moradores de baixa renda a pagar um alto preço por aluguéis em imóveis precários, como cortiços e pensões, ou ainda entrar em ocupações em edifícios abandonados, e, por vezes, a única alternativa é buscar moradia acessível em bairros bastante afastados do Centro, o que nem sempre compensa financeiramente, visto o alto custo do transporte público na cidade de São Paulo e o tempo que se perde em locomoção.

A região da Luz (e imediações – Bom Retiro, Ponte Pequena, Brás, Parque Dom Pedro, Baixada do Glicério, República e Sé) concentra também um grande contingente de pessoas em situação de rua e nela localizam-se diversos e importantes equipamentos sociais de atendimento a esta população, como centros de acolhida, espaços de convivência, serviços de saúde, a Casa de Oração do Povo de Rua, projetos de geração de renda e dois núcleos de reinserção produtiva, o Recifran (Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem), gerenciado pelo SEFRAS (Serviço Franciscano de Ação Social), e o Reviravolta, gerenciado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Em 2007 o Programa Reviravolta, à época Programa Catadores de Materiais Recicláveis e Pessoas em Situação de Rua, foi conveniado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo como *núcleo de reinserção produtiva de adultos em situação de rua*. Abaixo a localização do

²⁴ Inicialmente, Coorpel era o nome vinculado apenas à associação de carroceiros. Com o fim da associação, por já ser uma marca bastante difundida, continuou a ser utilizado pelo “Reviravolta” para designar as atividades específicas de coleta seletiva que desenvolvem na sede da rua 25 de Janeiro.

²⁵ Rua 25 de Janeiro, n. 274, nas imediações da “Rua das noivas”, como é conhecida a Rua São Caetano por possuir inúmeras lojas de comércio especializado em festas de casamento e afins, e da Rua 25 de Março, principal rua de comércio popular do país.

Programa Reviravolta, estratégica para o atendimento a população em situação de rua da região central.



Mapa de localização da Coopel. Fonte: Google Maps, setembro de 2010.

Na ocasião da pesquisa, a equipe de apoio do Programa Reviravolta era composta por uma gerente de serviços (coordenadora geral), com formação em Serviço Social, uma assistente técnico-administrativa de nível superior, uma assistente social e três educadores de nível médio (dois na função de motorista e uma no apoio geral). Esta parte da equipe ficava alocada na Rua Vinte e Cinco de Janeiro. Outras três funcionárias estavam alocadas na Coopere, prestando apoio técnico e social à cooperativa. Uma delas era assistente social, a segunda no cargo de apoio administrativo-contábil e uma terceira no apoio geral. Este pessoal era remunerado por meio do convênio com a prefeitura. Completavam a equipe três educadoras responsáveis pelas oficinas de artesanato e apoio ao serviço social do programa. Estas eram contratadas como prestadoras de serviço pelo Centro Gaspar Garcia, e não pelo convênio com a SMADS, que não cobria este tipo de serviço.

O programa, à época, funcionava em quatro etapas, interligadas em um contínuo:

- 1) Oficinas de Artesanato: a porta de entrada no programa. Após passar por entrevista com a assistente social, o/a participante era encaminhado/a para o grupo das oficinas. Frequentava a oficina em dois períodos por semana e recebia uma ajuda de custo de R\$ 5,00 por período. Duasicineiras coordenavam as atividades de confecção de peças com materiais recicláveis (bijuterias, objetos, cadernos, papel,

tear entre outros), que eram posteriormente vendidas na loja social da SMADS²⁶ e em feiras e eventos beneficentes. O objetivo dessa etapa era a criação de vínculo, algo bastante difícil e importante para esta população, com a proposta do programa, com os educadores e com o espaço. Durante um período de, pelo menos, seis semanas, o participante permanecia apenas nesta etapa, podendo ser posteriormente encaminhado ao núcleo de coleta seletiva, havendo vaga no núcleo, interesse e postura por parte do participante, e aprovação da equipe de serviço social.

- 2) Núcleo-escola de coleta seletiva: dentro do programa, a segunda etapa. Nela, o material reciclável era trazido de diferentes pontos de coleta conveniados por um caminhão próprio do programa, adquirido em 2006. Em uma mesa, um grupo de cerca de 15 pessoas fazia a triagem do material, pesava, prensava e armazenava. A comercialização era feita apenas pela equipe gestora do programa, contando com uma participação quase nula dos catadores na administração. A renda gerada pela produção (triagem) sofria um desconto de 10% para a manutenção do programa e o restante era rateado entre todos de acordo com o número de horas trabalhadas. A renda média de cada participante girava em torno de um salário mínimo. Acreditava-se que com esta renda o participante pudesse reorganizar sua vida. Para isso, havia o acompanhamento do serviço social do programa, que, entre outras questões, ajudava os participantes a tirar documentos, realizar acompanhamento médico e psicológico, buscar tratamento para os casos de adicção em álcool e drogas, retomar o contato com a família, matricular filhos na escola, voltar a estudar, alugar um imóvel etc.
- 3) Associação Cooprel – Cooperação na Reciclagem de Papel e Papelão: foi uma iniciativa de oferecer aos carroceiros da região um espaço para convivência, armazenamento e comercialização dos materiais recicláveis. Foi a primeira ação do programa que, em 1998 ajudou a formar a associação para melhorar as condições de trabalho e de comercialização, pois, embora a coleta fosse individual (cada catador trazia da rua o seu material), a venda era feita coletivamente, o que assegurava preços melhores frente aos compradores. O espaço abrigava cerca de

²⁶ A loja social da SMADS funciona na Rua Líbero Badaró, n. 561, próximo aos metrô São Bento e Anhangabaú e serve de vitrine para produtos de diversas entidades beneficentes da cidade.

20 carroceiros, com local para guardar as carroças e fazer a triagem do material, que muitas vezes era “terceirizada” (alguns carroceiros tinham “funcionários” para triar seu material). Em comum, eles utilizavam os mesmos equipamentos (balança, prensa, empilhadeira, caçambas). A parte administrativa, como o controle de entrada e saída de material, pagamentos, descontos etc., era feita pela coordenação do Programa. No ano de 2010, com a promessa da prefeitura de São Paulo de construir novos galpões para os grupos de catadores, com vistas à ampliação do programa de coleta seletiva do município (após condenação do Ministério Público por meio de ação civil pública movida por diversas entidades contra a PMSP), houve a tentativa de organização da Associação Cooprel, juntamente aos catadores do Recifran, em cooperativa. Foram realizadas reuniões semanais entre os catadores dos dois grupos durante três meses. O processo parou por conta da falta de dados reais de que a prefeitura faria mesmo o galpão, o que desanimou muito estes carroceiros, que já possuíam muitas dificuldades de pensar e agir coletivamente e, diante dos impasses e inseguranças, acabaram por desmembrar não só a tentativa de formação da cooperativa, como também a associação que já existia.

4) Cooperativa de Catadores de Materiais Reaproveitáveis da Região Central – Coopere-Centro: surge deste programa, como uma terceira etapa, para onde seriam encaminhados os participantes que já houvessem passado pelas etapas anteriores.

2.4.2. A COOPERE-Centro²⁷

A Coopere-Centro – inaugurada no dia 24 de abril de 2003 – foi construída em uma ação coletiva do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), do Serviço Franciscano de Ação Social (SEFRAS) e da Prefeitura Municipal de São Paulo. Para ingressar na Coopere era necessário ter vindo de um núcleo apoiado ou

²⁷ Tópico desenvolvido com o auxílio e a participação dos coordenadores e educadoras da Coopere. Os dados apresentados a seguir estão baseados no banco de dados da cooperativa fornecido para a pesquisa, tendo por mês de referência setembro de 2010.

gerido por uma das três instituições citadas acima. A Cooprel é um projeto do CGG, o Recifran é um Projeto do SEFRAS e a Coopamare, primeira cooperativa de catadores do Brasil, foi inicialmente acompanhada pela OAF. O objetivo era que o projeto gerasse aprendizado e renda para que as pessoas em situação de rua da região central pudessem caminhar em seus processos de (re)organização da vida pessoal e social e de conquista de autonomia. Essa intenção aparece, por exemplo, no slogan da cooperativa: “Coopere: reciclando vidas” (Anexo 1, Foto 01).

Existe uma intenção política explícita nas organizações de apoio aos catadores. O CGG, assim como as outras duas organizações que participaram do processo, fazem-se presentes não apenas no apoio a Coopere e na organização e gestão dos núcleos, mas também em muitos fóruns e espaços de discussão política que debatem questões sociais, como o Fórum de Entidades de Apoio à População em Situação de Rua, o Conselho de Monitoramento de Políticas para a População de Rua, o Movimento Nacional da População de Rua, o Fórum de Assistência Social do Município, entre outros. O apoio do CGG a Coopere dá-se em âmbito social e administrativo, uma vez que desde a criação da cooperativa trabalham lá uma assistente social e uma auxiliar técnico-administrativo, ambas mantidas pela entidade em convênio com a SMADS, e, mais recentemente, uma terceira funcionária que atua no apoio geral, também remunerada pelo convênio. A participação de uma entidade externa na cooperativa faz com que ela se diferencie das demais em aspectos positivos e também negativos, assunto que será abordado mais adiante.

A Coopere está vinculada à prefeitura também por meio do programa municipal de coleta seletiva, sendo uma das 17 centrais de triagem de resíduos sólidos conveniadas à Limpurb, divisão da Secretaria Municipal de Serviços responsável pela limpeza urbana. Na ocasião da pesquisa, era a maior cooperativa de reciclagem de São Paulo em número de cooperados e a terceira em volume de processamento de resíduos, cerca de 350 toneladas por mês.

As pessoas que chegavam a Coopere vinham de um dos três núcleos²⁸, onde recebiam atendimento social e as primeiras orientações sobre o trabalho com resíduos sólidos²⁹. Lá, integrados a um grupo, eles conviviam com as questões da coletividade, como trabalhar em conjunto, participar de reuniões, palestras, treinamentos, (re)aprendiam a conviver com

²⁸ Em setembro de 2010, 56% eram oriundos da Cooprel, 36% do Recifran e 8% da Coopamare. Não investigamos os núcleos Recifran e Coopamare, apenas a Cooprel, como já fora mencionado.

²⁹ A coleta e comercialização de materiais recicláveis estão entre as atividades produtivas mais comuns entre as pessoas em situação de rua, conforme Rosa (2005).

regras, horários, a conhecer e exercer seus direitos, a ter obrigações e compromissos a cumprir, tiravam documentos, passavam a recolher INSS e eram incluídos na rede pública de saúde por meio de uma parceria com a Unidade Básica de Saúde da Barra Funda, responsável pelo atendimento naquele território. Depois de um tempo trabalhando no núcleo (variável para cada pessoa, e de acordo com a disponibilidade de vagas), eram encaminhados para a Coopere. Apresentados ao novo grupo, passavam por um período de experiência de um mês, em que recebiam tratamento diferenciado (valor da hora mais baixo que da cooperativa e não ganhavam uniforme). Durante este período, eram acolhidos pelos catadores mais experientes, que faziam o papel de “professores” dos recém-chegados. A recepção dos novos era feita primeiramente por uma conversa com os cinco coordenadores, seguida de uma entrevista com a assistente social (não de caráter avaliativo/seletivo; mais instrumental). Este processo de integração a um grupo era muito importante, ao mesmo tempo, complicado, para estas pessoas, que vinham de situações de vulnerabilidade social, excluídas do mercado de trabalho e das políticas públicas mais básicas, como as de moradia, saúde e educação.

A cooperativa está situada no bairro do Bom Retiro, entre as avenidas do Estado e Santos Dumont (vide mapa). É uma região de muito comércio, em geral de confecções, mas também abriga importantes órgãos públicos, como o DETRAN-SP, o Batalhão Tobias de Aguiar, a FATEC, entre outros.



Mapa de localização da Coopere. Fonte: Google Maps, setembro de 2010.

No momento da pesquisa (ano de 2010) a cooperativa era composta por cerca de 100 cooperados³⁰, que se dividiam em dois turnos de trabalho. Dentre os cooperados, apenas

³⁰ Utilizo um número aproximado devido ao fluxo constante de entrada e saída de pessoas na cooperativa. Os dados que apresento são do mês de setembro de 2010, quando a cooperativa era composta por 94 cooperados.

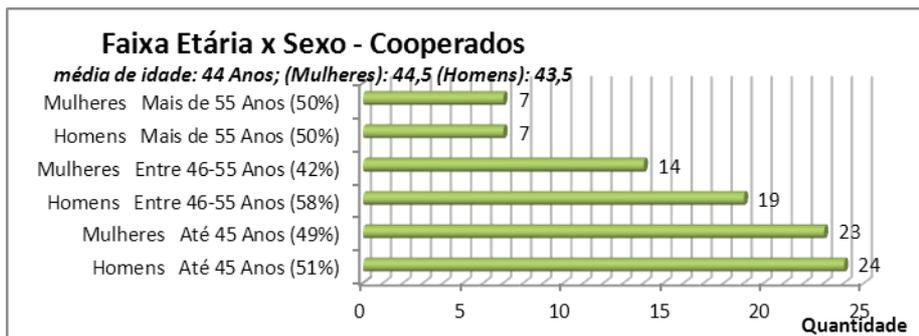
alguns estavam desde o início da cooperativa, que começou com um grupo de 30 pessoas. Existia uma rotatividade de pessoas, mas não muito significativa; boa parte da equipe original ainda trabalhava lá. A média de idade era de 45 anos, mas o grupo tem alguns jovens e um número significativo de idosos (Quadro 1). A média de idade na cooperativa é consonante aos dados do censo da população de rua realizado pela FIPE em 2009 e em 2010³¹.

Entre os mais jovens, era interessante observar que não havia muita rotatividade, o que contraria o senso comum de que este seria o grupo com maior índice ou melhores condições de empregabilidade, o que o tornaria mais rotativo dentro da cooperativa. Para muitos desses jovens, a falta de “preparo” para competir no mercado de trabalho formal (baixa escolaridade e, menos ainda, conhecimentos hoje exigidos, como na área de informática, por exemplo) e a dependência química poderiam ser os dois principais fatores que impediria de adentrar no mercado formal, mas não os únicos. Não raros eram os casos em que a ausência ou a fragilidade de vínculos sociais, especialmente familiares, acarretava a perda de motivação para os jovens em situação de rua. Outra explicação possível, confirmada pela observação tanto na Coopere quanto na Coorpel, é a de que muitos jovens, mas também pessoas que estão em situação de rua, em geral, não conseguem submeter-se a regras sociais, têm dificuldade para cumprir acordos e combinados, horários de trabalho etc., pois na rua constroem-se outras regras, bem mais flexíveis e muito diferentes das que construímos e às quais nos submetemos nas instituições sociais. E era entre os idosos que estava a maior taxa de permanência na cooperativa, pois muitos não encontravam ou não desejavam buscar alternativas fora desse local em que, a despeito das suas queixas, eram acolhidos e aceitos suas limitações físicas, psicológicas e sociais.

O grupo também era bastante diversificado quanto a gênero (praticamente 50% de homens e 50% de mulheres) e de orientação sexual (cerca de 90% de heterossexuais e 10% de homossexuais – assim espontaneamente declarados durante a pesquisa). Existia uma explícita divisão sexual no trabalho, aspecto que será abordado mais adiante.

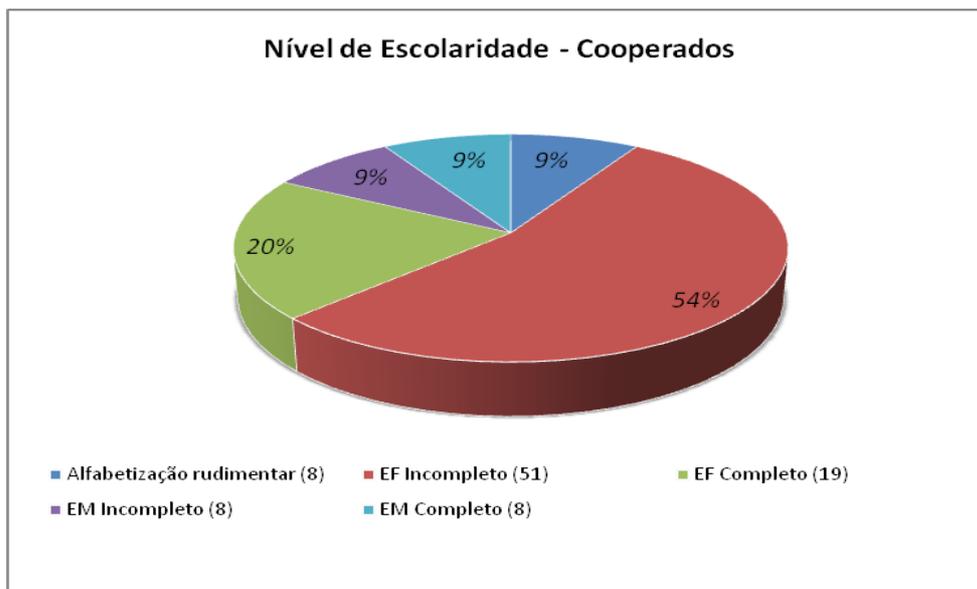
Quadro 01:

³¹ “A população em situação de rua na cidade de São Paulo é predominantemente do sexo masculino (86%) e de não brancos (64%), com idade média de quarenta anos.” (SCHOR; VIEIRA, 2010)



O grupo de cooperados também era bastante heterogêneo quanto à escolaridade (vide Quadro 2), havendo pessoas alfabetizadas em nível rudimentar (que podem ser consideradas “analfabetas funcionais”) até pessoas com Ensino Médio completo.

Quadro 02:



A Coopere, por estar localizada na região central, e ter sido criada como uma alternativa de trabalho e geração de renda aos moradores do entorno, acaba por acolher pessoas em situação de rua ou situação de moradia precária que vivem em seu entorno. Uma parte dos cooperados já resolveu essa questão, e essa condição foi conquistada, em grande medida, pela sua inserção na cooperativa. Há, porém, alguns casos de cooperados que ainda permanecem nesta situação, mesmo estando na cooperativa há algum tempo. A questão da moradia é bastante complexa para os cooperados. Conseguem um local para morar em condições razoáveis e possível de ser pago (com aluguel ou prestação do CDHU) em bairros muito afastados do Centro, tendo de arcar com os custos do transporte público, que chega a comprometer 25% de sua renda e gastam entre quatro a cinco horas diárias com o

deslocamento. Já chegam cansados e desanimados para enfrentar uma jornada exaustiva de trabalho após acordar tão cedo e passar tanto tempo dentro de uma (ou várias) condução. Por isso há os que optam por permanecer morando na região central, em centros de acolhida (albergues), ou em quartos alugados em pensões precárias, às vezes em condições insalubres, cujo valor do aluguel é extremamente elevado, podendo comprometer mais de 60% da renda com moradia.

Capítulo III – Aprendizagem social e formação humana no cotidiano da cooperativa

3.1. A acolhida da pesquisadora no campo

Minha entrada na Coopere foi facilitada pelo contato de um dos coordenadores do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Ele levou-me à cooperativa para que eu apresentasse minha proposta aos coordenadores, que me receberam muito bem e ouviram-me atentamente. Ficaram surpresos e desconfiados quando falei que gostaria de trabalhar junto a eles na triagem e nas demais funções da cooperativa. Mesmo assim, no dia e hora combinados, duas coordenadoras esperavam-me com meu uniforme preparado (camiseta, calça e luvas) e um grande sorriso no rosto.

No primeiro dia de trabalho na Coopere, tive de acordar bastante cedo para estar lá. Nas ruas e no ônibus, apenas trabalhadores, gente simples e esforçada que levanta muito cedo, ou vai dormir quando o dia está amanhecendo, ao deixar o serviço noturno. Lá chegando, logo fui convidada para tomar o café da manhã. Estava bastante frio e escuro. Naquele dia uma das cooperadas havia levado uma peça de queijo, que trouxera de Minas Gerais para dividir com o pessoal. Todos estavam contentes com a novidade no café da manhã, o queijo, e, mesmo sendo cedo, a agitação entre eles já era grande. Após o café, fomos para a esteira. Conversaram pouco comigo. Os mais próximos a mim permaneceram quase calados por toda a manhã. Eu ouvia as conversas dos que trabalhavam mais distante. Vez ou outra eu perguntava alguma coisa além das dúvidas quanto à separação dos materiais. Como eu já havia estado em uma esteira de triagem antes, não tive muitos problemas para fazer o trabalho. O mais difícil era encontrar uma forma de interagir com eles de modo simpático e natural, sem que parecesse, no entanto, invasiva. Por diversas vezes pensei se não era melhor ter utilizado outro procedimento de pesquisa. Em todo o tempo em que passei na esteira nesse primeiro dia questioneei meus métodos. A tontura provocada pelo rolamento da esteira e o mal estar com o lixo (pois, infelizmente, não existe só material reciclável na esteira), somados ao constrangimento de estar ali, provocaram em mim sentimentos de desânimo e descrédito com relação à pesquisa e seus objetivos. Explico o constrangimento: após trabalhar com catadores em Florianópolis e fazer a pesquisa exploratória na Coopel, essa realidade não era novidade para mim, mas, ainda assim, eu não me sentia autorizada para estar ali. Pensava que minha

pesquisa nada ou pouco contribuiria para a melhoria de sua qualidade de vida e de trabalho. Sentia-me perdendo tempo, o meu e, principalmente, o deles.

Os primeiros dias de trabalho na esteira foram considerados infrutíferos por mim, pelo menos inicialmente. Eu chegava, vestia o uniforme, separava o material, mas não captava muita coisa que interessasse aos objetivos da pesquisa. Interagia pouco e timidamente com eles. Com certeza eu observava muitas questões ali, ouvia conversas importantes, mas não via um sentido maior naquilo, porque o que eu observava parecia estar longe de responder aos objetivos propostos. Queria que eles falassem de escola, de que tinham vontade de estudar, de aprender a ler e a escrever, de sonhos desse tipo. Ou então que criticassem o sistema, o poder público ou a má qualidade do material reciclável enviado pela população. No entanto, as conversas giravam em torno de amenidades, de temas do cotidiano: arranjos familiares, fofocas e brincadeiras de uns com os outros, doenças, relação com as drogas etc. Passado o choque do primeiro contato com o grupo e a frustração de não receber deles logo de cara as informações de que eu precisaria para desenvolver minha pesquisa, fui familiarizando-me com esses assuntos trazidos por eles e pude, assim, ir percebendo diferentes nuances da vida daquelas pessoas. Eram elementos importantes que escapavam ao recorte da minha proposta, mas de grande relevância para a compreensão do seu modo de vida e trabalho. Foi quando resolvemos alargar o conceito de aprendizagem, passando a considerar elementos educativos além das práticas de leitura e escrita no trabalho, adotando, portanto, a noção de aprendizagem social.

A aprendizagem social é entendida aqui como os processos educacionais realizados e sofridos pelos indivíduos quando da ação coletiva, em espaços não escolares, como grupos, associações etc. Durante o trabalho com os catadores da Coopere, observei de que forma, por exemplo, eles aprendem a realizar tarefas diversas dentro da cooperativa. Algumas atividades que poderiam ser facilmente consideradas “simples” podem representar pequenas conquistas para algumas pessoas que ali trabalham. Com relação à separação de materiais, por exemplo. Embora todos eles tivessem experiências anteriores com materiais recicláveis, a logística da cooperativa era bastante complexa e diferente do trabalho na rua e até mesmo nos núcleos. E cada indivíduo tem um jeito diferente de aprender o trabalho e de interagir com o grupo. Alguns mesmo estando lá há bastante tempo ainda apresentavam dificuldades em reconhecer alguns materiais, outros, como eles mesmos diziam, “pegam logo o serviço”. Nos frequentes passeios que fazia pela cooperativa na companhia de uma das coordenadoras, observávamos

materiais mal separados nos *bags*³². Em sua opinião, isso acontece porque “o pessoal não presta atenção” ou “não faz o serviço com amor”. Pode até ser, mas com base em minha experiência na esteira, pude sentir e compreender o quanto é difícil separar adequadamente, pois grandes quantidades de material passam muito rápido diante de nós, e cada cooperado é responsável por diferentes tipos de material (a mesma pessoa chega a pegar oito diferentes tipos).

Aprender a triar o material corretamente, a ficar horas em pé em volta da esteira, a conviver em um grupo com pessoas tão diferentes, a ter ritmo e horário de trabalho, a ajudar a construir e a respeitar regras e normas, a organizar o local de trabalho, a administrar o dinheiro que ganha com a reciclagem etc., são conhecimentos adquiridos por essas pessoas no cotidiano do trabalho e que mereceram destaque nesta pesquisa. A aprendizagem social do trabalho cooperado nem sempre é simples, especialmente quando experimentada por pessoas marcadas por processos de ruptura com a família, a vizinhança, a escola, a cidade de origem, o mercado de trabalho, e à margem das políticas sociais.

É na cooperativa que essas pessoas vão ter a experiência de pertencer a um grupo, por mais frágeis que sejam os vínculos com seus pares, e por mais complexa que seja a construção desse processo. Desta mesma maneira, inicialmente tímida, mas generosa, foi que se deu minha acolhida neste grupo. A questão da aprendizagem foi o eixo central da observação. Quando questionada sobre o que estava fazendo lá, sempre respondia: “vim aprender com vocês”. Alguns não aceitavam bem essa resposta e retrucavam com algum comentário do tipo “mas a gente não têm nada pra ensinar”. Eu dizia que era uma pesquisa e que para isso eu tinha que fazer um estágio com eles, que eles seriam meus “professores de reciclagem”. Essa estratégia ajudava a “quebrar o gelo” e a fazê-los sentirem-se contribuindo para o trabalho de alguém, sentirem-se valorizados. Já em 2011, após ter encerrado a etapa de campo, por conta do trabalho na Coopel fiz uma visita à cooperativa com a supervisora do Centro de Referência em Atendimento Social Especializado para a População de Rua (CREAS-POP), órgão da prefeitura. Um cooperado, ao ser apresentado à visitante, disparou, orgulhoso: “essa é a minha aluna”.

Minha presença como pesquisadora geralmente era sentida de maneira positiva, embora explicitamente marcada por diversos elementos de distinção social, referentes a gênero, geração, raça, escolaridade, divisão social do trabalho associada à instrução e outros

³² *Bag* é um grande saco de fibra de plástico que serve para coletar materiais na esteira, armazenar e transportar esses materiais dentro da cooperativa.

traços ligados ao *habitus* de classe (BOURDIEU, 1996)³³. Tanto homens quanto mulheres, em geral, não tinham problema em falar assuntos particulares na minha frente. Alguns rapidamente passaram a chamar-me de “Gabi”, “Gabizinha”, demonstrando afeto e/ou vontade de familiarizar-se. Gostavam de falar sobre futebol comigo e comentar o desempenho do Avaí (meu time de futebol do coração) no Campeonato Brasileiro. Assistimos à Copa do Mundo da África do Sul, debatemos os resultados dos jogos, torcemos juntos nos dias de jogo do Brasil em que eu estava na cooperativa. O futebol sempre foi assunto entre nós, principalmente entre eu e os homens. Também atribuíam-me o papel de mediação, sendo que muitas vezes me procuravam para reclamar do comportamento de colegas ou da coordenação. No entanto, por mais próxima que a nossa relação ficasse com o passar do tempo, havia uma invisível, porém, bastante sensível, barreira de classe que nos separava: a “menina estudada”, “menina da USP”, de um lado, e os cooperados “iletrados”, “ignorantes”, “pobres” ou “loucos” (palavras deles) de outro. Às vezes alguma fala denunciava isso, algo como: “estuda, menina; estuda pra não ficar igual nós”, “não fala besteira perto da menina que ela é estudada”, “você tem estudo, aí logo mais você arruma um trabalho bom, e nós fica aqui”, “hoje você tá só no papel, né, branca? Aí você arruma emprego no escritório, você tem grau, tem estudo, né, branca?”³⁴, “amanhã ou depois você vai embora, porque você tem estudo, e nós fica tudo aqui”. Ou quando queriam mostrar-me que também pertenciam ao mundo letrado, contando sobre oportunidades de estudo que tiveram no passado, ou fantasiando, como no caso do “livro da faculdade de medicina”, descrito a seguir.

Certo dia, no vestiário, percebi que a minha presença constrangeu uma cooperada, que costumava ser bastante falante e desinibida. Na ocasião pedi para ver um livro que ela estava guardando no armário; ela disse que não, que era da faculdade dela. Perguntei ingenuamente se ela fazia faculdade e ela, já se soltando, falou: “curso de medicina, estudo do corpo humano”. O livro era uma enciclopédia ilustrada de posições sexuais.

Comum era também associarem a minha presença à capacitação (promovida pelo MNCR e Fundação Banco do Brasil e que aconteceu nos meses em que eu estava na cooperativa). Muitas vezes viam-me chegando e perguntavam: “hoje vai ter capacitação?”.

³³ Rosa Maris Rosado(2009) estudou o conceito de *habitus* em Bourdieu a partir da experiência de catadoras de materiais recicláveis em um galpão em Porto Alegre.

³⁴ Falas desse tipo eram muito recorrentes nos dias em que eu estava lá, mas não trabalhava na separação dos materiais, apenas fazia entrevistas ou anotações no caderno de campo. Neste dia eu estava circulando pelo galpão na companhia de uma coordenadora que me explicava o funcionamento da cooperativa.

Uma vez alguém respondeu para o colega: “ela não é da capacitação, ela só anota”. A questão racial também foi uma importante componente na minha relação com eles. Sempre referiam-se a mim como a “branquinha”, “loirinha”, “galeguinha”, usando esses termos para me diferenciar do grupo, composto em sua maioria por negros ou pardos (para utilizar a terminologia do Censo do IBGE). No entanto, embora houvesse essa diferenciação de cor de pele e de classe social, não raras eram as tentativas de ambas as partes na transposição de qualquer barreira, como nos momentos das refeições, por exemplo, quando sentávamos juntos à mesa e compartilhávamos o alimento. Como no dia em que, na hora do almoço, uma cooperada chamou a atenção da colega que estava sofrendo para cortar um pedaço de carne com uma facinha de plástico: “Pega aí com a mão, não precisa ter vergonha. A menina sabe que aqui nós é tudo assim, né, menina?”. Sempre me ofereciam sua comida e faziam questão de buscar copos e talheres para mim quando eu não dispunha deles.

Era comum também, nos horários de intervalo para o café, cada um levar seu próprio copo, retirado da esteira. A cooperativa já fizera algumas tentativas de distribuir canecas aos cooperados, mas como eles não as mantinham por muito tempo, cada um era responsável por arranjar seu copo. Gentilmente ofereciam-me café naqueles copos, que haviam sido retirados do material poucos minutos antes e eram geralmente lavados apenas com água, sem sabão. Em nenhuma ocasião recusei utilizar os copos, e eles esperavam isso de mim. Pequenas atitudes como essa rendiam comentários muito positivos a meu respeito e, aos poucos, a imagem da “estudante branquinha da USP”, ia sendo desconstruída, dando lugar à empatia, à alteridade, à reciprocidade (Foto 02).

Quando passava alguns dias sem visitar a cooperativa, era muito cobrada pela ausência. Ouvia frases como: “você vai entrar na taxa-hora”; “tá sumida”, “resolveu trabalhar hoje?”. Alguns brincavam com o fato de eu estar ali no meio deles, outros não entendiam o que eu estava fazendo: “é trabaio de escola, fia?”. No dia do pagamento, no primeiro mês em que eu estava lá, três cooperados disseram-me para eu subir no escritório para receber minha parte. Expliquei a eles que eu não estava ali para ganhar dinheiro, apenas para conhecer o trabalho deles, mas ouvi como resposta que era justo eu receber, porque tinha trabalhado como eles. Esse senso de justiça, de que seria justo e correto me remunerar pelo trabalho realizado na cooperativa, é também um importante conhecimento social, que vem da construção da coletividade por parte desses sujeitos, pois trabalhando de maneira cooperativa, conseguem, aos poucos, perceber a dimensão grupal, adquirem um olhar para si, para o outro e para o coletivo.

Em meados de dezembro de 2010 fiz o encerramento da pesquisa de campo com eles. Já havia combinado a data com os coordenadores, de modo que quando cheguei à cooperativa, estavam todos os 100 cooperados no salão de reuniões aguardando-me. O presidente da cooperativa fez-me subir no palco do salão de reuniões e discursar para o grupo. Emocionada e um pouco nervosa, pois estava falando com todos juntos pela primeira vez, agradei a maravilhosa acolhida, os aprendizados e a rica convivência que tivemos. Ouvi do coordenador que eu vesti a camisa da cooperativa, me tornando uma verdadeira cooperada e amiga deles, e que minha postura humilde surpreendeu a todos que desconfiavam de mim de início. Ao final dos discursos, rezamos o Pai Nosso e a Ave Maria, orações que são praxe nas reuniões da cooperativa, e eu ganhei muitos abraços e votos de Feliz Natal. Mandavam abraços e lembranças para a minha família e pediam-me para “não sumir”. Prometi retornar quando voltasse de viagem de férias.

Encerrada a etapa de coleta de dados, continuei a frequentar a cooperativa, em visitas mais espaçadas, geralmente mensais. Muitos ainda vêm conversar comigo, querem saber quando eu vou voltar a trabalhar com eles, se eu casei ou se terminei a “faculdade”. Estreitamos os laços, separamos juntos o mesmo material, dividimos a mesma mesa e trocamos muitos conhecimentos. É disso que trata essa pesquisa.

3.2. O cotidiano na cooperativa: espaço, tempo, saúde, intimidade e relações de gênero

A Coopere recebe diariamente o material coletado por cinco caminhões próprios do programa de coleta seletiva da prefeitura (os motoristas eram contratados da concessionária responsável pela coleta nessa região da cidade³⁵ e saíam acompanhados por dois cooperados). A cooperativa também recebia caminhões compactadores (Fotos 03 e 04), o que, na opinião dos cooperados de lá e das outras cooperativas que também recebiam este material, prejudica seu trabalho. O material compactado demora muito para ser separado e costuma vir com quantidades maiores de matéria orgânica misturada (em alguns casos o material é “lixo comum”). Inicialmente esses caminhões tinham um nível de pressão maior no compactador,

³⁵ Na ocasião da pesquisa eram duas as concessionárias que se dividiam na coleta de lixo na cidade de São Paulo: a Loga, responsável pelas zonas Norte, Oeste e Centro, e a EcoUrbis, que fazia a coleta das zonas Sul e Leste.

o que gerava problemas para os trabalhadores. Por reivindicação das centrais de triagem que recebem material da prefeitura, a Limpurb determinou a diminuição da pressão nos compactadores, o que, ameniza, em parte, o problema, mas esta está longe de ser a maneira mais apropriada de levar o material para as cooperativas. A Coopere também recebia frequentemente materiais recicláveis de pessoas que levavam até a cooperativa ou que solicitavam coletas esporádicas. Com fundos próprios, no final de 2010 a cooperativa comprou uma caminhonete para ajudar na busca de doações, fazer compras, participar de atividades externas e ajudar cooperados que necessitem de transporte (carretos de mudança, por exemplo). Segundo os coordenadores, a Coopere comercializava, em média, 350 toneladas por mês de material reciclável.

A cooperativa ocupava um espaço dentro de uma área que pertence à SMADS, que utilizava parte do espaço para garagem dos veículos da Secretaria. No mesmo espaço ainda outra cooperativa, muito precária e desorganizada, chamada Coopersoma³⁶. A área onde está a Coopere era vizinha a uma central de transbordo de lixo gerenciada pela empresa Loga³⁷ (Foto 05). O espaço todo era muito grande, cerca de 10 mil m² mal aproveitados em uma área valorizada da região central. Isso porque, além do pátio que serve de garagem ser subutilizado, existiam ali umas casinhas abandonadas, com janelas e portas quebradas e mato crescendo dentro e ao redor, que poderiam ser utilizadas até mesmo pelas cooperativas que ali funcionam, ou servir de abrigo a algum outro projeto social. Isso pode ser um considerado um verdadeiro desperdício, se pensarmos no alto valor dos imóveis nesta região³⁸. A Coopere ocupava cerca de metade da área total deste terreno, possuindo dois prédios e dois pátios cobertos e uma área descoberta. Em um dos prédios ficavam a cozinha, o refeitório, uma sala grande para reuniões (Foto 06), um pequeno depósito (que servia de dispensa de alimentos), duas saletas, que seriam uma biblioteca (Foto 07) e uma sala de informática e um mezanino. O mezanino e as duas saletas não estavam sendo utilizados na ocasião da pesquisa. Em frente a este prédio havia um pátio onde eram depositados os fardos prontos para comercialização, e um espaço para entrada e saída de caminhões, sem uma área adequada para manobras, o que

³⁶ A Coopersoma era composta por um grupo de catadores que tinham um espaço no Projeto Oficina Boracéia, ligado à SMADS, e que foram realocados para esse galpão próximo a Coopere de forma provisória pela Limpurb. Em setembro de 2011, em virtude da reforma na área em frente a Coopere, a Coopersoma foi extinta e seus cooperados foram em parte absorvidos pela Coopere, mas a maioria se dispersou.

³⁷ LOGA – Logística Ambiental de São Paulo S.A. – é a “concessionária pública responsável por realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos provenientes dos serviços de saúde na região noroeste da cidade de São Paulo”. Fonte: <<http://www.loga.com.br>>, acesso em 29/09/2010.

³⁸ Em setembro de 2011 teve início uma obra de reestruturação da área, com a demolição das casinhas e a construção de um prédio que deverá ser um local para tratamento de dependência química gerenciado pela SMADS.

aumentava o risco de acidentes. Existiam ainda, logo na entrada da cooperativa, dois grandes “boxes” onde eram depositados materiais sem comprador no momento, como placas de isopor e peças de “plástico duro”, formando duas grandes pilhas destes materiais, que sujos e acumulados por muito tempo, sob sol e chuva, também provocavam a proliferação de insetos e roedores e, conseqüentemente, de doenças transmitidas por esses vetores. No outro prédio, na parte térrea, havia um depósito para guardar o “material fino” (metais nobres como alumínio e cobre, placas de computador, fios etc.; bastante valioso para a cooperativa, após triado ficava armazenado em local próprio, trancado com cadeado). O vestiário masculino ficava ao lado, próximo à escada que dá acesso ao segundo pavimento do prédio, onde funcionavam o escritório e o vestiário feminino. Deste segundo andar era possível ver o movimento em quase toda a cooperativa. A estrutura lembra a de uma antiga fábrica, onde o dono ou o gerente poderiam assistir e controlar, do alto, seu funcionamento. Este prédio também abrigava um pátio coberto com telhas do tipo Brasilit, quebradas em algumas partes, deixando o material exposto à chuva, o que causava problemas, como o aumento de peso (material molhado é mais difícil de manipular, de enfardar e pode até perder valor de comercialização), a formação de focos de dengue e de outras doenças, lama e sujeira no local, deixando também os cooperados que ali trabalham expostos às intempéries (Foto 08). Este mesmo telhado em péssimas condições servia de abrigo para pombos, outros vetores de doenças. Prova da má conservação da cobertura dos galpões da cooperativa pode ser vista em junho de 2011, quando um forte vendaval arrancou mais da metade do telhado e, por pouco, os cooperados que ali trabalhavam não sofreram um acidente, pois saíram do local há tempo. Um dos caminhões ficou completamente amassado embaixo das telhas que caíram.

No pátio menor estavam dispostas as quatro prensas (uma esteve quebrada durante todo o período da pesquisa), três mesas de triagem, três grandes caçambas para depósito de papelão e papel branco e muitos *bags* cheios de material aguardando a prensagem ou uma nova triagem nas mesas, também sob este teto. As mesas de triagem eram geralmente utilizadas por mulheres, que separavam ali PET, PP, PEAD³⁹ e papel branco. O trabalho nas mesas era considerado mais tranquilo que o trabalho na esteira, pois ali cada uma podia trabalhar no seu próprio ritmo e sem o barulho da esteira para atrapalhar as conversas, o que tornava o ambiente um pouco mais agradável e propício ao convívio social. A esteira sempre

³⁹ As siglas correspondem ao diferentes tipos de plástico: Polietileno Tereftalato (PET), Polipropileno (PP), Polietileno de Alta Densidade (PEAD). Fonte: <<http://www.reciclaveis.com.br/mercado/clasplas.htm>>, acesso em 28/04/11.

remete à produtividade, impondo um ritmo externo ao trabalhador, enquanto a triagem em mesas é “menos produtiva”, porém, mais socializadora.

Nas prensas (Foto 09) ficavam os homens, pois, segundo eles, esse “não é trabalho pra mulher”. Em uma ocasião, pedi ao cooperado que estava trabalhando na prensa se eu poderia fazer um fardo. Ele não deixou, alegando que o trabalho era muito pesado, mas me mostrou como funcionava. Interessante observar que na ocasião da pesquisa em Florianópolis, a prensa da associação de catadores era operada por uma garota homossexual, o que nos sugere pensar em questões de gênero na divisão do trabalho, visto que uma função que “não é para mulher”, é assumida por uma mulher com diferente orientação sexual⁴⁰, da mesma forma acontece com o trabalho na *Bobcat*, que é um pequeno veículo para transporte de cargas dentro da cooperativa, cuja única motorista mulher também é homossexual, com identidade marcadamente masculina. Além das considerações sobre a masculinidade do trabalho, o cooperado também disse preferir trabalhar na prensa porque ali se trabalha sozinho e “não tem ninguém para incomodar”, apesar da grande exigência física da atividade e do ruído que ela produz. O trabalho de confecção de fardos na prensa é realmente um dos mais solitários dentro da cooperativa. Quem fica ali pouco conversa ou interage com os demais. Além da força para operar a prensa, há um grande desgaste da coluna cervical, pois o movimento que mais se faz é o de abaixar-se para recolher o material que será transformado em fardo. Tanto nas prensas quanto nas demais funções, é sempre exigida uma série de movimentos corporais, que são executados de maneira pouco cuidadosa pelos cooperados, prejudicando sua saúde. Não existem pausas para descanso e alongamento dos membros do corpo. Quando a esteira para, eles saem para fumar ou para beber água (porém poucos fazem isso).

Ao redor das prensas ficavam baias, ou boxes, e alguns *bags* que armazenavam o material a ser prensado. Próximo a este local existia uma pequena vala aberta no chão, para o escoamento de água. No entanto, a vala estava sempre cheia de água muito suja, o que podia provocar pequenos acidentes, pois ficava exatamente no caminho que levava ao escritório e aos vestiários. O piso dessa área ao redor das prensas também era bastante sujo de óleo, por causa das garrafas que eram prensadas ali. Eu mesma escorreguei várias vezes quando passava pelo local.

⁴⁰ A garota citada aparece no documentário Mosaico Esperança, já mencionado. Como exemplo de afirmação de sua orientação sexual, pode-se citar a adoção de um nome masculino, Régis, no lugar de seu nome de batismo, Regiane.

No galpão maior, ao fundo, estavam localizadas as duas esteiras rolantes (Foto 10) onde era feita a separação do material recebido. Inicialmente a cooperativa contava apenas com uma esteira. Durante a pesquisa (no mês de setembro de 2010), começou a funcionar na Coopere uma segunda esteira, muito maior e mais rápida, o que ocasionou uma mudança no horário de trabalho dos cooperados, que passaram a trabalhar praticamente em um mesmo turno, mas ainda divididos em duas equipes diferentes. O material era primeiro despejado na esteira nova, e o rejeito desta ia para a esteira antiga, para ser novamente triado junto com outros materiais depositados ali. Na esteira menor trabalhavam dezesseis pessoas; na maior, vinte. Ao redor delas ficavam vários *bags*, caixas e latões onde eram depositados os materiais triados. Nos fundos do galpão era despejada a “sacaria” (como eles chamam os sacos de lixo) trazida pelos caminhões.

A cooperativa possuía duas entradas, uma pela Avenida do Estado e outra pela Rua Prates, paralela a Avenida Santos Dumont. A entrada pela Avenida do Estado fazia divisa com a central de transbordo de lixo comum e é utilizada apenas por caminhões. Nessa entrada ficava uma área sem calçamento, onde era colocado o rejeito da esteira, e também duas grandes caçambas que recebiam o vidro já separado por cores (uma caçamba para vidros transparentes e outra para os coloridos, por possuírem valor de venda diferenciado). Em 2011, por conta das reformas tanto na cooperativa quanto na área em frente, utilizada pela SMADS, a configuração do espaço, dos locais de entrada e saída de caminhões e de pessoal foi inteiramente modificada. Em junho de 2011 devido a um forte vendaval o telhado da cooperativa foi arrancado e as atividades tiveram de ser suspensas por alguns dias, o que acarretou em grandes prejuízos para os cooperados. Durante os quatro meses seguintes, enquanto a prefeitura não providenciava o conserto da estrutura e o novo telhado, eles tiveram de alterar as escalas e horários de trabalho e o local de entrada e saída de caminhões, atrapalhando toda a rotina da cooperativa, gerando atraso nas coletas e conseqüente queda na venda de materiais, o que afetou a motivação do grupo, que ficou tão desestruturado quanto o espaço físico da cooperativa. Em setembro do mesmo ano teve início uma obra de demolição e reforma da área em frente à cooperativa, que deverá receber um centro de tratamento para dependência química. A cooperativa não foi consultada sobre a obra, que gerou grandes transtornos à sua logística e ao cotidiano do trabalho dos cooperados. Não por menos, os trabalhadores da Coopere sentem-se constantemente ameaçados, por um lado pela desvalorização do poder público municipal com relação às cooperativas de catadores e, por

outro, por conta da grande valorização imobiliária da região onde a cooperativa está instalada, visto o projeto de revitalização da região central estar em plena execução.

Na ocasião da pesquisa, os cooperados se dividiam em dois turnos de trabalho: das 7 às 15h (“turno da manhã”) e das 11 às 19h (“turno da tarde”), com dois intervalos: 15 minutos para o café e 45 minutos para almoço. O café da manhã (café preto, às vezes, com leite, pão e manteiga) era fornecido pela cooperativa, que designava duas cooperadas diferentes a cada mês (dentro de um rodízio de funções) para a sua preparação e posterior limpeza do refeitório. As mesmas cooperadas ficavam responsáveis por, na hora do almoço dos dois turnos, levar as marmitas da geladeira, que ficava no escritório, para a cozinha, organizá-las e esquentá-las, e limpar o refeitório após o almoço (é interessante observar que nos meus sete meses de permanência na Coopere, nunca vi nenhum cooperado do sexo masculino ser escalado ou se oferecer para realizar algumas dessas tarefas, o que demarca uma importante questão de divisão sexual do trabalho na dinâmica da cooperativa, fator que aparece em diferentes outras formas).

No início da Coopere, em 2003, era servido almoço na cooperativa. Em 2010, ano da pesquisa, cada cooperado era responsável por sua refeição, exceto nos dias da capacitação do MNCR, quando a cooperativa oferecia almoço para os que estavam no curso. Notava-se uma grande diferença entre as refeições dos cooperados. Mais mulheres levavam marmitas que homens. Os cooperados que viviam em situação de rua e que não tinham, portanto, como preparar uma refeição, não levavam comida. Alguns desses almoçavam em bares perto da cooperativa. Outros preferiam guardar alguns pães do café da manhã para a hora do almoço, e passavam o dia assim, apenas com café e pão, sem fazerem uma refeição mais completa. Na hora do almoço, em geral, as mulheres permaneciam na cooperativa e os homens saíam para almoçar fora, nos bares do entorno. Não raro os cooperados que saíam da cooperativa na hora do almoço retornavam alcoolizados para o trabalho, o que fez com que a coordenação criasse uma regra que os proibia de sair durante o intervalo de almoço, regra bastante polêmica e questionada pelos cooperados. Nesse momento eu já não estava mais fazendo a pesquisa de campo e, portanto, não possuo maiores informações sobre o que aconteceu a partir dessa resolução. Uma alternativa encontrada por alguns cooperados para garantir uma alimentação de melhor qualidade foi a de encomendar marmitas para colegas de trabalho. Algumas cooperadas preparavam as refeições em casa e levavam as marmitas prontas para quem as encomendava. Geralmente quem vendia as marmitas eram mulheres que tinham uma moradia fixa, organizada, geralmente bastante distante do local de trabalho. Assim, essas

mulheres quando chegavam em casa, após sua jornada de trabalho na cooperativa e uma cansativa viagem de cerca de duas em diferentes conduções, iam preparar as marmitas, como uma estratégia de complementação da renda familiar. Os cooperados que compravam as marmitas pagavam por esse serviço algo em torno de R\$ 50 mensais, acertados no dia da retirada. Nas muitas ocasiões em que almocei na cooperativa, pude observar o que comiam. Em geral as marmitas eram compostas de arroz e o que chamam de “mistura”, que podia ser peixe (comumente sardinha) ou carne bovina (raramente frango ou carne suína). O feijão nem sempre estava presente e verduras e legumes eram mais raros ainda (batata era o vegetal mais recorrente). Já aqueles que almoçavam nos bares do entorno alegavam que valia a pena gastar um pouco mais para ter uma refeição completa (comiam “pratos feitos”, os “PF”). Essa escolha também se justificava por uma questão de autoestima em poder “comer fora” ou ainda em poder sair da cooperativa por alguns instantes, exercitando o papel de consumidor, ao qual se atribui um status social diferenciado. Os catadores que comiam “fora”, em geral, eram os que não tinham familiares ou dependentes; parte da sua renda era gasta dessa maneira. Especialmente os que ainda viviam em centros de acolhida, pois não possuíam despesas como aluguel e outras contas fixas, tampouco possuíam vínculos com familiares que dependiam da sua renda. De todo modo, a alimentação dos cooperados era pouco nutritiva, mesmo nos casos das refeições preparadas em casa, devido à ausência de frutas, verduras, legumes e laticínios. Também observei que não possuíam o hábito de beber água. Nos momentos de intervalo era mais comum vê-los fumando que se hidratando, mesmo nos dias mais quentes. Em toda a cooperativa existiam apenas dois bebedouros, um relativamente próximo à esteira e outro, com água mineral, no escritório, onde os cooperados, em geral, só passavam para assinar o ponto (nos horários de entrada e saída do turno de trabalho).

Como já mencionado, a cooperativa possuía dois vestiários, um masculino e um feminino, com banheiros, chuveiros e armários. Cada cooperado tinha direito a um armário (o cadeado ficava por conta de cada um) para guardar seus pertences pessoais. Era interessante notar, no vestiário feminino, que algumas cooperadas gostavam de decorar a porta de seus armários com adesivos e/ou fotos de celebridades recortadas de revistas. Ter um local para guardar suas coisas pode ser compreendido como um elemento de dignidade, ainda mais para pessoas que viveram em situação de rua; por isso, a tentativa de personalizar este espaço. Codo (1993), ao analisar as relações entre afeto e trabalho, afirma que há uma busca do trabalhador em “afetivar” o local de trabalho para, ainda que subjetivamente, imprimir sua marca pessoal, apresentar aos outros sua identidade, apagada pelo uso do uniforme e outros

elementos de massificação, entendida aqui como diluição da identidade singular no interior de signos de identificação coletiva. Os armários personalizados dos vestiários eram o local onde guardavam seus pertences pessoais e os achados no “shopping esteira” (falarei disso mais adiante). O vestiário (ao menos o feminino, mas acredito que o mesmo ocorresse no masculino) era um importante espaço de socialização, onde aconteciam muitas conversas, fofocas e brigas. Por diversas vezes presenciei cooperadas do turno da tarde que chegavam mais cedo e ficavam batendo papo no vestiário enquanto colocavam o uniforme e se preparavam para iniciar o trabalho. Esses momentos de bate papo no vestiário eram muito recorrentes; ouvindo o que diziam lá, era possível conhecer mais de perto as relações de poder entre o grupo, as amizades, os “desafetos”, os problemas pessoais – temas que muitas vezes não apareciam quando estávamos na esteira, local “de trabalho” e não de conversa para muitas cooperadas, que também eram mais tímidas ou discretas quando estavam no grande grupo. Observei também que algumas mulheres utilizavam o local, geralmente mais fresco que as demais instalações, para fazer as refeições. Não se importavam em comer no banheiro, ao contrário, preferiam, “por causa do sossego” ou por “vergonha de comer na frente dos outros”. O vestiário para alguns catadores que ainda se encontravam em situação de rua era o único local que tinham para tomar banho e guardar os pertences pessoais. Apesar da importância do local para eles, suas instalações eram ruins. Frequentemente faltava água, as caixas de descarga viviam quebradas, as poucas cadeiras tinham vindo do lixo e estavam em péssimo estado.

Um ponto polêmico dentro da cooperativa, e que me chamou a atenção, era a questão do cigarro. Mais da metade dos cooperados fumava⁴¹. A controvérsia não ficava por conta dos problemas que o cigarro pode causar a saúde das pessoas, mas por causa da enorme quantidade de materiais inflamáveis na cooperativa, que estavam sujeitos ao risco de incêndio porque muitos cooperados fumantes trabalhavam com o cigarro na mão, até mesmo na esteira, o que contrariava a normatização (Item B, Artigo 13). Além do risco de incêndio, outra queixa feita pelos próprios cooperados, inclusive por alguns fumantes que não tinham o hábito de fumar enquanto trabalhavam, é que quem fazia isso trabalhava pior, pois utilizando apenas uma das mãos diminuía a produtividade.

As histórias de vida dos cooperados são incríveis. Deixando de lado a preocupação com a veracidade dos fatos, cabe registrar no espaço deste trabalho alguns dos depoimentos

⁴¹ A pesquisa sobre hábitos de consumo mostrou também que o cigarro é considerado um item básico no consumo dos catadores. Na questão “o que não pode faltar para você”, o cigarro foi apontado como prioridade por 20% dos catadores com dependentes e por 60% dos sem dependentes.

mais curiosos ouvidos durante a observação participante. Como o de um cooperado que sonhava em ser estilista. Ele contou que fazia um curso de corte e costura quando foi assaltado na rua e teve sua bolsa levada com todo o material do curso dentro. Sem o material, ele teve de abandonar o curso e o sonho de ser estilista, trabalhou como garoto de programa, até que surgiu a oportunidade de trabalhar com a reciclagem. Outro cooperado, mais idoso, era formado em “design de interiores” em uma importante escola de artes de São Paulo, foi funcionário de um banco internacional e falava inglês. Ele contou que por conta do alcoolismo perdeu o emprego e passou seis anos sem trabalho, antes de chegar ao núcleo, que o levou a Coopere. Gostava de artes e de literatura feminista. Nas artes plásticas, era fã das obras de Frida Kahlo, e na literatura, de Rosa Luxemburgo. Curioso também era o caso do cooperado que contou ter morado nos Estados Unidos por quinze anos, onde trabalhava como funcionário em uma casa (segundo ele, um *chateau* de estilo espanhol do século XVIII). Para este catador, estar hoje trabalhando com lixo era uma experiência espiritual de purificação pela qual ele precisava passar para se tornar uma pessoa mais elevada e desapegada das coisas materiais, proposta de vida bem diferente dos padrões norte-americanos que pautaram sua vida por tanto tempo. Além do trabalho na Coopere, ele trabalhava com reiki e confeccionava bolsas de couro sob encomenda. Um dos coordenadores também contava sua história de vida com orgulho: viveu trinta anos nas ruas e passou por sete casas de reabilitação para adictos, teve passagens pela polícia e foi expulso de duas cidades onde morou, no interior de São Paulo. Conta que chegou a dormir em cemitérios para se esconder das pessoas, pois se sentia inferior aos outros, até conhecer a reciclagem: “bati na porta da Cooprel para pedir um prato de comida e hoje estou aqui. A reciclagem me salvou; virei o rei do lixo”. Sua história é relatada na entrevista que ele me concedeu para a pesquisa. Cabe ressaltar que a “salvação” promovida pela reciclagem, ou melhor, pelo trabalho na cooperativa, a qual o entrevistado se refere, não é instantânea. Ele mesmo reconhece a necessidade de aprendizagem constante quando diz estar sendo confrontado diariamente por novos desafios, pessoais e coletivos. A trajetória narrada por uma das mais antigas catadoras da Coopere também é emocionante. Começou a usar drogas quando ficou viúva, ainda jovem. Por conta da dependência química, rompeu relações com a família, foi morar nas ruas e perdeu a guarda dos filhos para seu pai. Ela conta que por intermédio de uma amiga começou a trabalhar como carroceira na Coopamare, e, por conta disso, foi entrevistada por um programa de televisão. A entrevista foi assistida pelo avô das crianças, que viu a transformação na vida da filha e devolveu a guarda.

Durante a observação também chamaram a atenção a presença bastante comum de temas no cotidiano dos cooperados e a maneira espontânea com que lidavam com essas questões: as relações homoafetivas, o aspecto da “loucura” ou sofrimento/saúde mental e as passagens pela cadeia. Padrões de comportamento dissonantes em relação às expectativas dominantes na sociedade são tratados por eles com fluidez e naturalidade. Diversas situações revelaram que entre eles, em muitas das vezes, não há pudores ou tabus com relação a assuntos particulares ou polêmicos. Existem cumplicidade e empatia muito fortes no grupo, como se as pessoas que ali estão não tivessem nada a esconder umas das outras. Para quem viveu nas ruas – caso da maioria – os limites entre o público e o privado, o particular e o coletivo, são frágeis e, por ora, quase inexistentes. Deste modo é possível ver entre os cooperados práticas de tolerância e de aceitação de diferenças de diversas ordens, o que já não é tão comum em outros segmentos da sociedade. Não que não houvesse conflitos em decorrência das diferenças, mas existia, com certeza, tolerância e aceitação muito grandes sobre as diferenças entre as pessoas. Varanda (2009), que estudou o uso de álcool e drogas entre pessoas em situação de rua, destacou em seu trabalho que esse grupo social possui seus próprios códigos e princípios e que “[o] respeito implica finalmente em respeitar o drama do outro, cuja complexidade pode ser avaliada a partir do drama da própria vida e do qual ele ainda não saiu” (VARANDA, 2009, p. 107).

Eram muito recorrentes os temas sexo, sexualidade, homossexualismo, nas conversas entre os catadores. Na ocasião da pesquisa, dez cooperados, entre homens e mulheres, declararam-se homossexuais. Trabalhei na esteira na semana em que haveria a Parada do Orgulho LGBTTT⁴² de São Paulo. Como de costume, os catadores discutiam os assuntos da semana, fatos que viam na televisão ou mesmo que tomavam conhecimento por meio dos jornais que chegavam entre os materiais recicláveis. Com este assunto (“Parada Gay”) não foi diferente. Uma das cooperadas, autodenominada “ex-sapatão”, disparou:

Eu vou na Parada Gay todo ano. Eu vou lá olhar, é bonito. Já vendi coisa lá também. Eu fui sapatão por seis anos. Agora jogo nos dois. Muié é muito mais difícil pra pegá alguém, não pega qualquer coisa, não. Homem, não. O que aparece ele pega, nem olha, já vai metendo a vara. Muié é bem mió. Homem tem “gnorréia” [risos].

⁴² Essa sigla, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, é utilizada para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento, e está em constante modificação, sendo esta, portanto, sua forma mais atualizada.

O assunto rendeu por cerca de uma hora, com muitas risadas de uns e o constrangimento visível de outros. Em ocasião diferente, presenciei uma briga de família entre duas mulheres homossexuais que viviam juntas. A discussão toda era porque uma delas estava sendo agressiva com os três filhos da outra, de um casamento anterior com um homem, e a mãe não aceitava essa forma de tratamento. A conversa entre elas aconteceu diante de todo o grupo, sem constrangimento algum por nenhuma das partes e com a participação de outros cooperados, que davam palpites e faziam piadas com o assunto. Entre as brincadeiras feitas pelos colegas de trabalho, de que a parceira sem filhos era “o padrasto” das crianças da outra, mostrou-se a clara transferência e reprodução do estereótipo heterossexual para o casal homossexual.

Outro tema peculiar no cotidiano dos cooperados era a relação que faziam entre trabalhar com o “lixo” e a loucura. Este era um tema recorrente em conversas, depoimentos e situações que capturei durante a observação participante. Por causa disso, em certa ocasião perguntei para um grupo de mulheres na “mesa de PET” se elas gostariam de consultar um psicólogo. Uma delas respondeu:

Eu não! Já veio um véio aqui, eu dei um tranco nele. Teve até que chamar o SAMU [risos]. Essa coisa de ficar lá deitada falando da minha vida... Ele queria me dar remédio de louco; eu não sou louca! Dei um tranco nele, ele nunca mais voltou.

Algum tempo depois, essa mesma cooperada perguntou-me se eu não iria levar o médico de louco para tratá-los, porque “tá todo mundo precisando, menina”. Muito comum também era o uso da gíria “treze” para indicar quem era louco no grupo, ou todos: “aqui todo mundo é treze”. Outro comentário frequente era “não repara, não, menina. Aqui ninguém bate bem”. Um dia uma das cooperadas, mais idosa, ficou constrangida por eu ter presenciado um bate-boca na esteira. Quando eu já estava de saída, ela me parou e, se desculpando pelo grupo, disse: “cê sabe que aqui todo mundo é que nem lixo: é tudo grosseiro”.

Além de associarem o trabalho na reciclagem com a “loucura”, muitas vezes ouvi falas direcionadas a mim, como “você é tão bonitinha pra tá trabalhando aqui no lixo”, atribuindo seu trabalho a quem eles julgavam serem feios, portanto, merecedores de estarem ali. Também demonstravam pudores com relação a mim quando surgiam assuntos considerados constrangedores, mediante o uso de palavrões e palavras de baixo calão por

parte de algumas pessoas, ou “bate-bocas” entre cooperados. Algumas pessoas ficavam com vergonha por eu estar ali presente, principalmente as mais velhas:

Catador 1: Para de falar assim (baixarias) que a menina vai pensar que aqui é tudo louco...

Catador 2: Mas pra trabalhar aqui tem que ser louco mesmo!

É interessante observar que, se entre eles havia tolerância e respeito e tratavam desses assuntos com naturalidade, na presença da estudante “estrangeira”, surgiam pudores e travas. As contradições do grupo, no entanto, não apareciam apenas na minha presença. Um episódio revela que a premissa da inclusão, da qual todos se beneficiavam por terem se integrado ao projeto, no entanto, em alguns casos esbarrava em limites que expressavam preconceitos e dificuldades de aceitação da diferença, muito embora isso acontecesse de uma maneira diferenciada, talvez mais diluída, da que se observa na sociedade em geral. Um caso que retrata essa questão aconteceu nas últimas semanas da pesquisa de campo, com a chegada de um grupo novo de catadores vindos do Recife. Entre eles uma senhora com dificuldades na fala e certa lentidão nos movimentos. Ela passou a ser apontada pelos colegas como “retardada” e foi motivo de grande polêmica entre os cooperados, pois sua presença fez emergir a discussão: a inclusão, que é o princípio maior da cooperativa, no caso de uma pessoa considerada deficiente estaria, segundo eles, gerando prejuízos financeiros (diminuição no ritmo da produção) e sociais à cooperativa (por conta das desavenças entre cooperados que a questão acabou gerando). Alegavam que a forma como ela trabalhava fazia cair a produtividade e irritava as pessoas a sua volta. A coordenação buscou mediar esses conflitos, mas percebia-se que eles mesmos estavam incomodados com a situação, pois vivem em constante conflito entre o capital e o social, entre produção e inclusão. A cooperada acabou ficando na Coopere, ou seja, a premissa da inclusão, neste caso, prevaleceu.

Os temas “polícia”, “tráfico de drogas” e passagens pela cadeia também eram bem frequentes nas conversas. Diversos cooperados eram egressos do sistema prisional. Diziam que trabalhar em cooperativas de reciclagem é uma das poucas oportunidades que restam para quem tem passagem pela polícia. Alguns cooperados estavam cumprindo regime semiaberto, outros já haviam sido presos mais de uma vez e havia ainda os que eram foragidos da justiça. Convivendo com os cooperados aprendi diversas gírias usadas na cadeia, como “cagueta” (dedo duro), “irmã” (a presa mais antiga da cela, que possui mais direitos),

“palavra” (presa que testemunha contra ou a favor de alguém; sua palavra possui grande legitimidade), “carreira” (pessoa que vive do tráfico). Homens e mulheres contavam uns para os outros sobre o tempo na prisão, os crimes que cometeram e se fariam ou não a mesma coisa novamente. Todos sabiam dessas histórias e havia muito respeito entre os cooperados, independentemente de já haverem “puxado cadeia” ou não.

Por último, um forte e importante aspecto presente no cotidiano da cooperativa era a religiosidade. Uma vez por semana havia um momento de oração na sala de reuniões, do qual todos os cooperados deviam participar. Alguns observavam pelo lado de fora da janela ou ficavam fumando no pátio, mas a maioria participava. As orações eram católicas (Ave Maria e Pai Nosso), mas mesmo quem não professava essa fé compartilhava desse momento. O interessante é que nas observações nenhum cooperado me disse frequentar a igreja católica. As orações católicas são utilizadas como uma espécie de ritual comum, por serem as mais conhecidas, principalmente o Pai Nosso. O presidente da cooperativa era evangélico e utilizava dos momentos em que os cooperados estavam reunidos para passar alguma palavra, geralmente de fé ou de união do grupo. Seu estilo “messiânico” fazia com que sua coordenação fosse muito mais motivacional que social ou política, embora a questão da motivação também possa ser considerada política, em um sentido mais amplo. Nesses encontros ele costumava cantar algum “hino” da igreja, parodiando a letra para adaptá-la à cooperativa, evocando laços de união e cooperação entre o grupo:

Como é precioso irmão estar bem junto a ti
 E juntos lado a lado andarmos com Jesus
 E expressarmos o amor que um dia ele nos deu
 Por seu sangue no calvário Sua vida trouxe a nós
 A aliança no Senhor eu tenho com você, Coopere
 Não existem mais barreiras em meu ser
 Eu sou livre pra te amar, pra te aceitar
 E para te pedir: perdoa-me, irmão
 Eu sou um com vocês no amor do nosso pai
 Somos um no amor da Coopere

Não foi possível averiguar as preferências religiosas de todos os cooperados durante a pesquisa, mas muitos declararam-se evangélicos e dois, umbandistas. Os evangélicos geralmente frequentavam igrejas neopentecostais, como a Deus é Amor e a Igreja Universal do Reino de Deus. O ecumenismo presente na Coopere era mais uma demonstração de que o convívio entre as diferenças era um aspecto positivo dentro da cooperativa. Não presenciei nenhum tipo de discussão acerca desse tema, apenas alguns comentários de que existiam conflitos espirituais dentro da cooperativa, principalmente por causa do tipo de material que

manipulam, o lixo das pessoas, que segundo eles, “traz uma carga muito negativa”. Uma das coordenadoras em uma conversa informal me contou que havia muitos conflitos de forças dentro da cooperativa e que isso teria causas espirituais: “a gente mexe com muita coisa ruim, o lixo dos outros tem muita carga negativa e a gente manuseia tudo isso; isso interfere na nossa vida”, desabafou.

3.3. Esteira: trabalho árduo e espaço de socialização

As esteiras são consideradas o “coração da cooperativa”. Elas são um espaço de socialização e de aprendizagem por excelência. É onde ocorre a maior parte do processo que eles chamam de reciclagem⁴³, que, na verdade, é a triagem do material reciclável.

A esteira – presente na grande maioria das cooperativas de reciclagem – é algo bastante paradoxal. Para que funcione, é necessário um grupo de pessoas trabalhando ao seu redor, no entanto, o trabalho é individualizado: cada catador pega diferentes tipos de material sem interação com os demais catadores. Outro paradoxo: ela dá um aspecto de processo fabril, no entanto, seu ritmo é controlado pelos trabalhadores, que a ligam e desligam de acordo com as necessidades do grupo (quando há excesso de rejeito, por exemplo, ou em outras pausas que se fizerem necessárias). Há uma grande contradição nisso, pois, por um lado o trabalho aproxima-se de um processo fabril, nos moldes de uma “linha de produção” “taylorista-fordista”, por outro lado, são os próprios trabalhadores que dão o ritmo. É uma falsa sensação de liberdade porque, se trabalham por produção, as pausas e intervalos refletem diretamente na sua renda, a despeito da “liberdade” que existe para fazê-los.

É na esteira, no entanto, que ocorre a aprendizagem sobre separação e classificação dos materiais, sobre convívio em grupo e sobre os mais variados aspectos da vida (Foto 11). Cada cooperado que ficava na esteira era responsável por pegar de dois a seis tipos diferentes de material. Em alguns pontos da esteira quase não havia conversa entre o grupo. O material passava muito rápido, às vezes em grandes quantidades. Uma distração qualquer acarreta em perda de produtividade e muitos materiais bons iam parar no rejeito. Alguns cooperados trabalhavam usando fones de ouvido e ficavam ali “apenas trabalhando”, sem interagir com os demais. Mas a grande maioria conversava, cantava e fazia muitas

⁴³ Reciclagem é o processo de transformar algo em matéria-prima para a fabricação de novos produtos.

brincadeiras enquanto estava na esteira: “Senão fica chato, né fia?”; “Aqui a gente tem que falar bobagem, senão fica muito tédio”. Em dias de bastante material e pouco rendimento dos cooperados, uma das garotas costumava gritar “Ai, minha Nossa Senhora da Reciclagem, ajuda esse povo a separar!”. Ela e outros mais experientes estavam sempre animando o grupo e ajudando os novatos a fazerem a separação correta. Havia momentos em que uma grande quantidade de material passava ao mesmo tempo. Geralmente a esteira só parava para a retirada do rejeito em uma das pontas. Era difícil conciliar conversas e trabalho, e não era raro ver pessoas que não interagiam com o resto do grupo enquanto separavam. Não era impossível bater papo e trabalhar ao mesmo tempo, mas, pelo menos para mim, novata como recicladora e preocupada com as questões de pesquisa, era um grande desafio separar os materiais no ritmo e forma apropriados (para não prejudicar a produção) e prestar atenção nas conversas do grupo e aos itens que eu deveria observar durante a pesquisa. Mesmo quando eu considerava o material de baixa qualidade, os cooperados discordavam, dizendo que já melhorou muito, que antigamente era pior: “as pessoas estão aprendendo a reciclar”.

A ponta da esteira é o lugar onde se pegavam as sacolinhas e tinha início a separação dos materiais. Na minha experiência, o dia em que trabalhei lá foi o pior de todos: os sacos vinham cheios de resto de comida estragada e de papel higiênico usado, com tudo sujo, misturado a vermes e com um cheiro horrível. Uma das cooperadas, que abria os sacos, disparou: “Ai, meu Deus, o que eu não faço pra ganhar mil reais!”. O trabalho na ponta da esteira é incessante e muito cansativo. Neste dia a qualidade do material estava muito ruim, o lixo estava misturado demais. Nesta ocasião, a prefeitura municipal havia acabado de ser “condenada” pelo Ministério Público a implementar a coleta seletiva em todo o município. Para mascarar o problema, a Limpurb começou a enviar caminhões compactadores de coleta de lixo comum, para aumentar o volume de material enviado às cooperativas, medido, infelizmente, por peso e não por qualidade do material. Foram dias terríveis que se seguiram, até que a prefeitura entrasse com recurso e a “condenação” fosse suspensa, “normalizando” a situação.

Assim como as demais funções dentro da cooperativa, a esteira também funciona em esquema de rodízio. A cada mês pessoas diferentes ficam em locais diferentes. Deste modo, quem trabalha na ponta nunca é a mesma pessoa. Há um conhecimento embutido nisso, proveniente da prática deles, pois descobriram que, sendo a ponta o pior lugar da esteira,

caberia fazer um rodízio para que ninguém fosse prejudicado trabalhando sempre na posição mais ingrata.

No início da minha observação o segundo turno trabalhava até as 19 horas. No inverno, período em que foi realizada a maior parte da pesquisa, fazia muito frio no galpão, e quando escurecia já era praticamente impossível trabalhar na esteira. A iluminação era muito ruim: no galpão todo funcionava apenas um dos dois refletores, que ficava um minuto aceso e três apagado. O local era coberto, mas suas laterais eram abertas. Fazia muito frio com vento e garoa caindo sobre nós. O frio e a baixa iluminação diminuía a qualidade do trabalho, pois além do desconforto, era difícil, no escuro, distinguir os tipos de material, diferenciar um plástico do outro etc.

O desconforto sentido na esteira não era privilégio de quem trabalhava a noite. Em qualquer período do dia e em qualquer estação do ano, trabalhar na esteira é sempre impactante. Talvez eu, “estrangeira”, tenha sentido mais o peso dessa atividade. Embora eu não fosse a única a sentir, poucas vezes ouvi queixas a respeito, por exemplo, da má qualidade do material enviado à coleta seletiva, mesmo que isso fosse merecedor dos piores xingamentos. Haveriam vivido situações de vida piores que aquela para não reclamarem do que estavam vendo, manuseando e cheirando? Tinham se conformado? Acostumaram-se?

Entre as exigências físicas impostas pelo trabalho na esteira, as mais comuns eram o cansaço por ficar cerca de quatro horas em pé sem descanso, dores nas costas e nos braços causadas pelos movimentos laterais para distribuir os materiais em seus respectivos depositórios, sede, ardência nos olhos provocada pela poeira do lixo, acentuada nos dias secos e quentes, tonturas por causa do movimento quase ininterrupto da esteira, náuseas geradas por materiais sujos, com vermes, muito nojentos, entre outras sensações e desconfortos dessa natureza.

Algumas cooperadas relataram-me que chegavam a gastar até três horas diárias no trajeto de casa ao trabalho, e que este trajeto era geralmente realizado em pé, nas diversas conduções lotadas que precisam pegar para fazer o deslocamento. Desta forma, segundo elas, já chegavam para trabalhar cansadas, com dores nas pernas e nas costas.

Há entre o grupo um aprendizado de como suportar a vida e o trabalho. Mais do que aprender a separar o material, aprendem a suportar a própria vida. Aguentam oito horas diárias em pé separando “lixo”. O corpo acostuma, segundo eles. As dores e cansaço também são sentidos, mas aprenderam a lidar com essas questões para conseguirem se manter em pé. Não presenciei cooperados alongando partes do corpo ou preocupados em

cuidar da postura corporal durante o trabalho, embora as queixas de dor nas costas e de cansaço fossem bastante recorrentes. Quando eu perguntava sobre isso, eles diziam que é importante, sim, mas que ninguém faz. Fiquei pensando se este tipo de preocupação com o corpo não seria mais uma marca de classe: eu, estrangeira, considerando importante para eles algo que não priorizam ou não param para pensar sobre. Não têm tempo para sentir e talvez nunca tenham tido oportunidades para algum tipo de cuidado, tão natural e caro para mim.

Sobre as esteiras rolantes da cooperativa víamos rolar revistas, livros, discos, roupas, calçados, perfumaria, eletrodomésticos, brinquedos e embalagens de todos os tipos. Entre as coisas mais bizarras que vi na esteira estão: camisinhas novas e usadas; calcinhas de todos os tipos e tamanhos, fitas VHS de filme pornô (por exemplo, com o título: “O maior sortudo do mundo”), vibrador, cocô de cachorro, uma pasta classificatória contendo fotos e reportagens que contavam toda a carreira da Xuxa, documentos oficiais da USP, moeda de cinco cruzados, um jabuti vivo (posteriormente levado pelo órgão da prefeitura responsável pelos animais). Os objetos despedaçados, deformados, parcialmente consumidos e descoloridos, ou mesmo novos ou em bom estado, desfilavam ao lado de entulhos de construção, terra, bichos (mortos e vivos), e outros fragmentos não identificáveis. Na esteira passavam também muitos restos de alimentos que deveriam ser destinados à coleta convencional de lixo ou reciclados através da compostagem. Sacolas com restos de comida estragada misturavam-se à ração animal, sobras de festas e alimentos embalados com a data de validade vencida, mofados, colocando constantemente em risco a saúde dos recicladores. As “coisas” que passam pela esteira estão ali porque alguém que, por algum motivo, não as quis mais, enviou para a coleta seletiva. A maior parte é material de boa qualidade, descartado corretamente. Uma parcela significativa, no entanto, não tem aproveitamento algum: passa por toda a esteira sem que ninguém pegue e, ao final, cai no compartimento do “rejeito” (uma grande vala no chão; Foto 12), de onde é retirada com o auxílio de um carrinho *Bobcat* e levada para a estação de transbordo.

Entre o reciclável e o rejeito há aquilo que podemos chamar de “reaproveitável”, uma gama de objetos outrora destinados ao lixo, que nas mãos dos catadores passam a ter novos usos e significados. É a prática do “brechó” dentro da cooperativa, ou como gostam de chamar, do “shopping esteira”. Era comum eu elogiar algo que alguma catadora estava usando – uma sandália bonita, uma bolsa nova, uma bijuteria – e ouvir como resposta: “gostou? Comprei no shopping esteira”. Eu mesma encontrei uma bolsa novinha quando trabalhava na esteira, com etiqueta da loja e embalada para presente. Além da bolsa, peguei para mim alguns livros (alguns, inclusive, sobre o meu tema de pesquisa) e um aparelho de telefone

celular, que depois descobri que estava quebrado. No caso do aparelho de telefone, eu não tive muita sorte, ao contrário de vários catadores que encontravam na esteira aparelhos em bom estado, funcionando e com acessórios. Alguns cooperados possuíam um aparelho para cada operadora de celular. Quando algo de valor era encontrado na esteira, como eletrodomésticos, por exemplo, era entregue para os coordenadores, que estipulavam um preço (valor simbólico) e colocavam à venda para os cooperados. Segundo os relatos, muitos montaram suas casas dessa forma, levando objetos, utensílios e até mesmo móveis encontrados no “lixo”. Quando realizamos a festa junina da cooperativa, bandeirinhas e demais enfeites, vestidos, fantasias e chapéus; tudo tinha vindo da esteira. No escritório da cooperativa havia um pequeno acervo de cacarecos também encontrados na esteira: troféus e medalhas, bibelôs, quadros, porta-retratos, câmeras fotográficas que não funcionam mais, pequenas estátuas, maquetes e muitos outros objetos curiosos.

Na ocasião da pesquisa sobre consumo realizada com este grupo (Foto 13), quando perguntados se faziam “compras” no shopping esteira, todos afirmaram, entre risos, que sim. As mulheres aproveitavam de utensílios domésticos a maquiagem e cosméticos. Os homens, em geral, ficavam com roupas e calçados. Era comum também ver alguém separando coisas para os colegas: um sapato que não cabia, uma bolsa no estilo da amiga, um brinquedo para o filho do outro ou para levar para um vizinho.

3.4. Gestão e autogestão

A gestão da cooperativa é um grande desafio para todos: coordenadores, cooperados, educadores. Ela foi criada “de fora para dentro”, como parte de uma política municipal (programa de coleta seletiva) gerada pelo movimento de entidades civis. Embora houvesse um objetivo, nem sempre claro, de favorecer um processo de autogestão dos catadores, o entendimento das organizações que apoiaram a criação desta cooperativa era o de que a autogestão precisaria ser construída com eles, com apoio técnico e social, até que os catadores se sentissem prontos para caminhar sozinhos. Aqui está a contradição da Coopere, uma cooperativa de catadores autônomos, porém, apoiados ou orientados por uma equipe técnica que cresce e aprende junto com eles. Deste modo, a Coopere é um empreendimento de gestão compartilhada entre organizações e catadores, e é considerada também uma

cooperativa social para geração de trabalho e renda para a população de rua. Nenhuma outra cooperativa de São Paulo tinha este tipo de acompanhamento, permanente e diário, desenvolvido ao longo de anos. Geralmente o apoio de organizações às cooperativas é algo pontual, como em capacitações ou projetos específicos. Na Coopere há o acompanhamento direto e a participação efetiva de três educadoras na administração. Isso gera conflitos e questionamentos, tanto entre os catadores, como entre eles e as educadoras, e da cooperativa com o MNCR.

O limite entre ingerência e autonomia é bastante tênue nessa relação em que todos, na verdade, estão construindo algo juntos, e pela primeira vez. De acordo com um dos idealizadores da Coopere, ela é um projeto inédito, por isso tudo é novidade. Segundo ele, a Coopere é um rico espaço pedagógico não apenas para catadores, mas para todas as pessoas envolvidas no processo. Ele reconhece que ocorreram erros nessa caminhada, como, por exemplo, um excesso de tutela, que precisaria ser revisto. Em 2011 a equipe do Reviravolta, que atua também na Coopere, trabalhou no sentido de repensar e redimensionar a parceria do CGG com a cooperativa, redefinindo os papéis com o objetivo de repassar mais tarefas aos coordenadores, reafirmando a sua função de suporte à cooperativa. O objetivo do programa no que tange à Coopere era dar formação aos coordenadores, para que aprendessem e dominassem a parte administrativa.

Uma questão importante sobre as relações de poder na coordenação da cooperativa pode ser compreendida à luz de Paulo Freire, pois não pode haver mera transferência de poder, por exemplo, da entidade apoiadora aos coordenadores, sem que isso se dê em um processo de construção coletiva e de tomada de consciência na perspectiva ainda de que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2011, p. 79), ou ainda no que Freire chama de “pedagogia do oprimido”, forjada *com ele* e não *para ele*. Observamos na cooperativa um processo do qual já alertava Paulo Freire, em que, “quase sempre em um primeiro momento deste descobrimento [crítico, de que o oprimido também hospeda o opressor], os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores” (FREIRE, 2011, p. 44). É necessário que haja, portanto, uma construção crítica e, sobretudo, coletiva sobre as questões de poder dentro da cooperativa, nas relações que a constituem, para que o fato de estarem na coordenação faça sentido tanto para os coordenadores eleitos quanto para quem eles estão representando.

De todo modo, os catadores são os responsáveis diretos pela Coopere. São eles que respondem pela cooperativa mediante o convênio com a Limpurb. Para tanto, a cada três anos é eleita uma equipe de coordenadores. Desde o início da cooperativa, aquele era o terceiro grupo de coordenadores que assumia a administração.

A primeira equipe de coordenação foi escolhida por representantes das ONGs que organizaram a Coopere. Eles indicaram coordenadores para cinco diferentes cargos, que continuam sendo os mesmos. Segundo os cooperados mais antigos, essa primeira equipe teve muita dificuldade em sua gestão, por conta da falta de formação e de experiência administrativa. Eram catadores vindos de outros projetos e ex-carroceiros, que possuíam pouca escolaridade. Por isso, no início, o papel das educadoras era mais centralizador do que é hoje. Suas atribuições foram diminuindo à medida que os catadores foram empoderando-se e tomando para si as responsabilidades da cooperativa. Após essa primeira e conturbada gestão, foi feita uma eleição para a escolha da nova equipe. Alguns dos coordenadores eleitos na época já estavam em seu segundo mandato. A próxima eleição deverá acontecer em abril de 2012. Quando há algum problema com um dos coordenadores (casos de afastamento), uma nova eleição é convocada em assembleia extraordinária. Anualmente é eleito também um conselho fiscal, composto por seis membros. Tanto para o conselho fiscal quanto para os cargos de coordenação são abertos editais, divulgados em cartazes espalhados pela cooperativa, além da clássica divulgação “boca a boca”.

A equipe de coordenação distribuía entre si inúmeras tarefas e dividia-se em cinco diferentes cargos: a) coordenador geral e administrativo; b) coordenador comercial e contábil; c) coordenadora secretária (responsável pelos registros em reuniões, atas, controle das horas, segurança no trabalho e saúde); d) coordenadora de relação com os núcleos, responsável também por palestras, visitas, festividades, cursos etc.; e) coordenador operacional e de produção (cuida de toda a infraestrutura da Cooperativa, do circuito dos caminhões etc.). Interessante observar que os dois cargos mais relacionais, ligados a questões de afetividade e de habilidades domésticas são ocupados pelas mulheres, enquanto os mais estruturais, racionais e matemáticos são designados aos homens, o que não é uma regra, e sim, fruto do processo democrático de votação, que reflete a opinião dos cooperados sobre questões de gênero. Ainda de acordo com os coordenadores atuais, o grupo nunca elegeu um homossexual para a coordenação da cooperativa. No entanto, todos os interessados em participar da coordenação poderiam se candidatar a qualquer um dos cargos. Eles são eleitos diretamente pelos cooperados, com voto secreto depositado em urna.

As assim chamadas educadoras, contratadas pelo CGG em convênio com a SMADS eram de diferentes formações: assistente social, contadora e a terceira de comunicação social. Pelo convênio do Reviravolta (CGG) com SMADS, elas preenchem os cargos de coordenadora social, coordenadora administrativa e auxiliar técnica, respectivamente. A coordenadora social era responsável, entre suas muitas outras atividades, por toda a parte de assistência social, como marcação de exames e consultas na rede pública de saúde, acompanhamento das carteiras de vacinação, abertura de contas bancárias, busca de documentos pessoais, solicitação de vagas em escolas e creches para os filhos das cooperadas e atendimento individual aos cooperados que quisessem conversar sobre questões pessoais. A administrativa, por sua vez, fazia a supervisão da parte contábil, pagamento de INSS dos cooperados, prestação de contas para a prefeitura etc. E a auxiliar técnica, além de um apoio geral, prestava serviços na área de logística da cooperativa, acompanhando, por exemplo, a entrada e a saída de material, e era responsável também pelo atendimento ao público externo e a alfabetização dos cooperados fora do horário de trabalho, para quem tivesse interesse. No momento da pesquisa, apenas uma cooperada estava sendo alfabetizada. Duas educadoras estavam na cooperativa desde o início e a terceira estava ali havia cerca de um ano.

Apesar de dúvidas e desconfianças de alguns cooperados com relação às educadoras, percebi que o grupo valorizava sua presença ali. Nas suas falas demonstravam um carinho especial por elas e reconheciam o seu papel de apoio no difícil processo de reinserção social. Abaixo, dois exemplos extraídos da entrevista com o presidente da cooperativa e outro, de uma entrevista com uma cooperada das mais antigas, ilustram bem essa questão:

Eu: As educadoras que trabalharam aqui ajudam? Tu achas a participação delas positiva ou negativa?

Sérgio: Eu vejo positiva, porque se elas não tivessem aqui, nós não faríamos o que a Coopere faz hoje, que é a igualdade. Se não fossem as educadoras, nenhuma cooperativa conseguiria receber igual, porque surge ambição de pensar que então, se eu sou o coordenador e tenho mais responsabilidade, eu tenho que ganhar mais. Se for começar uma cooperativa assim... A nossa cooperativa foi formada com apoio de educador e de assistente social. E foi essa regra que ajudou a salvar muitos. Se não tivesse isso, talvez nem eu estaria aqui.

Sérgio: [...] Então eu aqui aprendi a ser honesto, e as educadoras foram as que mais me ajudaram. [...] Elas me ensinaram a não magoar as pessoas, a tentar conversar de outra forma, a explicar as coisas de um jeito melhor. Quando têm pessoas tentando te ajudar, você abre a sua mente. Foi isso que aconteceu comigo. As educadoras pra mim me favoreceram muito.

Cooperada: Hoje em dia, com os pontos que eu tinha eu ganharia bem mais do que eu ganho aqui, mas eu prefiro ainda estar aqui. Porque aqui tem o coordenador que

ajuda a gente em alguma coisa, tem a Mara, a Rosires [educadoras]... A Mara tá comigo aqui há oito anos, já a Rosires tem menos tempo, mas quando a gente precisa assim de alguma coisa, de uma informação, elas ajudam.

Nos oito anos de existência da Coopere, o papel das educadoras vem mudando constantemente, por conta da aquisição cada vez maior de autonomia por parte dos cooperados. Muitas tarefas que eram atribuídas às educadoras no início do projeto, agora já são executadas com êxito pelos coordenadores, fazendo com que a Coopere caminhe cada vez mais no sentido da autogestão.

A Coopere cumpria uma agenda de reuniões mensais com todos os cooperados. Além disso, as terças e sextas-feiras eles reuniam-se no salão para um momento de oração e, eventualmente, alguma dinâmica de grupo. Outro momento especial em sua rotina era realizado na última sexta-feira de cada mês. Na “Sexta Light”, como este dia era chamado, os cooperados tinham o horário de trabalho reduzido e eram comemorados os aniversários do mês com bolo e refrigerante. Neste dia também costumava ser realizada alguma atividade cultural, como declamação de poemas, histórias, músicas, leituras bíblicas etc. Qualquer cooperado poderia propor uma atividade desse tipo e apresentar-se para o grupo. A equipe de saúde da UBS Barra Funda, que atendia os cooperados, também utilizava a Sexta Light para atividades educativas, como palestras e peças de teatro sobre temas relacionados à saúde, higiene, segurança do trabalho, entre outros. Além disso, a cooperativa organizava algumas festas ao longo do ano (aniversário da cooperativa, festa junina, natal etc.) e participava de eventos diversos, como marcha de catadores, dia do meio ambiente, palestras em escolas, entre outros.

A cooperativa era também bastante procurada para receber visitas de escolas e faculdades, e seus coordenadores costumavam aparecer na mídia, em reportagens sobre o problema do lixo em São Paulo, muito frequentes nos últimos anos devido aos graves problemas relacionados à coleta seletiva na cidade e também por causa da aprovação pelo governo federal da Política Nacional de Resíduos Sólidos em agosto de 2010.

Os cooperados trabalhavam uniformizados e possuíam equipamentos de segurança, como botas, luvas emborrachadas⁴⁴ e máscaras, estas raramente utilizadas (materiais que compõem o EPI – equipamento de proteção individual). Havendo necessidade, os cooperados poderiam adquirir novas peças de uniforme ou de EPI, pagando por elas um valor simbólico, que era descontado na retirada.

⁴⁴ É interessante observar que as luvas não são feitas para as mãos das mulheres; geralmente são grandes e desconfortáveis e quase nenhuma delas gosta de usá-las.

Os cooperados tinham sua renda proporcional às horas trabalhadas. O valor da hora era calculado com base no montante de venda no mês (vide exemplo de holerite no Anexo 8). Esse valor era variável e estava sujeito não só à produtividade dos catadores, mas à qualidade do material recebido e aos preços impostos pelos compradores, valores que sofrem influência até mesmo da balança comercial. Antes da partilha pelos cooperados, 10% do valor total das vendas do mês ia para o fundo de reserva da cooperativa. Do convênio com a SMADS provinha o pagamento das educadoras e uma pequena verba para a alimentação (prevista para 50 pessoas, portanto, insuficiente para atender aos mais de 100 cooperados). Já do convênio com a Limpurb vinha parte do material reciclável e a concessão de uso do espaço. Despesas com telefone, internet, material de limpeza e escritório, manutenção de equipamentos e do carro da cooperativa, festividades, entre outras, ficavam por conta da própria cooperativa.

De acordo com o documento de Normatização, a retirada era realizada sempre no primeiro dia útil de cada mês. Além disso, todo dia 15 eles recebiam um adiantamento, que chamavam de vale, no valor fixo de R\$300,00, válido para quem trabalhasse durante toda a quinzena sem atrasos e faltas injustificadas. De acordo com as horas trabalhadas por cada um, e descontado o INSS, o ganho mensal de um catador da Coopere na ocasião da pesquisa girava em torno de um e meio a dois salários-mínimos. Para a maioria dos cooperados, esse era o maior salário que já tiveram. Salvo algumas exceções, os catadores da Coopere, antes de trabalharem lá, já haviam tido alguma atividade remunerada, geralmente mais precária, em trabalhos eventuais, informais e de baixa remuneração. Para essas pessoas, ser um cooperado representava um avanço em termos de status social e de salário. Se algum cooperado não atingisse o número mínimo de horas aceito pelo regulamento da cooperativa, entrava na “taxa-hora”, que era um valor de hora de trabalho estipulado pela coordenação, mais baixo que a hora dos outros cooperados, e muito contestado por quem sofria a sanção.

Ainda de acordo com a Normatização, a lista de presença era controlada por um cooperado específico, função que se alternava a cada mês. Este cooperado ficava com uma prancheta anotando a entrada, a saída e os intervalos dos colegas. A função de “apontador de horário” costumava ficar a cargo dos cooperados mais antigos, que geralmente gostavam da tarefa.

A Normatização era um documento bastante consultado pelos cooperados, especialmente pelas coordenadoras responsáveis pelas questões de relacionamento no grupo. Ela foi criada para regulamentar o convívio dentro da cooperativa e sua última atualização

era de julho de 2009 (vide Anexo 8). Presenciei alguns cooperados reclamando ou questionando a validade da Normatização, geralmente aqueles que receberam alguma sanção prevista no documento. Reconheciam a importância de regras bem definidas e justas para todos, mas questionavam as punições. Havia a sugestão de premiar o bom comportamento ao invés de punir os erros: “aqui quando erra ganha suspensão, mas quando acerta não ganha parabéns”. A regra mais questionada era a da taxa-hora, que penaliza os cooperados que faltam ou chegam atrasados sem justificativa.

Uma das dificuldades do grupo residia justamente nas diferenças de comportamento e de entendimento de um projeto comum, do qual todos são responsáveis diretos pelo sucesso. Um dos cooperados mais presentes e participantes queixou-se comigo mais de uma vez porque, mesmo não sendo coordenador, ele cobrava seriedade e compromisso dos colegas, e alguns deles o ridicularizavam chamando-o de “patrão”, “chefe”, “puxa-saco”, “baba ovo”. Ele e alguns outros cooperados mostravam-se aborrecidos com situações desse tipo, porque, segundo eles, trabalhar por produção exige comprometimento de todos e que o sucesso da cooperativa, e a consequente melhoria das condições de vida deles, dependia de todos trabalharem com o mesmo empenho. Este cooperado, apesar de suas queixas com relação ao grupo, era constantemente reconhecido pelos outros como uma liderança importante, ainda que informal, sendo inclusive homenageado durante um período de capacitação. Ele costumava dizer a todos que a união do grupo não é instantânea, “é um processo de convivência”. E esse processo é vivido e sentido de modo bem diferente por cada um, influenciado pelas trajetórias pessoais e profissionais. Todos eles vivenciam esse processo diariamente e estão aprendendo com a experiência do cooperativismo.

Quando um novo catador chegava à cooperativa, ele necessariamente já havia passado por um dos três núcleos-escola de reciclagem que faziam⁴⁵ parte do projeto. Por limitações de tempo, não foi possível conhecer e totalidade o trabalho de acolhida que se dá em cada um desses núcleos. Acompanhei este processo mais de perto no núcleo Coorpel, por conta da pesquisa exploratória, e um pouco menos no Recifran, mas não cheguei a conhecer a Coopamare, que é objeto de diversas outras pesquisas e intervenções acadêmicas. Sabe-se, no entanto, que quando encaminhadas do núcleo para a Coopere, essas pessoas já possuem

⁴⁵ No início de 2011 o projeto passou por reformulações e a passagem de catadores dos núcleos para a Coopere foi parcialmente suspensa. Em contrapartida, a cooperativa criou seu próprio núcleo, apelidado de NB (Núcleo Base). Eles mesmos recrutam novos catadores em centros de acolhida do entorno e os capacitam para o trabalho. Inicialmente foram trinta novos catadores no NB. Infelizmente essa nova etapa da Coopere não pode ser acompanhada pela minha pesquisa, que já havia encerrado quando o NB começou.

muitos conhecimentos sobre a reciclagem e o trabalho em grupo. Ao chegar, o novo membro é recebido pelos coordenadores, que mostram o espaço físico, explicam o funcionamento da cooperativa e esclarecem as normas da casa, presentes no já citado documento de normatização. O novato passava por um período de experiência de um mês, no qual trabalhava sem uniforme da cooperativa e ganhava uma renda proporcional às horas trabalhadas, calculadas sob a “taxa-hora”, sem benefícios. Passado esse período, que era considerado uma adaptação tanto para ele como para os outros cooperados, passava a trabalhar uniformizado e a fazer parte efetivamente da cooperativa, com direito a voto nas reuniões e ao benefício social (carnê de INSS). Não existia um treinamento formal e estruturado para a recepção de novos membros, até porque eles já vinham com um conhecimento prévio dos núcleos. Mas os ajustes necessários e o apoio inicial vinham da equipe de coordenação, das educadoras e, principalmente dos outros cooperados, que costumavam acolher bem os novos colegas.

3.5. Escolarização, letramento e formação para o trabalho

a) A escolaridade dos cooperados

Segundo os dados constantes do banco de dados da cooperativa, com base no mês de setembro de 2010, a escolaridade média dos cooperados é o Ensino Fundamental incompleto, com cerca de quatro anos de estudo. Esse dado pode ser contextualizado na realidade macro dessa população, que apresenta uma proporção de analfabetismo maior do que no município de São Paulo (9,5%), sendo que quase 63% têm o Ensino Fundamental incompleto (SCHOR; VIEIRA, 2010). Isso significa que seriam um público potencial para a educação de jovens e adultos. No entanto, apenas uma cooperada, que é também coordenadora, declarou estar frequentando a escola.

As representações dos cooperados sobre escola são as mais diversas, mas assemelham-se aos depoimentos bastante frequentes nos grupos de EJA. Relatavam a proibição da família em estudar quando crianças, especialmente no caso das mulheres, e o trabalho infantil como os principais fatores de exclusão do sistema de ensino. Entre os mais

jovens há uma espécie de conformismo, um pensamento de que “eu poderia ir mais longe, mas também tá bom assim”. Costumam dizer que sabem que deveriam voltar, mas que com a correria do dia a dia não conseguem organizar a vida para os estudos. Um dos coordenadores é também um dos cooperados mais jovens. Gosta e sabe utilizar ferramentas de informática e constantemente fala no desejo de fazer faculdade. Ao mesmo tempo, vê essa questão quase como um sonho muito distante de ser realizado e mostra-se confuso com relação ao próprio desejo. Na sua opinião,

pobre não faz faculdade. Pobre não entra na USP [argumento com ele que algumas instituições têm cotas para quem estudou em escola pública ou aceitam o resultado do Enem como prova de ingresso, ele responde:] Faculdade é coisa de boyzinho, nós não consegue entrar. Eu gostaria de fazer Sistemas da Informação. Ô Gabi, que que estuda mesmo quem faz Sistemas da Informação?

Com relação aos adultos analfabetos, uma das educadoras opinou que eles não querem se alfabetizar porque isso representaria uma grande mudança, e que eles têm muita dificuldade para aceitar mudanças. A cooperativa oferecia aulas de alfabetização fora do horário de trabalho, dadas por uma das educadoras. Ela contou que a classe inicialmente tinha oito alunos, mas dois meses depois apenas uma alfabetizanda permaneceu. Essa questão foi também colocada em uma das entrevistas, em que o entrevistado, carroceiro da Coopel, com Ensino Médio completo, havia atuado como alfabetizador na ocasião do projeto do Mova-Brasil com o MNCR. Ele aponta para a dificuldade de adesão dos catadores a uma proposta de formação, que, segundo ele, não estaria apropriada para atender a esse público. Ou que o próprio público não esteja preparado para uma proposta diferente do modelo tradicional, escolar:

Eu: O senhor já me falou que foi educador do Mova...

Waldir: Fiquei seis meses. Primeiro foi na CooperGlicério e na CoopBrasil. Eu ia dar aula lá. Tinha mais de trinta pessoas, trinta e duas pessoas inscritas que queriam estudar, queriam estudar, queriam estudar... Nós fomos atrás. Eu e o rapaz do Movimento, nós fomos atrás pra ver quem queria ou não queria. Nós fomos atrás das pessoas, a maioria desistiu. Aí eu fiquei com uma pessoa lá. Aí eu passei pra Coopere, lá conseguimos uma classe de 12 pessoas, depois foi diminuindo também.

Eu: Mas por que eles desistiram?

Waldir: Sabe, o que eu sinto é que o método Paulo Freire é um método assim que pra nós que temos uma certa visão é maravilhoso, porque você não ensina, você aprende ensinando. Mas as pessoas que tiveram seis meses, um ano, dois anos de escolaridade no passado, só sabem aprender daquele jeito que a professora passa na lousa... tradicional. O método “você faz lá, eu copio aqui”, “você me dá a nota e tá bom, acabou”. Então isso se torna um empecilho até pra que o número de pessoas cresça, pra que o número de pessoas que continuam na educação, nesse sentido, não

diminua, e vai diminuindo pela falta de interesse de ver aquela escolaridade normal, que eles entendem como aquela secular...

Em outro momento da entrevista, ele fala que os educadores que participaram desse processo não receberam formação suficiente e que isso poderia ser um dos fatores do pouco sucesso da proposta. Fala ainda que o trabalho na reciclagem geralmente supre as necessidades imediatas dos catadores, mas que é necessário dar um passo além:

Eu: É como se eles tivessem aqui pra suprir uma necessidade imediata?

Waldir: Não digo isso... Por que vai ser sempre uma necessidade imediata? Eles têm que entender que ele precisa chegar em casa e pensar que ali tem uma televisão, que é um paliativo, mas daí ele pode pensar “eu quero ler um jornal, ver uma revista”, então ele pode optar, sendo que se ele não tem uma instrução, ele não pode optar por nada. Ele vai ver televisão e pronto, vai escutar música... Ele não vai ter outros entendimentos do que é o mundo, do que é a sociedade, e até mesmo da reciclagem, num sentido global.

A necessidade de formação, portanto, não se encerra na demanda por conhecimentos técnicos para o trabalho. É uma questão de consciência, de ampliação de horizontes, de visão de mundo e de posicionamento político.

b) Alternativas de estudo/formação dos catadores

Tanto os coordenadores que foram entrevistados quanto os cooperados com quem conversei a respeito disseram que se houvesse uma iniciativa de escolarização oferecida dentro do espaço da cooperativa e com algum tipo de incentivo financeiro para quem frequentasse as aulas, o interesse pelos estudos seria muito maior por parte dos cooperados. Por exemplo, se duas horas diárias de estudo dentro da cooperativa fossem remuneradas com o mesmo valor que receberiam se estivessem trabalhando. Mas pela experiência apontada pelo carroceiro que atuou como educador e de acordo com as questões trazidas pelos cooperados, o tema do estudo entre os catadores é muito mais complexo do que a questão metodológica de encontrar um formato apropriado. Até porque não se pode falar de uma só demanda, elas são inúmeras e heterogêneas como é o perfil dessa população.

Em uma conversa com as cooperadas enquanto trabalhávamos na mesa de PET, perguntei: “se viesse um professor aqui para dar aula, vocês iriam?”. Uma delas respondeu dizendo que um dos empecilhos era o horário de trabalho na cooperativa, que muda muito, mas completou:

Eu até comecei a fazer aula aqui com a Arlete (uma das educadoras), só que eu tenho a sexta série. Saber que ba mais ba dá baba, isso eu já sei; que ba com la é bala, isso eu já sei... baba, bala... Meu problema é português, é falá aquelas palavra difícil e comprida, isso eu não sei, mas eu quero aprender coisa da sexta serie, não ba-be-bi-bo-bu.

Nota-se por esta fala que a alfabetização inicial não é a necessidade de muitos, que já dominam os rudimentos da leitura e da escrita ou estão mais adiantados nos estudos. Outras falas colhidas em conversas informais com os catadores da Coopere também demonstram a existência do desejo de completar os estudos e os empecilhos, das mais diversas ordens, para sua realização: horário de trabalho que não favorece, estigmas, preconceitos, cansaço, morar longe etc. Nas entrevistas realizadas, este tema surge com muita clareza:

1) Sérgio: E uma coisa que eu acho é que não é falta de interesse dos cooperados, é falta de incentivo, de tempo, de apoio mesmo. Por que, por exemplo, a gente entra e tem que trabalhar oito horas, mas tem 15 minutos de café e 45 de almoço, então sobram sete (horas). E tem que trabalhar aquelas sete horas. E quando termina de trabalhar, está cansada. O que ela quer é tomar um banho e ir para casa descansar. Quem trabalha de manhã pode estudar à tarde, e quem trabalha a tarde pode estudar de manhã. É aquela falta de estímulo mesmo. Então tinha que ter uma coisa que incentivasse estudar.

2) Eu: Os catadores teriam tempo para ir à escola?

Sérgio: Tempo até tem, quem trabalha das 6 às 14h tem. Mas quero ver ir pra escola, sair de lá 11 da noite e no outro dia acordar as 4 ou 5 da manhã. *Se é uma pessoa que está estudando para ter um grau superior, sabe que tem que pagar um preço porque ela vai ser advogada, engenheiro, mestre de obras... A gente que tá começando, que vai dar um tiro no escuro, que não sabe nem o que vai acontecer, vai na escola às vezes achando que... Eu mesmo estou com vontade de voltar a estudar, mas tô com medo! Tenho medo do drama que vai ser para o meu psicológico. Eu parei de estudar com treze anos e nunca mais. E mudou tudo, mudaram as regras de tudo. Você pode não se adaptar a tudo isso. E as pessoas que estão lá podem não te entender também.*

3) Eu: Os catadores daqui, ou de maneira geral que a senhora conhece, têm tempo de ir à escola, caso eles queiram? Se eles quiserem frequentar uma escola têm tempo pra isso?

Olinda: Caso eles queiram, têm tempo, porque nós trabalhamos em dois períodos: das 6 às 14h, então pode estudar à noite, ou das 14 às 22h pode estudar de manhã; na minha escola (CEEJA Dona Clara Mantelli, na Zona Leste), por exemplo, eu posso estudar a hora que eu quero, porque tem escola o dia todo. Posso estudar de manhã, à tarde ou à noite.

Um dos entrevistados, que é coordenador geral da cooperativa, apontou para as questões de ordem subjetiva que o impediriam a voltar à escola. Para ele, o medo das mudanças nos conteúdos (“Eu parei de estudar com treze anos e nunca mais, e mudou tudo, mudaram as regras de tudo”), de não conseguir acompanhar o ritmo das aulas (“Você não vai se adaptar a tudo isso”) e, principalmente, o medo de sofrer rejeição por parte de educadores e colegas são os três fatores que mais o desanimam a procurar a EJA. Ele teme não só a uma não adaptação ao sistema escolar, mas também a ele mesmo não aceitar as próprias dificuldades e limitações: “tenho medo do drama que vai ser para o meu psicológico”. Em conversas informais, outros cooperados também fizeram comentários desse tipo: “meu tempo (de estudar) já passou”, “agora é tarde, a cabeça não funciona mais”. No caso do entrevistado, ele afirma que para trabalhar com essa população (de rua), o educador teria que conquistar a confiança dos educandos, que vêm de experiências de muito sofrimento e humilhação social, são bastante desconfiados e têm dificuldades em estabelecer e manter vínculos.

Outro entrave para a ida dos catadores à escola pode estar na falta de motivação, que pode ser explicada de diferentes maneiras. Uma pista pode estar no próprio perfil dessa população, bastante imediatista. Digo isto porque, em minhas observações na Coopere e, sobretudo, como educadora na Coorpel, percebi a dificuldade que eles têm em fazer projetos, em pensarem soluções e saídas a médio e longo prazo. O perfil da população de rua mostra que são pessoas nômades, que não se fixam em um único lugar, que pouco desenvolvem vínculos, quer sejam pessoais, quer institucionais, têm dificuldade em assumir compromissos e não se adaptam à normas, regras e horários – ou seja, o inverso do sistema escolar.

Outra hipótese que levanto é a de que já estariam conformados a um tipo de vida em que o mais importante é a garantia da sobrevivência, ainda que em subempregos ou trabalhos subalternos, desde que esses lhes garantam o pouco necessário para satisfazer um vício ou comprar algo de que precisem naquele momento, vivendo, portanto, em um horizonte social bastante limitado. A observação crítica feita por um dos entrevistados, que conhece bem a dinâmica do grupo com o qual convive, ratifica essas hipóteses.

Eu: Mas no dia a dia de vocês isso é usado em algum momento, a leitura, a escrita...?

Waldir: Sim, nas reuniões que nós temos tudo isso é incentivado, é usado, mas tem pessoas que são deficientes e que não querem realmente estudar. Chance tem, alfabetização já teve várias vezes aqui, tá tendo agora de novo, mas é aquela coisa,

tem pessoas que só enxergam o trabalho e o dinheiro. Infelizmente essas pessoas precisam crescer mais, dando valor pra si próprio e depois que ele der valor pra si ele vai dar valor pro grupo.

Waldir: O dia em que as pessoas que não tem educação, que não tem instrução resolver falar “agora eu quero entender”, “agora eu quero ler, eu preciso”, ver uma necessidade na vida deles, aí o que acontece? Eles vão atrás. Entendeu? Vai atrás e vai fazer a sua formação na educação. Porque eu acho que isso é uma coisa muito pessoal.

Já uma opinião diferente surge na fala dos outros dois entrevistados, que relacionam o interesse pelos estudos a uma motivação financeira, sugerindo que, se houvesse "bolsas de estudo" para quem quer se escolarizar, haveria maior interesse e adesão dos cooperados. É interessante esta visão que apresentam, e que faz todo o sentido, se pensarmos que há possibilidade de bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação subsidiadas pelo poder público. Por que pessoas das camadas mais vulneráveis da sociedade não poderiam usufruir do mesmo benefício para, quem sabe, mudar sua realidade social a partir daí?

Olinda: [...] vamos supor, se alguém falasse assim pra ela “você vai trabalhar cinco horas e duas horas você vai estudar, mas você vai ganhar aquelas duas horas”, eu acho que teria muita gente fazendo. [...] Teria que ser durante o expediente e teria que ter uma colaboração, um recurso pra cobrir as horas que a gente perde. Se a gente tá aqui ganhando dinheiro, tem que compensar fazer esse curso.

Sérgio: [...] você não vai conseguir convencer um trabalhador de uma cooperativa ou um carroceiro a estudar sem alguma coisa pra incentivar ele. O serviço da gente é muito puxado, aí ainda ter que parar pra estudar... [...] Então, por exemplo, numa cooperativa que nem a nossa, se tem umas dez, doze pessoas que querem estudar, vamos fazer no horário de trabalho. São três horas pra estudar? Então são três horas que nós tínhamos que estar ganhando. Que fizesse um projeto, porque beneficiava a cooperativa que estava fazendo isso, porque são coisas que vão ajudar todo o grupo.

c) Capacitação

Durante o tempo em que eu estive na Coopere pude acompanhar de perto alguns módulos da capacitação realizada pelo MNCR, patrocinada pela Fundação Banco do Brasil. Ao todo foram quatro módulos de dois dias cada. Como um incentivo à participação os catadores recebiam uma cesta básica por módulo frequentado. O curso abordava temas diversos, de seu interesse: a história do MNCR, autogestão e empoderamento das cooperativas de reciclagem, meio ambiente, cooperativismo, logística, classificação dos materiais recicláveis etc.

A capacitação sempre causava polêmica entre os cooperados. Uns gostavam de “aprender coisas novas”, outros achavam que era um dia de trabalho perdido. Havia quem

dissesse estar ali apenas para ganhar a cesta básica e o almoço, outros “para não ter que trabalhar”. Mas todo mundo participava, exceto os coordenadores quando não conseguiam deixar de lado outras atividades, ou não faziam questão de, e os cooperados que saíam no caminhão para a coleta. Aproveitavam o momento da capacitação para expressar insatisfações com relação ao grupo e à coordenação, principalmente. Por estarem ali reunidos no mesmo ambiente (salão), em algumas vezes a capacitação virou um momento para “lavar roupa suja” na presença de um mediador externo, no caso, o representante do MNCR.

Os temas tratados na capacitação eram relevantes. As atividades aconteciam na própria cooperativa, com total consentimento da coordenação. Cada turno fazia a capacitação em um dia diferente, enquanto o outro turno dobrava o horário para dar conta do trabalho. As atividades eram coordenadas sempre por uma dupla formada por uma catadora e um(a) técnico(a), que dava suporte às atividades, geralmente conduzidas pela catadora.

Nas formações em que participei, observei uma dualidade: por um lado, as atividades eram conduzidas por uma catadora, que falava a mesma linguagem dos cooperados e os deixava mais à vontade para participar; por outro lado, as comandas eram muito escolares, demandando quase sempre o domínio, em algum grau, de práticas letradas, o que para muitos cooperados era um fator limitador. Um exemplo que pode ser dado é o da exibição do vídeo Carta da Terra⁴⁶. O filme é a leitura da carta, ilustrado por imagens, portanto, sua narrativa se utiliza de linguagem complexa, com conceitos de difícil compreensão, como “imperativo ético”, “sentido de responsabilidade universal”, “interdependência dos seres”, “subsistência participativa e segura” etc. Durante a exibição do filme (após o almoço, o que já não seria o mais apropriado) alguns cooperados dormiram, outros ficaram desinteressados e apenas alguns acompanharam. Em outra atividade, deveriam ouvir o hino latino-americano dos catadores e acompanhar a letra da música no papel. Muitos nem olhavam, e teve quem segurasse o papel de cabeça para baixo.

No primeiro módulo, que acompanhei integralmente, todas as atividades exigiam leitura e escrita (Fotos 14 e 15). Dois depoimentos colhidos durante uma dessas atividades mostram o constrangimento causado pela proposta. Os cooperados tinham de ler um texto (de uma a duas páginas), discuti-lo em grupo e elaborar, a partir daí, um segundo texto para apresentar ao coletivo, relacionando o conteúdo (biografias de mártires da luta social) com a luta dos catadores:

⁴⁶ Documento internacional elaborado na década de 1990 por vários povos com o intuito de estabelecer princípios de cuidado e defesa do meio ambiente e de justiça socioambiental.

Sem estudo o sujeito não é ninguém. (Fala de um catador analfabeto que acompanhou de longe a atividade, dizendo que precisava voltar a estudar);

Minha palavra foi mal. (Fala de outro catador analfabeto que falava muito baixo e pouco participava das discussões. Ele estava preocupado em a resposta certa e não quis ir à frente junto com o resto do grupo para apresentar).

Durante as capacitações, pude observar uma proporção pequena de pessoas que interagiam mais interessadamente com os temas e atividades propostas. Mesmo sendo para eles e com eles, algo impedia que houvesse uma adesão maior dos cooperados a esses momentos. Não raro ouvia que preferiam estar trabalhando lá fora a estar ali “só ouvindo, o dia inteiro”, que não gostavam de ficar sentados por muito tempo ou que “se quisessem estudar iam para a escola”. Era evidente o esforço do Movimento em elaborar uma capacitação que interessasse os catadores, que fosse proveitosa para as cooperativas. Existia, inclusive, a figura de um coordenador pedagógico responsável pela elaboração das atividades, que esteve presente em dos módulos. No entanto, a resistência e a dificuldade apresentada por alguns cooperados demonstram que esse tipo de atividade formativa ainda precisaria ajustes pedagógicos e sociais para que se torne mais efetiva. Embora os conteúdos fossem pertinentes e a metodologia diversificada (trabalho em pequenos grupos, produção de texto em cartazes, filmes, pesquisa de campo), ainda podia se verificar uma forte componente escolar na forma como a capacitação havia sido concebida. Os enunciados das atividades e a grande demanda por leitura e escrita demonstravam isso.

Acredito, com base no meu convívio com os cooperados, que sua expectativa com relação à capacitação fosse sempre frustrada, pois desejavam, por meio dela, sentirem-se em um processo mais amplo de formação. Ainda que não verbalizasse isso, pelas falas e observações, pude captar o alto valor que atribuíam à escolarização, ou simples fato de alguém “ter diploma”, ser letrado, estar na faculdade etc. A capacitação oferecida pelo Movimento, e outras das quais já haviam participado, não mudava seu status social de “iletrados” ou excluídos do sistema escolar, logo, excluídos socialmente, em uma sociedade que supervaloriza as práticas letradas e os diplomas escolares. A capacitação não tinha essa finalidade, mas para eles era o único momento para sentar e “aprender” – pois não consideravam as aprendizagens do dia a dia do trabalho –, por isso pediam que fosse algo significativo (criativo, diferente), que resultasse em aprendizagem efetiva, sem saberem exatamente o que sugerir para tal.

A postura dos educadores responsáveis pela capacitação também era uma questão interessante. Estavam ali legitimados pelo Movimento como educadores, por possuírem muita bagagem nas lutas e engajamento político. No entanto, também tinham baixa escolaridade e apresentavam algumas limitações, como falta de tato pedagógico e até mesmo social para com os cooperados. No primeiro módulo da formação na Coopere, a educadora não conseguiu relacionar-se bem com o grupo, embora fosse bastante articulada e experiente. Durante os dois dias de capacitação, ela provocou uma série de desentendimentos entre os dois turnos da cooperativa e entre os cooperados e a coordenação. Chamou a atenção também o caso da catadora que esteve à frente dos outros módulos, substituindo, a pedido da coordenação da cooperativa, a primeira. No início de cada dia eram construídas e pactuadas as regras de convívio coletivo que deveriam ser observadas ao longo da capacitação. Porém, ela própria não as respeitava, como, por exemplo, ao atender três vezes o telefone celular durante a aula (regra que ela própria sugeriu), sem pedir licença ou justificar.

Outro problema da capacitação era o grande espaço de tempo deixado entre os encontros. Entre o primeiro e o segundo módulos foram 10 semanas de intervalo⁴⁷, por causa de contratempos e de desorganização interna da equipe do Movimento, que chegou a adiar a atividade em cima da hora por duas vezes seguidas. O resultado disso apareceu logo na atividade inicial do segundo módulo, uma retrospectiva do primeiro feita em pequenos grupos. Além de relembrar os temas discutidos, deveriam refletir também sobre o que mudou na cooperativa depois do primeiro módulo. No geral as respostas foram vagas (“aprendemos sobre os nossos direitos”; “plantamos uma semente para o futuro” etc.) e a maioria disse não haver mudado nada na cooperativa e não se lembrar do que havia sido discutido.

Enquanto trabalhava com os cooperados na esteira, em diferentes momentos ouvi suas opiniões sobre o tema “capacitação”:

A capacitação deveria ser para ensinar, não apenas para falar.

Tem que mostrar como as coisas são, que esse é um PET, esse é o PP e tal.

Tem cooperado que tá aqui há cinco anos e não sabe separar direito.

Não é que a gente não sabe separar, é que muda muito. Cada hora é uma coisa diferente, depende do comprador.

Não adianta fazer essas capacitação aqui. O povo aqui é muito difícil. Não adianta fazer dinâmica, cantar musiquinha, todo mundo se abraçar. Assim ninguém vai. Isso o povo aqui não gosta. Tem que ser uma coisa bem criativa, diferente.

⁴⁷ O primeiro módulo terminou no dia 13/05 e o segundo iniciou no dia 27/07.

De todo modo, em linhas gerais, os cooperados aproveitavam positivamente a capacitação e faziam contribuições interessantes, demonstrando clareza, por exemplo, sobre as questões ambientais e seu papel na sociedade e para o meio ambiente (Foto 16). Em uma atividade em que teriam que discutir em pequenos grupos “qual a relação entre reciclagem, catador e meio ambiente”, surgiram respostas como:

O progresso da reciclagem é um dos maiores meios de sustentabilidade do ecossistema.

Estamos fazendo uma higiene ambiental.

Estamos evitando o aquecimento global e reciclando vidas.

Assim, pode-se atribuir um papel positivo à capacitação, que tem repercussões sobre a consciência socioambiental e a atribuição de sentidos e significados dos catadores a seu trabalho (Fotos 17 e 18).

d) Práticas letradas no trabalho

Durante minha vivência na Coopere pude notar a presença duas importantes formas de uso das práticas letradas: uma mais funcional e outra recreativa.

Os usos funcionais das práticas letradas estavam relacionados à gestão e à organização do empreendimento. De acordo com o rol de tarefas elaborado pelos coordenadores junto às educadoras, 55% das suas atribuições na gestão da cooperativa demandam diretamente habilidades de leitura e escrita: elaboração de atas de reuniões, emissão de notas fiscais, controle de entrada e saída dos cooperados, confecção e manutenção dos quadros de avisos, elaboração de relatórios para a prefeitura, comunicação via e-mail com o público externo (doadores, compradores, interessados na coleta seletiva etc.), controle de entrada e saída de materiais, pesagem, acompanhamento de movimentação bancária, entre outras (Fotos 19, 20 e 21). Muitas dessas tarefas requerem, além de habilidades letradas, conhecimentos de informática, como no caso das correspondências via internet e da elaboração de planilhas no computador. As habilidades de lecto-escritura, embora presentes no cotidiano da gestão, já não são tão necessárias no dia a dia do galpão, de acordo com os cooperados. Embora importantes para uma compreensão mais global do processo de trabalho,

bem como para seu empoderamento, segundo uma das coordenadoras, há quem não saiba ler e escrever e domine o trabalho assim mesmo, com os saberes da prática:

Olinda: É importante ele saber quanto custa, quanto que pesou, quanto ele vendeu, qual é a sua renda no fim do dia, na quinzena, no fim do mês. Pra isso é importante saber ler? É, mas tem gente que não sabe ler e faz tudo isso, na prática faz tudo isso. Mas acho que saber ler, ter conhecimentos é muito importante.

Podemos perceber, ainda, que a entrevistada iguala o fato de “saber ler” ao de “ter conhecimentos”, valorizando, desta forma o conhecimento letrado. Ela diferencia o “trabalho em si” da gestão da cooperativa, reconhecendo dois diferentes níveis de conhecimento, um prático e outro supostamente teórico, os quais, na verdade, não são dissociáveis.

Eu acho que, no trabalho em si, saber ler não tem nada a ver. A gente aprende na prática. Mas pra montar um negócio é importante, quanto mais a gente sabe ler, mais vai saber negociar, saber conversar com os compradores. Quanto mais a gente sabe, mais a gente quer saber, e é mais importante.

A leitura, no entanto, também estava presente no momento da triagem, naquilo que eles chamam de mesas de qualidade (onde é feita uma segunda triagem para “dar qualidade ao material”). Em um dia de trabalho em uma dessas mesas, a de PEAD, onde eram separados os diferentes tipos de plástico, uma cooperada me ensinou a olhar a parte inferior da embalagem. Cada uma possui, ou deveria possuir, uma sigla que corresponde a sua classificação. Se todos lessem (e se a indústria sinalizasse corretamente as embalagens), disse ela, fariam a separação adequada deste material. No entanto, observei que os que não leem, ao executarem a mesma função, encontram alternativas para saber de que tipo de plástico se trata: dar uma batidinha com o material na mesa, amassar com as mãos, raspar ou, simplesmente, perguntar para um colega mais experiente. O “plástico duro” é um dos materiais mais abundantes e também mais valorizados quando bem segregado, e representa boa parte do lucro da cooperativa.

Os usos recreativos das práticas letradas correspondem aos inúmeros momentos em que vi catadores utilizando materiais impressos vindos do lixo seja para informação seja para fruição literária. Isto porque circulam na cooperativa diariamente uma infinidade de jornais, livros, apostilas, dicionários, revistas, manuais, gibis, bíblias, cartas, documentos e outros materiais impressos, como rótulos e embalagens de produtos. No caso dos jornais e revistas, é possível se manter informado de todos os acontecimentos do Brasil e do mundo apenas aproveitando o que passa na esteira. Todos os dias aparecem centenas de quilos de jornal,

muitos bastante atuais, jornais do dia ainda nem folheados, revistas intactas, livros novos. Alguns catadores aproveitavam toda essa abundância e acabavam levando para suas casas os materiais que mais lhes interessavam, ou liam ali mesmo, nas pausas da esteira (Foto 22) ou nos intervalos de almoço. Eu mesma encontrei diversas publicações interessantes e não raro voltava para casa com a bolsa cheia delas. Rojo (2010) chama a atenção para o fato de que na sociedade urbana moderna, as práticas diversificadas de letramento são inúmeras, pois praticamente tudo o que acontece na cidade hoje envolve, de certa forma, a cultura escrita. A autora fala que, ainda assim, analfabetos não deixam de participar de atividades letradas, como pegar um ônibus, ou usar um cartão magnético. No entanto, algumas esferas mais valorizadas das práticas letradas requerem habilidades letradas ou níveis mais avançados de alfabetismo dos sujeitos (ROJO, 2010, p. 81). Deste modo, o desenvolvimento destes níveis mais avançados estaria relacionado, entre outros fatores, ao acesso a produtos culturais relacionados aos eventos de letramento, como jornais, livros, revistas, cinema, museus etc. Isso significa que poderíamos, mais uma vez, atribuir uma função educativa ao trabalho com materiais recicláveis, uma vez que há abundância desses itens culturais diariamente no cotidiano dos trabalhadores, em forma de resíduo, sim, mas que também são reaproveitados e ressignificados pelos catadores que os utilizam para fruição literária, divertimento, lazer e informação.

As revistas e jornais vindos no material reciclável são, muitas vezes, o meio pelo qual os catadores têm acesso aos acontecimentos sociais. Durante a separação, se há oportunidade, por causa do ritmo de trabalho, eles leem e comentam as notícias, como no dia seguinte à morte do cantor Michael Jackson (em junho de 2009), notícia de capa de jornal que provocou um debate no grupo (com comentários do tipo “Se ele fosse pobre como eu, não estaria na capa do jornal” e “Pobre morre e não sai no jornal”).

Era comum ver alguém fazendo palavras cruzadas ou folheando jornais e revistas e comentando as notícias com os colegas, quando a esteira estava parada. Quando aparecia um livro interessante havia quem o separasse para levar para casa. Livros infantis e didáticos eram sempre resgatados do “lixo” pelas que eram mães ou avós. Os de receita e os de romances também figuram entre os favoritos das cooperadas. Uma das catadoras disse que separava livros para enviar para a mãe, que era uma professora aposentada.

Houve uma tentativa de organização de uma biblioteca na cooperativa, atualmente desativada. Uma das coordenadoras era quem arrumava este espaço, mas ela disse que estava sobrecarregada de outras tarefas naquele momento. Em certa ocasião esta coordenadora me

mostrou com orgulho os três livros que estava lendo (ao mesmo tempo), todos encontrados na esteira. Eram títulos religiosos e de autoajuda. Outro cooperado me contou que conheceu a técnica de *reiki* por meio de livros que encontrou entre os materiais.

Fora da Coopere observei situações em que catadores mostraram fruição literária. Em um evento na Câmara Municipal de Vereadores, um catador (que faz trabalho voluntário cuidando de cães de rua) deu prova disso ao citar Sócrates em seu discurso, embora se referisse ao filósofo grego como “aquele camarada que eu não lembro o nome”, e disse já ter lido três vezes a Bíblia inteira porque gosta “de viajar dentro dos livros”. Outro exemplo pode ser visto durante uma reunião do fórum de debates sobre a população de rua, quando um dos participantes citou trechos da obra *O Capital*, de Marx, e outro travou uma conversa em francês com um estudante estrangeiro que participava da reunião.

Ainda sobre as práticas letradas, notei pouco uso de ferramentas de tecnologia da informação entre os cooperados. A Coopere possui um site e um endereço eletrônico, este último acessado exclusivamente pelos coordenadores e educadoras. No escritório, cada educadora utilizava um microcomputador e um quarto aparelho ficava à disposição dos cooperados, principalmente dos coordenadores, para acesso à internet. Além da caixa postal, observei que acessavam páginas de notícias (principalmente esportivas) e o site de compartilhamento de vídeos Youtube.

A respeito da relação dos catadores da Coopere com as questões de escolarização e letramento, destacaria, ainda, o episódio da festa junina. Neste caso – de uma festa popular, porém, presente na cultura escolar –, ficaram bastante evidentes as diferenças entre aquelas pessoas que passaram por essa experiência e os que não a tiveram, por não terem frequentado a escola. Com relação à preparação da festa, à decoração, ao ensaio da quadrilha, por exemplo. Embora muitos cooperados fossem originários de cidades da região Nordeste, onde as festas juninas são uma importante componente da cultura popular, sua configuração “escolar” – forma pela qual a festa estava sendo organizada – era visivelmente estranha para eles; quem estava à frente da organização eram justamente as pessoas escolarizadas da cooperativa. Tive oportunidade de, no dia, a pedido deles, ficar a frente de uma oficina de confecção de bandeirinhas, da qual participaram quatro cooperadas e um cooperado (Foto 23). Movimentos simples aprendidos nos primeiros anos da vida escolar, para quem nunca ou pouco esteve na escola, pareciam grandes desafios: segurar a tesoura, recortar, trabalhar com cola, montar um painel decorativo, fazer dobraduras no papel – eram novos saberes para esses trabalhadores que cresceram longe das aulas de educação artística e das demais vivências escolares. O mesmo se repetiu com a “dança da quadrilha” e o “casamento na roça” – ambos vividos pela primeira vez por alguns cooperados (Fotos 24 e 25).

6.7. Relação dos catadores com o poder público e com a sociedade

Um dos pontos altos da pesquisa foi a parte em que pude acompanhar cooperados e catadores de outras organizações em eventos sociais e reuniões com o poder público. Logo no início da pesquisa de campo, tive a oportunidade de participar de um seminário na Câmara Municipal de São Paulo cujo tema era “Reciclagem: metodologias sustentáveis para os resíduos e a inclusão”, promovida por diversas entidades de apoio aos catadores. A grande pauta era a questão dos incineradores, assunto polêmico por causa da tendência da Prefeitura Municipal de São Paulo em aprovar a implantação desse sistema, o que deixaria sem alternativa os milhares de catadores que atuam na cidade. Estavam presentes quatro catadoras da Coopere (Foto 26). Cerca de 350 pessoas lotaram o Salão Nobre da Câmara, que também ficou lotado. Nesta oportunidade, pude observar de maneira mais ampla a atuação dos catadores organizados frente aos desafios que aparecem, cada vez mais, na

cidade de São Paulo. Alguns catadores ligados ao MNCR participaram ativamente da discussão (Foto 27). Muito articulados, eles desenvolviam excelente argumentação, persuadindo os outros catadores na luta contra a implantação de incineradores de lixo e as políticas públicas que desfavorecem a coleta seletiva solidária. Uma das passagens mais marcantes foi o discurso de uma catadora: “A gente é catador que tem cérebro, não que bebe cachaça. Vamos lutar até que o nosso grito deixe de ser o grito dos excluídos e passe a ser o grito dos incluídos”.

Outro momento importante nesse sentido foi a Expocatadores, em dezembro de 2009, evento que reuniu cerca de três mil pessoas entre apoiadores, técnicos e catadores de todo o Brasil, da Índia e de diversos países latino-americanos, segundo dados da organização do evento⁴⁸ (Foto 28). O encontro internacional de catadores contou com a presença do presidente Lula assinando convênios de apoio à categoria, e de diversas autoridades municipais e estaduais. Em três dias de evento os catadores puderam aprender e trocar ideias com seus pares, expor trabalhos e, principalmente, sair bastante fortalecidos como movimento social e categoria profissional. Durante o evento, encontrei uma catadora de Santa Catarina com quem trabalhei em 2005. Ela tornou-se uma liderança do Movimento em nível estadual. Estava acompanhada de outro catador conhecido, atuante no MNCR-SC desde a ocasião em que desenvolvi o trabalho com os catadores em Florianópolis.

Com relação ao diálogo com a sociedade, entre diversas situações de atendimento diário ao público, à clientela da cooperativa – a população de São Paulo –, daria especial destaque a uma reunião em que acompanhei os coordenadores da Coopere no Parque do Ibirapuera. O motivo da reunião era o problema da coleta seletiva no parque. Segundo a Coopere, que recebia o material reciclável coletado no parque, sua qualidade vinha caindo significativamente. A administração do parque convocou, então, essa reunião entre Coopere e AVAPI (Associação dos Vendedores Ambulantes do Parque do Ibirapuera) para esclarecimentos e levantamento de possíveis soluções. Foi um momento muito bonito e especial, pois estavam ali juntas na mesma sala duas categorias profissionais que poderíamos facilmente chamar de “invisíveis” pensando em estratégias para a educação dos usuários do parque. A cada domingo de sol, cerca de 130 mil pessoas circulam pelo parque, gerando uma enorme quantidade de resíduos sólidos, que são depositados nas mil lixeiras distribuídas por toda a sua extensão. O grande problema é que a maioria dos usuários não pratica a coleta seletiva e acaba-se jogando fora uma boa quantidade de materiais que poderiam ser

⁴⁸ Dados encontrados em <<http://www.expocatadores.com.br>>; acesso em 26/02/2011.

reciclados. Os ambulantes queriam saber da cooperativa de que forma poderiam orientar seus clientes, os usuários do parque, na destinação adequada dos resíduos. Os coordenadores da Coopere fizeram uma palestra (Foto 29) sobre a importância da reciclagem e do trabalho que realizam, e alertaram para o preconceito que existe com relação à profissão:

Chamam a gente de lixeiro. Na Coopere tem uma população que muita gente vê eles como um nada, tem muitos idosos, tem ex-presidiários. É a reciclagem que dá emprego pra essas pessoas.

Demonstraram ainda ter um pensamento complexo e bastante consciente de seu papel de “agente reciclador”, ou “agente ambiental”:

O plástico vai pro rio, mata os peixes que servem de alimento pra nós. E muitas pessoas estão morrendo de fome.

O papel reciclado vai virar o caderno pras nossas crianças estudarem.

A Terra é nossa mãe.

Eu me sinto mais importante que um médico, porque o médico vai lá e salva uma vida, e o catador está salvando o planeta inteiro.

Os ambulantes, a administração do parque e os demais presentes ficaram bastante sensibilizados pela exposição e pelo amor com que os catadores falaram sobre seu trabalho e fizeram um acordo de parceria pelo bem do parque.

A relação com a sociedade é tratada pelos catadores como uma atitude educativa. Eles sentem-se responsáveis pela sensibilização sobre a coleta e a destinação adequada do lixo pela sociedade. Sabem que fazem um serviço importante para a cidade e para o meio ambiente. Essa consciência, não só ambiental como também profissional, vem crescendo à medida que os catadores têm se fortalecido como movimento social organizado, ampliando os ambientes de aprendizagem, e assim, as possibilidades de troca entre os pares e entre eles e a sociedade. Um exemplo de que esses profissionais cada vez mais colocam-se no papel de educadores está presente nesse trecho, retirado de uma das entrevistas:

Eu tenho pontos há quase dez anos e nesses pontos todo dia precisa ir buscar. Por exemplo, em restaurantes. Só não vou buscar no domingo porque é fechado aqui (na Coorpel), mas na segunda-feira eu sempre trago uma quantidade maior. Então é ir lá sempre, é procurar falar com eles pra não ter alimento, pra não contaminar, não ter outros produtos que possa contaminar, não ter produtos de origem hospitalar pra que a gente não saia contaminado. É todo um dia a dia de esclarecimentos, que as pessoas vão perguntando pra gente “que material você recicla mais?”. Bem, nós reciclamos quase todos os tipos de materiais possíveis e recicláveis, menos madeira, isopor e alimento, embora madeira tivesse muito campo pra nós, mas não temos

espaço pra juntar madeira, depois limpá-las de pregos e outras coisas pra vender pra padaria, pra pizzaria.

Para o entrevistado, a relação com a sociedade deve ser de respeito mútuo e de troca, uma vez que o catador é um prestador de serviços, e, ao mesmo tempo, sobrevive do material que coleta.

E não só de procura [de material], mas procurar manter a fidelidade de ir sempre buscar, pra que as pessoas continuem separando o material pra nós e pra não atrapalhar a vida deles também, né?

Muitos catadores rejeitam o termo “doação de material reciclável”⁴⁹, pois, na verdade, a suposta doação é, da parte de quem doa, a solução para um problema que sem a figura do catador acarretaria em ônus financeiro, principalmente a partir da regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

São acordos verbais, que não são contratos, mas de responsabilidade, porque eles te dão o material e você sobrevive desse material, e eles pagam menos pela coleta do lixo deles, que seria lixo e eles iriam pagar muito mais. Já eles doando pra gente, eles pagam muito menos a retirada do lixo deles, que se torna pouco, e nos ajuda também, faz o nosso salário, né?

Nem todos os catadores, em termos gerais, e nem todos os cooperados que participaram da pesquisa têm essa consciência crítica. Aliás, esse é um processo importante que precisa ser construído tanto pelo Movimento quanto pelas próprias organizações de catadores. A Coopere tem se esforçado – em grande medida pelo papel de mediação das educadoras e dos catadores mais articulados que lá trabalham – para que esse grupo compreenda que a reciclagem é mais que geração de renda para o suprimento de suas necessidades mais imediatas.

Os catadores são importantes agentes econômicos, ambientais e educacionais que vêm ganhando destaque à medida que nossa sociedade se sensibiliza para essas questões. Gradativamente o papel social dos catadores de materiais recicláveis tem sido mais percebido. Um exemplo disso vem do campo das artes plásticas, com artistas que têm buscado na reciclagem e no trabalho dos catadores inspiração para criações de apelo social ou socioambiental⁵⁰. Como o caso do documentário *Lixo Extraordinário*, que narra o processo de criação da série de fotografias denominada *Catadores*, releituras de obras de arte feitas com

⁴⁹ Caberia, deste modo, uma crítica a organizações que trabalham na lógica da pseudo doação, como o *Instituto Doe Seu Lixo*, por exemplo.

⁵⁰ Os brasileiros Tiago Mundano e Vik Muniz e o beninense Aston são alguns exemplos.

materiais recicláveis, do artista plástico brasileiro Vik Muniz em parceria com catadores do aterro sanitário de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, RJ.

Capítulo IV – A complexidade do trabalho dos catadores e catadoras

Diante da riqueza dos dados expostos nas anotações de campo, percebemos a existência de uma complexidade interna no trabalho cooperativo dos catadores de materiais recicláveis. Reflexos de “ser catador” na subjetividade desses sujeitos apresentam-se para nós como fator de relevância para este estudo. Além disso, para fins de análise, identificamos quatro diferentes dimensões presentes no cotidiano dos catadores: técnica, coletiva, ambiental e política. Essas dimensões carregam em si contradições e contrapontos, que mostram diferentes nuances de seu trabalho. Não há uma clara distinção entre essas categorias, tampouco podem ser compreendidas isoladamente, pois dialogam umas com as outras, sendo costuradas por um forte viés político.

4.1. A dimensão técnica

[...] pra ganhar mais precisa progredir, precisa aperfeiçoar, precisa entender melhor, precisa fazer outras coisas, outros cursos, pra ter um entendimento mais global de qual é a situação da reciclagem.

Waldir Paquer, carroceiro da Coopel

Quando pensamos em reciclagem, é comum vir à mente as lixeiras coloridas com símbolos e cores universais de cada tipo de material. Essa divisão didática, no entanto, não tem sentido dentro das cooperativas de reciclagem. Muito além das cinco classificações presentes nas lixeiras coloridas – papel, plástico, vidro, metal e orgânico –, existem inúmeras outras subclassificações, ditadas em geral pelo mercado, que é também quem estabelece o valor de cada material.

É interessante observar que no setor de reciclagem quem estabelece o valor dos produtos é o comprador e não o vendedor, ao contrário do que acontece em outros segmentos da economia. Ao dizer o quanto vale cada material, o comprador, que, geralmente, é um atravessador ou intermediário, dá início a toda uma cadeia de exploração da mão de obra dos catadores, que estão na base dessa pirâmide.

De todo modo, uma boa triagem garante a comercialização por um valor um pouco melhor, mas não é o único fator importante na hora da venda (o preço dos materiais varia também, como na indústria em geral, pela lei da oferta e da procura que regula o mercado). Diversos autores (BARROS; PINTO, 2008; GONÇALVES, 2005; MAGERA, 2005), apontam para a exploração sofrida pelos catadores, que têm seu conhecimento e trabalho usados em favor da acumulação capitalista, nem sempre revertendo para si próprios os benefícios da reciclagem de materiais:

Como a cadeia produtiva da reciclagem possui grande lucratividade no mercado, a coleta de resíduos sólidos é “descoberta” pelo grande capital como participante dessa cadeia de lucratividade. Assim, o campo da catação e da reciclagem passa a ser disputado pela classe empresarial. (BARROS; PINTO, 2008, p. 77)

Mesmo os catadores formando cooperativas para fugirem da exploração econômica, esta continua, porque as indústrias que compram os materiais recicláveis são poucas, exigem grandes volumes para negociarem e esses volumes só são alcançados, muitas vezes, por sucateiros que estão há mais tempo no mercado e financiados pela própria indústria. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 133)

Trabalhar com coleta seletiva requer, sobretudo, boa capacidade de observação, e muitos conhecimentos técnicos estão presentes nas várias etapas que envolvem o trabalho dos catadores organizados: coleta, triagem (ou separação do material), peso, prensagem, comercialização, além de conhecimentos próprios da gestão da cooperativa, que serão abordados no próximo subitem.

Com relação à coleta, minha vivência e observação e os relatos dos cooperados mostram que é importante conhecer os pontos onde se retiram materiais, a dinâmica do roteiro, ter agilidade para recolher o material e organizar a carga no caminhão (ou na carroça) e saber dar informações às pessoas que procuram o serviço. Também é importante saber que certos materiais não podem ser levados para a cooperativa, por oferecerem riscos à saúde, como lâmpadas fluorescentes, lixo hospitalar, *tonners* de impressora e produtos químicos, e também materiais que a cooperativa não comercializa, como pneus e madeira. Quando estão na rua coletando, os catadores são frequentemente abordados por moradores e funcionários de condomínios próximos ao local da retirada que gostariam de aderir à coleta seletiva em seus prédios, residências ou pontos comerciais.

Estar na rua representando a cooperativa, para alguns, é motivo de orgulho, pois sabem que estão prestando um serviço muito importante para a comunidade. No entanto, ainda são frequentes os relatos de humilhação sofrida por quem está ali retirando a reciclagem, que para muitas pessoas é confundida com lixo e que, por isso, tratam os

catadores como lixeiro (o que também não deveria ser considerado algo pejorativo). Dizem que sua presença está afastando a clientela, como, por exemplo, quando a coleta é em restaurantes ou em outros pontos comerciais, impedem ou atrapalham sua entrada nos condomínios, mesmo quando o local já participa do programa de coleta seletiva, entre outras humilhações desta ordem.

Já na etapa de separação do material está a maior parte de conhecimentos agregados à coleta seletiva. Uma boa triagem pode ter reflexos positivos na renda dos catadores⁵¹. Para trabalhar na esteira, é preciso muita agilidade. Tem que ser “ligeiro na mão”, como alguns falam. O modo como distribuem *bags* e recipientes ao redor de si para separar o material que vem da esteira também contém conhecimento. Com a prática, percebe-se que tipo de material é mais abundante, para o qual vai se usar um recipiente maior e mais próximo do corpo, ao passo que materiais que aparecem em menor quantidade podem ficar mais afastados.

Conhecer os diferentes tipos de material também é muito importante. Na Coopere, o papel era separado em 1) “jornal e revista”, 2) “papel branco”, 3) “papel misto” ou “mistão” e 4) “papelaço” ou “ondulado”. Já na Coopel, jornais e revistas eram vendidos junto ao papel misto, pois tinham o mesmo valor, porém, o misto separava-se do “papel couché”, mais valioso, geralmente encontrado em folders e material de propaganda. Essas variações de classificação entre uma cooperativa e outra são comuns e dependem da demanda dos compradores. Se o preço do jornal e da revista se equiparar ao do papel misto, vai tudo junto, se for diferenciado, haverá a separação. Essas informações não são muito bem difundidas entre os cooperados, que costumam se confundir bastante com as constantes mudanças e não sentem segurança na hora da separação.

O que muitas cooperativas costumam fazer, e não era diferente na Coopere, é uma triagem de segundo grau, o que costuma acontecer com o “material fino”, com o “plástico duro” e com o papel. Funciona assim: esses materiais saem da esteira para uma segunda triagem em mesas, onde cada plástico, por exemplo, é separado de acordo com a sua classificação: PP, PS, PEAD, PVC, ABS e outros, e também separados por cores. Saber para o que cada material servirá no processo de reciclagem ajudaria os catadores a segregá-los melhor e garantir uma boa renda, como conhecer o comprador e o destino do material, se o plástico reciclado será usado para fazer sacos de lixo ou vassouras.

⁵¹ Cito como exemplo o PEAD, material de embalagens plásticas, que valia, na época da pesquisa, R\$ 1,30 o quilo, sendo que, separados o rótulo e a tampa da embalagem, feitas de outros materiais, passaria a valer R\$ 1,45 o quilo.

Nas conversas que tivemos sobre capacitação, uma das mais frequentes críticas dos cooperados abordava este assunto. Diziam que a capacitação enfatizava muito as questões políticas, mas que nunca haviam tido aulas sobre a triagem, para conhecerem melhor o material com que trabalham e do qual dependem. Esse tipo de conhecimento muitas vezes fica retido nas mãos dos intermediários, que compram o material das cooperativas e fazem um novo beneficiamento antes de venderem à indústria, por um valor muito maior. Faltam também nas cooperativas maquinário específico e tecnologias apropriadas (ecológicas e de baixo custo) para fazer o beneficiamento, como ferramentas próprias para desmontar peças de computador e trabalhar com o material fino, máquinas para lavar plástico e picotar plástico e papel etc. De todo modo e a despeito das dificuldades encontradas, os catadores da Coopere possuíam muitos conhecimentos relacionados aos materiais e tentavam repassar isso para os colegas novatos, da mesma forma como fizeram comigo.

Outras duas etapas que demandam conhecimento são a prensagem (confeção dos fardos) e pesagem. Boa parte do material é vendida prensada: plásticos em geral, papelão, latinhas de alumínio e embalagens *tetrapak*. Para operar a prensa é necessário: a) conhecer o material, saber qual o volume necessário para garantir um fardo no peso certo, controlado; b) técnicas de segurança, pois operar a prensa oferece riscos como perda de membros superiores do corpo (um dos acidentes de trabalho mais frequentes nas cooperativas), desgaste da coluna ao retirar os fardos da prensa e machucados, em geral provocados por partes de material que são expelidas quando o fardo é pressionado; c) saber amarrar corretamente os fardos para que eles não se desmanchem no transporte. Para a pesagem, é importante saber ler e escrever, saber as operações matemáticas básicas, conhecer o material.

A última etapa, comercialização, também exige uma gama de conhecimentos. O principal deles é ter capacidade estratégica, ou seja, conhecer diversos compradores, como trabalham, saber negociar preços, conhecer o mercado da reciclagem e escolher a melhor época para vender cada material, quando o preço estiver mais elevado.

Vimos que há muito conhecimento técnico e estratégico envolvido na atividade de coleta seletiva. No entanto, embora conhecimento, aqui, possa refletir em aumento da renda, fator fundamental para os catadores, quando perguntados sobre que tipo de conhecimento é importante para executar seu trabalho, dois dos três entrevistados responderam: “nenhum”, “ter boa vontade”, “ter curiosidade”, motivação. Apenas um respondeu que é importante conhecer o material. Uma explicação possível pode ser não considerarem o trabalho que fazem como algo a que se pode atribuir conhecimentos. Por outro lado, podemos pensar que,

ao relacionarem motivação à aprendizagem, esses catadores demonstram uma visão alargada sobre o que é conhecimento, ainda que sem uma consciência ou intencionalidade clara a respeito. A vontade de aprender e a curiosidade são colocadas por eles como o primeiro passo para a aprendizagem. Do mesmo nos fala Charlot (2000), embora o autor prefira o uso do termo "móbil" ao "motivação", pois esta última seria algo de fora para dentro, ao contrário do móbil, que é uma "boa razão", algo que nos propulsiona, de dentro para fora, a realizar uma atividade que visa a uma meta.

Sobre o que-fazer no cotidiano do trabalho, os catadores falam que “a pessoa vai pegando no dia a dia”, vai aprendendo com os outros. É, portanto, um conhecimento prático, difundido por eles e entre eles mesmos.

Sérgio: Eu penso assim, que o conhecimento do catador é algo que vem de você mesmo, quando você começa a trabalhar, vai se entusiasmando com a reciclagem, quando se começa a olhar ela do lado do bem.

Sérgio, respondendo a pergunta sobre de que conhecimentos o catador precisa: Não de conhecimento, precisa de curiosidade. Porque quando você entra para a reciclagem de cooperativa, você tem todas as portas abertas pra aprender de tudo. Se você tiver vontade e dedicação e acreditar que quanto mais você aprender, mais vai poder ensinar, vai ficar melhor, você pode fazer o grupo ganhar mais...

No entanto, este mesmo entrevistado reconhece que motivação e boa vontade para aprender não bastam para agregar maior valor (comercial, ou valor que pode ser traduzido em ganho financeiro) ao seu trabalho. É preciso formação técnica apropriada, interdisciplinar, sobre temas que vão desde a triagem apropriada do material à gestão da cooperativa, passando por noções de comercialização e a questão da luta política. O outro entrevistado associa conhecimento à pesquisa de mercado. Ele fala que é importante não apenas conhecer o material com o qual se trabalha, mas saber onde e como buscar esse material e como negociá-lo.

Waldir: O básico é ele conhecer o material que ele está lidando, saber que papel é papel, que papelão é papelão, a PET é PET... Conhecer e saber separar, desde que não tenha contaminante.

Waldir: A primeira coisa para uma cooperativa é achar um mercado, você precisa ter os locais para onde vai levar o material. [...] Se vai ter um comprador depois e que quantidade aquele comprador vai comprar de você, e que preço ele vai pagar. [...] Por isso que precisa haver uma pesquisa, um trabalho em empresas, em bancos, de porta em porta nas moradias das pessoas, sempre ter um trabalho de procura de material.

Durante uma conversa, um dos cooperados disse que para separar bem o material é preciso conhecer os preços, porque desta forma a pessoa vai saber que material valorizar mais e como fazer para aumentar a venda. Um dos problemas da cooperativa, no entanto, estava no

fluxo de informações. Embora tivessem reuniões semanais, informações como preço de material, movimentação financeira, vendas, valor de hora etc, ficavam retidas nas mãos dos coordenadores. Faltava mais transparência, por parte deles, na administração, o que se refletia na qualidade do trabalho ou do material processado, e, conseqüentemente, na renda. O trabalho coletivo é uma construção e, por ser coletivo, não só as tomadas de decisão sobre a cooperativa como também a comunicação entre todos deve ser a base, um dos pilares do grupo. Sobre essa construção nada fácil, visto que as pessoas envolvidas pouco participaram de processos coletivos ao longo da vida, trataremos em seguida, focando os ganhos e as dificuldades do trabalho coletivo para a vida dos catadores.

4.2. A dimensão do trabalho coletivo e cooperado

O cooperado está ali e precisa saber que ele é cooperado, ele não é empregado. Ele é autônomo, o negócio é dele. Então ele tem que ter essa consciência, ele tem que cooperar com os colegas.
Dona Olinda, coordenadora da Coopere.

Trabalhar em equipe e, não só, mas ser responsável direto pela gestão e sucesso de um empreendimento, é algo novo e importante na vida dos catadores. Acostumados a trabalhos subalternos, como na construção civil, empregados domésticos, carregadores, entre outros, e, geralmente, há muitos anos afastados de suas profissões, o trabalho coletivo se tornava um grande desafio. Estar em uma cooperativa é atuar em outra lógica, não mais da exploração patrão-empregado. Por isso, não raro eram os depoimentos favoráveis a essa nova realidade. Boa parte dos catadores dizia gostar da cooperativa – não necessariamente do trabalho com “lixo” – pois “é melhor que ter patrão”, “aqui a gente é livre”, “a gente ganha pelo que trabalhou” etc. Essa “liberdade” é sentida de maneira positiva e acaba sendo um dos atrativos da cooperativa. São comuns as falas de mulheres que trabalharam “em casa de família” onde sofriam privações e humilhações, e hoje, na reciclagem, acreditam estar em um patamar profissional mais digno. Cooperados que anteriormente haviam sido carroceiros acham que há vantagem no trabalho coletivo, quando conseguem perceber os ganhos indiretos desta modalidade de trabalho. A fala que segue é de uma das catadoras que estava

lá desde a fundação da Coopere, ao ser questionada sobre as vantagens de se trabalhar em uma cooperativa:

Tirar mais, tira [como carroceira], mas só que dentro da cooperativa *a gente tem muita vantagem que um carroceiro que fica na rua não tem*. Hoje em dia não é um serviço forçado [ela quis dizer 'pesado']. Hoje eu não puxaria uma carroça porque não aguento. Antigamente eu puxava [a carroça], meu dinheiro era bom... Hoje em dia, com os pontos que eu tinha eu ganharia bem mais do que eu ganho aqui, mas eu prefiro ainda estar aqui. Porque aqui tem os coordenador que ajuda a gente em alguma coisa, tem a Mara, a Rosires [educadoras]. [...] Por isso que é bom a gente estar dentro de uma cooperativa, porque é mais seguro, porque você trabalha em grupo, é mais seguro você está dentro de uma cooperativa... Eu mesmo consegui levanta a vida que eu tinha antes de chegar até aqui mesmo, porque até lá no núcleo [Coopamare] era meio difícil minha vida. Depois que eu cheguei aqui mesmo minha vida mudou bastante.⁵²

Na entrevista, quando indagada sobre as diferenças entre trabalhar sozinho, na rua, e ser uma cooperada, a coordenadora da cooperativa apontou para a questão da oportunidade de crescimento dentro do empreendimento social:

A diferença é que na cooperativa a pessoa é um empresário, porque o negócio é dela, conforme a cooperativa vai crescendo ela vai ganhando mais, vai ganhando independência.

Há realmente diversas vantagens na formação de grupos como associações e cooperativas e na formalização do trabalho: somar forças para vender o material por um preço mais justo e, quando possível, diretamente à indústria, eliminando atravessadores, trabalhar em local protegido e equipado, com horário de trabalho estipulado, organizar melhor os ganhos de modo que se consiga formar um fundo para emergências ou pagamento de benefícios sociais, como o carnê do INSS, ter mais força para lutar por apoio do poder público, entre tantas outras. Nos depoimentos dos cooperados e cooperadas, as mulheres deram mais destaque à questão da segurança e a preferência por trabalhar em conjunto. Podemos pensar no quanto estar em uma cooperativa possibilita às mulheres ter um espaço de socialização e de proteção que não teriam (ou não tiveram) trabalhando nas ruas, conforme a fala desta cooperada, ex-carroceira:

Se você tá na rua, não! O carroceiro na rua, ainda mais a gente que é mulher, os home toma mesmo os material! Toma! Você tá com aqueles material bom em cima da carroça, eles vem e quer tomar. Aqueles 'morcegão', que é aqueles caminhão clandestino também; se você não aceita vender prá eles a troco de nada... É, é difícil a gente que é mulher trabalhar na rua. Por isso que é bom a gente estar dentro de

⁵² Entrevista gravada para a pesquisa sobre os hábitos de consumo dos catadores da Coopere, citada na introdução do trabalho.

uma cooperativa, porque é mais seguro, porque você trabalha em grupo. É mais seguro.

A despeito de todas essas vantagens, no entanto, nem todos pensam da mesma forma. No processo de formalização da Coopel, por exemplo, quando tentou-se formar uma cooperativa a partir da associação de catadores, houve quem preferisse ficar de fora. O grupo não conseguiu estruturar-se e, com as mudanças na orientação do Programa Reviravolta, que deixaria de atender aos carroceiros, foram oferecidas vagas na Coopere para todos eles. De um grupo de doze pessoas, apenas cinco seguiram para a cooperativa, e lá ficaram por pouco tempo (apenas um ainda trabalhava lá um ano depois). Dos outros sete, um ficou na Coopel, trabalhando como separador no grupo da seletiva, dois seguiram como carroceiros autônomos, três conseguiram outros empregos (limpeza, economia informal) e um faleceu.

A resistência ao trabalho coletivo por parte de alguns pode ser melhor compreendida quando observamos o perfil dessa população, em geral, com dificuldades em formar vínculos, visto que a situação de rua caracteriza-se por experiências de rompimento social (familiar, geográfico, institucional), conforme explica Rosa (2005, p. 77) ao analisar trajetórias de pessoas nessa situação.

Níveis significativos de perdas e drásticas rupturas ligadas à morte de parentes, abandono familiar, problemas com alcoolismo e outras drogas provocam desespero e solidão. [...] Um doloroso processo de perdas: de emprego, de vínculos familiares e de amigos, de autoestima, de autonomia, de equilíbrio psíquico, de esperança de exercer a cidadania. Vivem como se estivessem diante de um abismo entre um mundo de recordações e desejo de vida melhor e uma realidade social avessa à vida.

São pessoas com este perfil que compõem a cooperativa e os núcleos que a alimentam (Coopel, Coopamare e Recifran). As dificuldades de vínculo provocavam também fortes sentimentos de desconfiança no outro, tanto coordenadores quanto educadores e técnicos apoiadores. A desconstrução da desconfiança e a ressignificação da autonomia são processos essenciais para a formação da coletividade, e só serão possíveis mediante transparência na administração e comunicação eficiente entre todas as partes.

A adesão e a participação efetiva de todos os cooperados na gestão da cooperativa são muito difíceis exatamente pela inexperiência dialógica em suas histórias de vida, que se inserem em um contexto mais amplo e histórico, já analisado por Freire (1982) em *Educação como prática da liberdade*, quando fala da inexperiência democrática da sociedade brasileira. A fala do coordenador da Coopere expressa essa dificuldade:

E sabe por que isso é o mais difícil? Porque você não aprendeu a ter diálogo, você não formou... Você tem que formar na cooperativa uma visão diferente: “ele tem todos os defeitos, mas ele ta correndo pelo certo”.

Isso significa dar voz a cada um, não só em dias de assembleia, mas em todo o processo, ouvir e colocar em prática sugestões trazidas pelos cooperados, deixar que experimentem por si mesmos as atividades na gestão e organização da cooperativa, ainda que não façam parte da coordenação, e compartilhar dados e informações importantes para o trabalho.

Além da vinculação/adesão ao projeto da cooperativa, outra grande dificuldade observada, que se colocava novamente em contraposição ao estilo de vida de seus integrantes, é a questão das regras e normas que o trabalho coletivo impõe. Para que um trabalho em grupo funcione, é preciso que se estabeleçam regras, que só terão valor, no entanto, se forem construídas coletivamente, em processos democráticos. Varanda (2003 e 2009) estudou a rotina de moradores de rua e constatou que existem inúmeras regras e códigos entre os diferentes grupos de pessoas em situação de rua. Regras também estão presentes e são bastante rígidas nos centros de acolhida que recebem essas pessoas. Nas ruas existem regras de convívio, que se baseiam em princípios como justiça, verdade, solidariedade (VARANDA, 2009); porém, no ambiente de trabalho, as regras passam a ter outra conotação: cobrança, punição, exigências são palavras associadas por eles às regras da cooperativa, mais especificamente ao documento de normatização que rege seu cotidiano (vide Anexo 7). Este documento, criado pelos catadores e educadores, foi aprovado em assembleia logo no início da cooperativa e recebeu sua última atualização, também aprovada em assembleia, em julho de 2009. Lá estão previstas as normas – e consequentes punições para seu não cumprimento – a respeito de: horário de trabalho, relacionamento e convivência, espaço físico e limpeza, participação em reuniões e assembleias, retiradas e vales e justificativas e faltas. Diferentemente do ambiente domiciliar, ou mesmo das ruas (para aqueles que ainda vivem nessa situação), o local de trabalho exige cumprimento de horário, ritmo de produção e, por se tratar de um empreendimento social, do interesse e compromisso do cooperado. Para muitos a adaptação a essa realidade era bastante difícil, não conseguiam se organizar ou se orientar para isso e acabavam sofrendo sanções, como a diminuição do valor da retirada mediante o recurso da taxa-hora, suspensões e, em casos extremos, o afastamento da cooperativa.

O interesse pela gestão da cooperativa era outro nó. Embora fizessem muitas críticas ao trabalho da coordenação, eram muito poucos os que gostariam de se candidatar a um dos cinco cargos de coordenador. O processo de legitimação da liderança também era complexo porque eles (e a sociedade como um todo) não possuíam uma cultura de participação democrática. Por um lado, ficavam esperando que os coordenadores resolvessem os problemas da cooperativa sozinhos, mas frequentemente reclamavam das decisões tomadas pela coordenação. Era comum observar nas reuniões que muitos cooperados não queriam participar, ficavam do lado de fora fumando ou, quando estavam no salão, se recusavam a opinar sobre questões de seu próprio interesse e votavam “em branco”. Culti (2006, p. 232), que estudou processos de incubação de duas cooperativas de catadores no norte do Paraná, explica que

[n]o cotidiano da autogestão de seus empreendimentos, a democracia também acontece concretamente, mas permeada de contradições e dificuldades. Percebe-se que os cooperados sabem que ela é importante; porém existe uma fragilidade que pode ser explicada pelo sentimento que eles manifestam quanto à necessidade de comando dos dirigentes, cuja caracterização denota que eles ainda estão apegados a um perfil autoritário. Eles querem, sim, dirigentes que sejam deles e não de fora das cooperativas, mas com atitudes menos democráticas. Vê-se, portanto, como é difícil o exercício da democracia e o abandono dos valores que predominam nas relações de trabalho na nossa sociedade. Ainda há um longo caminho para ser percorrido nesse sentido.

O que ocorria, muitas vezes, e pude verificar isso nas reuniões do grupo e na capacitação, era que bem poucos cooperados tinham a consciência ou o sentimento de serem donos do próprio negócio e de que todos eram sócios. A construção desse paradigma com o grupo é um dos maiores desafios para o empreendimento, e, ao mesmo tempo, algo fundamental para o seu sucesso. O coordenador da cooperativa apontou essa dificuldade, ao falar que trabalhar em sociedade é muito complicado, porque as pessoas têm entendimentos diferentes sobre o processo de produção e condução da cooperativa, mas que o bem comum deveria prevalecer acima de tudo.

Sérgio: É quando você começa a ter essa visão de crescimento, de aprender a respeitar as dificuldades do ser humano, do outro companheiro, de saber que eu estou trabalhando mais que aquele outro e vou ganhar igual. Isso é o mais difícil! O mais difícil do cooperativismo é quando você tá trabalhando pra caramba e fala que é sócio, aí você vê aquele outro lá assim (faz cara de molenga) e que vai receber igual. E ele também é sócio. Aí você chega nele pra falar alguma coisa e ele responde “sai pra lá que você não é dono, você não é patrão”. [...] É isso que é cooperativa, é mostrar pra pessoa que independente de eu gostar dela e de ela gostar de mim, aqui dentro tem que ser o melhor, então é isso.

Os outros entrevistados seguiram nesta mesma linha de raciocínio, apontando as relações entre o grupo e a falta de uma visão de coletivo como os grandes entraves dentro da cooperativa.

Waldir: [...] no coletivo, você tem que se enxergar e enxergar o grupo. E é difícil isso. [...] O grupo não pode estar acima do individual e nem o individual acima do grupo, porque o grupo é feito pra fortalecer as vontades do individual, as necessidades, pra ensinar o individual a ser solidário, isso e aquilo. Mas o grupo não pode tá acima do individual, tem que tá junto. Existem as necessidades individuais e existe as necessidades do coletivo, e nisso precisa ser bem equitativo, bem claro, bem dito, bem trabalhado com todo mundo, porque não pode existir uma supremacia de uma parte ou de outra.

Eu: O que é mais importante para o catador aprender?

Olinda: Saber se relacionar com os colegas de trabalho.

Schütz (2008), em artigo sobre a economia popular solidária, ao fazer uma diferenciação entre cooperativismo, economia popular e popular solidária, destaca que esta última, sim, requer uma ruptura com o paradigma capitalista ao propor uma discussão sobre este modelo e a construção de alternativas participativas, populares e éticas para uma mudança de cultura. Os empreendimentos populares solidários estão em interface com a educação popular, pois ambos são ancorados nas experiências da vida cotidiana. No entanto, o autor alerta que sem essa interface, que deve estar pautada na ação libertadora, esses empreendimentos podem se tornar apenas uma

[f]orma de ‘ocupar os desocupados’ muito conveniente com o sistema ou de uma ‘terapia ocupacional’ que camufla as contradições e os atritos fundamentais da sociedade. Da mesma forma, o discurso ecológico, as questões culturais, regionais etc. podem ser facilmente integrados e neutralizados em seu potencial emancipatório. (SCHÜTZ, 2008, p. 49)

É muito difícil para os empreendimentos de catadores manterem-se nos eixos da economia solidária, por dois motivos principais. O primeiro diz respeito ao histórico das pessoas que ali estão, aliados de oportunidades sociais mais amplas, tendo muitos de seus direitos violados durante a vida, sendo, portanto, fruto de um longo processo de exclusão social. “Demasiados”, “excessivos”, “redundantes”, descartados pelo processo de reestruturação produtiva, como problematiza Bauman (2005), eles lutam pela vida, pela sobrevivência, e encontram meios para isso no trabalho com a reciclagem. Mas até que ponto é possível para essas pessoas que sofreram uma vida de privações e humilhações, agora, diante de uma nova realidade, encontrar condições para, além da sobrevivência, ainda

modificarem seus modos de agir e pensar, construir novos paradigmas, ampliar os horizontes que sempre lhes foram estreitados?

A outra questão é estrutural: toda a cadeia da reciclagem é capitalista. Os compradores de material, que alimentam a indústria da reciclagem, exploram a mão de obra dos catadores, que estão na etapa mais importante do processo: a coleta e a triagem do material. Sendo em grande parte apenas intermediários entre as cooperativas e a indústria, os compradores têm um lucro abusivo com pouco trabalho, por possuírem capital de giro e melhor estrutura logística para a compra e venda dos recicláveis. A indústria, por sua vez, coloca diversos entraves e exigências, afastando os empreendimentos de catadores que não possuem condições de vender diretamente a elas. E, por fim, o poder público, que também opera sob a lógica capitalista, pouco ou nenhum apoio oferece às cooperativas, que sofrem de problemas graves de formalização, estrutura e logística, situação encontrada principalmente na cidade de São Paulo, em que a má vontade política ocasiona a vergonhosa situação de apenas 1% do lixo ser destinado à reciclagem.

Uma resposta para esta questão pode estar no fortalecimento do trabalho em rede, a exemplo do sucesso da Rede Gerando Renda, em que catadores da região do Grande ABC criaram uma cooperativa de segundo grau, a COOPCENT-ABC, responsável por coletar e vender o material dos diferentes grupos da região diretamente para a indústria. A rede também beneficia materiais, como o varal de PET, produzido pelos catadores. O trabalho em rede e a relação dos empreendimentos sociais com outros atores parceiros, para Schütz, são fundamentais.

Os empreendimentos solidários que conseguem se afirmar como tais, sem falirem ou sem se tornarem simples empreendimentos capitalistas, são aqueles que conseguem se articular política, social e economicamente com o maior número possível de empreendimentos e atores sociais. (SCHÜTZ, 2008, p. 25).

Além de subsidiar a construção de uma nova cultura e possíveis articulações sociais e políticas, a necessidade de formação é imprescindível, também, para a gestão da cooperativa, no sentido de conquistarem uma maior autonomia frente às entidades que apóiam os empreendimentos de catadores. Com conhecimento e uma boa formação, sentir-se-ão mais seguros e capazes de gerir o próprio negócio.

Sérgio: Tem vezes que eu tô em alguma reunião com gente importante e eles falam olhando pra mim, e são muitas coisas de números, de códigos, de leis e eu não consigo acompanhar tudo. [...] com números eu sei que eu tenho limites. Isso me deixa triste, porque eu sei que sou fraquinho demais.

Diante das muitas tarefas de gestão da cooperativa que demandam formação, como conhecimentos sobre comercialização, administração, contabilidade, sistema financeiro, entre tantos outros, chama atenção o fato de que pessoas com baixa escolaridade consigam tocar esses empreendimentos. No entanto, eles podem ser sobremaneira melhorados, fortalecidos e estendidos a um número maior de pessoas se os cooperados tiverem acesso ao conhecimento formal, a uma educação de qualidade articulada ao seu contexto de vida e trabalho. Os catadores têm muita capacidade e conseguiram chegar longe com o pouco letramento que possuem. Deste modo, podemos imaginar o potencial transformador quando aliarmos sua capacidade e de aprender com uma boa formação, comprometida com as suas demandas.

São muitos, portanto, os conhecimentos envolvidos nos processos de autogestão de empreendimentos sociais. Singer (2002, p. 19) fala que a autogestão requer um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária, pois "além de cumprir as tarefas de seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa", o que significa entender o funcionamento de todo o processo de trabalho; no caso da cooperativa de reciclagem, da coleta à comercialização do material. Implica também em exercitar a democracia, o que não é fácil, visto que nossa cultura de participação social é muito tímida. Tudo isso é uma construção social, e é mais comum que estejamos adaptados à heterogestão ou à alienação do trabalho, e a mudança de paradigma é o grande desafio que se coloca a todos os envolvidos na construção de um empreendimento solidário.

O trabalho dos catadores organizados em cooperativas pode ser visto como uma teia em que a trama é composta por todos esses princípios, pois possui uma forte componente política, que requer participação e mobilização social, promove inclusão e justiça social por meio de geração de emprego e renda e influencia as questões ambientais por meio da reciclagem dos materiais, assunto tratado a seguir.

4.3. A dimensão ambiental

Quando você começa a trabalhar com a reciclagem, você tem chance de olhar com os dois olhos: com os olhos humanos, de sobrevivência e com os olhos de salvar o planeta.
Sérgio Luís, presidente da Coopere.

Uma das plataformas de luta do Movimento Nacional dos Catadores é o reconhecimento de sua atividade como serviço ambiental prestado à sociedade. Na onda dos debates em torno das questões climáticas e outras de alcance global, os catadores têm se esforçado para fazer deste reconhecimento algo não apenas pró-forma, mas revertido em remuneração. O já citado PSAU – Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos – é a proposta de criação de um sistema de remuneração dos catadores pelos serviços ambientais prestados. Municípios como Diadema, na Grande São Paulo, e Londrina, no noroeste do Paraná, já remuneram seus catadores e a avaliação de seus programas de coleta seletiva inclusiva é bastante positiva. A iniciativa do PSAU está articulada a uma série de ações do governo federal para a implantação da coleta seletiva com inclusão de catadores, conforme já exposto no capítulo II.

A projeção dos catadores como novos atores sociais é muito importante por causa da histórica invisibilidade e conotação negativa de seu trabalho. Essa “virada de mesa”, no entanto, não pode ser descontextualizada. Ela está inserida em um momento político muito propício, em que ações do governo federal iniciadas pelo presidente Lula ainda em seu primeiro mandato (2003-2006), bem como crescentes preocupação e engajamento da sociedade nas questões ambientais, geram o pano de fundo para que os catadores possam ser vistos e ouvidos.

Em um contexto macro, podemos dizer que a ascensão de novos atores sociais surge em meio à crise dos “Estados-nações modernos”. Trevisol (2007) explica que a política global constitui-se e estrutura-se a partir de um leque variado de atores e dimensões, não mais apenas dos governos estatais. Para o autor, os atores da emergente sociedade civil global denunciam e questionam as assimetrias de poder que prevalecem na sociedade e tentam preencher a ausência e a ineficácia dos governos na busca de soluções para os problemas contemporâneos, locais e globais (p. 111-112). Fazendo uma leitura do pensador alemão Ulrich Beck, Trevisol fala de uma profunda transformação nas formas de se fazer política, agora de baixo para cima, pelo despertar do que Beck chama de “subpolítica” (TREVISOL, 2007, p. 113). Inseridos nessa dinâmica, os catadores também emergem como atores sociais relevantes, duplamente contemplados: pela questão social, importante agenda do Governo Federal nos últimos anos, e pela questão ambiental, debatida globalmente em vários setores da sociedade. Como atores

importantes que são no novo cenário brasileiro, os catadores ligados ao MNCR têm buscado exercer seu papel de protagonistas na história, o que pode ser considerado um feito inédito, visto serem pessoas marcadas por processos históricos de exclusão, rebaixamento e humilhação social.

Muito embora boa parte das discussões nesse sentido seja ainda privilégio de alguns catadores mais ligados à cúpula do Movimento, vale destacar os grandes avanços conquistados por essa categoria. Talvez a mudança no discurso sobre os catadores e o fortalecimento de sua identidade profissional possam ser citados como os principais ganhos.

Mesmo um pouco afastados das atividades e performances do MNCR, os catadores da Coopere sentem esta mudança no discurso e o incorporam em seu cotidiano. Tanto nas entrevistas quando em outras ocasiões em que pude acompanhá-los, eles demonstraram possuir uma visão complexa sobre os problemas ambientais e um compromisso com o futuro das próximas gerações.

Eu: O senhor acha a reciclagem que tem um objetivo maior por trás, uma luta política?

Waldir: Eu acho que tem uma necessidade iminente, A Terra tá agonizando. Vê nos lixões aquele gás de metano saindo, pegando fogo, a gente fica bobo... A Terra tá se transformando. [...] E vão jogar toda essa imundície em cima da nossa descendência, porque nós não vamos chegar a ver isso talvez. Então eu acho que a Terra tá agonizando, o clima tá mudando, tudo tá sendo prejudicado e é uma necessidade pra todo mundo. Não é só uma ideia de um idealista, é uma necessidade.

Assumir para si – por meio da atividade da reciclagem – a responsabilidade por cuidar da Terra e promover melhor qualidade de vida para a cidade também se reflete em atribuir um sentido maior ao seu trabalho. Ser catador é ser um agente ambiental e um educador, à medida que incorpora no seu dia a dia o papel de orientar e alertar as pessoas para a importância da reciclagem e, em patamares um pouco mais avançados no discurso, para as questões de consumo consciente e responsável e a não geração de resíduos. Para o presidente da Coopere, a ideia de estar salvando o planeta por meio da reciclagem é tão forte que ele costuma dizer que o caminhão da coleta seletiva deveria ser considerado como o carro dos bombeiros⁵³, e que seu trabalho é tão ou mais importante que o de um médico, pois “o médico salva vidas e

⁵³ A comparação com o carro dos bombeiros deve-se ao fato de a Coopere possuir cerca de 600 pontos de coleta de material e, ainda assim, seus caminhões estarem submetidos à diversas restrições de circulação, como o rodízio municipal de veículos, horário reduzido de circulação e outros entraves. Várias ruas da região central são proibidas para os caminhões, ainda que seja para a coleta dos resíduos. Apenas a concessionária conveniada à prefeitura conseguia circular nessa região, por possuir pequenos carrinhos de coleta motorizados. As cooperativas, desta forma, deixavam de acessar o material mais rico produzido na cidade.

eu estou salvando o planeta inteiro”. A consciência ambiental é considerada uma das mais importantes aprendizagens dos catadores no cotidiano da cooperativa.

Eu: E o que as pessoas aprendem trabalhando na reciclagem?

Olinda: Um ponto importante que eu acho que a pessoa aprende é cuidar do meio ambiente. [...] eu acho muito importante que cada pessoa que trabalha aqui, que ela cuide, trate bem todos os materiais recicláveis para que não vá para o meio ambiente, então essa é uma parte importante que o cooperado aprende aqui.

A visão complexa e comprometida com as questões ambientais que os catadores vêm desenvolvendo deve ser valorizada por quem se preocupa com os processos de formação e capacitação. Eles já demonstraram ter grande potencial de transformação social e capacidade de mobilização e articulação, o que pode ser aproveitado para conquistar mais adeptos para uma cultura sustentável.

Dar voz aos catadores é empoderá-los, mas também uma boa oportunidade de promover sensibilização social a partir do seu discurso, visto que os catadores, por estarem na interface entre inclusão social e cuidado com o meio ambiente, trazem questões de abrangência mais ampla⁵⁴. Percebendo isso, os coordenadores da Coopere citaram nas entrevistas que a sensibilização ambiental deve começar dos próprios catadores, para que eles sejam os porta-vozes da luta por justiça socioambiental. Eles sugerem que as capacitações tenham sempre como prioridade a valorização do catador como agente ambiental.

Eu: O que uma boa capacitação deveria abordar?

Sérgio: [...] primeiramente deveria capacitar ele sobre meio ambiente, mostrando pra eles como eles estão sendo úteis pro mundo.

A dimensão ambiental do trabalho dos catadores aproxima-se da dimensão política, em especial pela regulamentação da PNRS e todo o debate que ela vem gerando em âmbito nacional. Apesar de ter ficado em discussão durante vinte anos antes de ser sancionada, esta Lei ainda é considerada pelos especialistas como uma incógnita, porque ninguém sabe ainda como colocá-la em prática. Sua maior dificuldade de aplicação é com relação à logística reversa, processo de destinação correta dos resíduos pós-consumo por parte das empresas fabricantes, comerciantes ou importadoras. A LR é de interesse direto dos catadores, que podem se beneficiar dela se conseguirem estabelecer parcerias com o setor produtivo. Essa

⁵⁴ Um exemplo disto pode ser visto no documentário *Lixo Extraordinário*, que comoveu expectadores em vários países e recebeu prêmios em importantes festivais de cinema. No filme é abordado o tema da exclusão, ao mostrar a vida das pessoas que trabalham no lixão, e o grave problema do excesso de lixo, gerado por consumo e desperdício nas sociedades modernas.

questão é bastante complexa e, embora a Lei privilegie os catadores, eles sabem que sua implementação não será efetivada sem que haja muita luta e articulação política.

4.4. A dimensão política

Então a reciclagem tá precisando disso, de organização, saber dividir ela, capacitar os próprios carroceiros a não só mexer com material, mas a ver se vira um deputado ou um vereador, porque aí ele vai lutar na causa pra sempre, ou capacitar um pra ser advogado pra lutar pelos irmãos.
Sérgio Luís, presidente da Coopere.

O viés político do trabalho organizado de catadores está presente em todas as outras esferas de atuação já apresentadas. Para garantir boa formação técnica que permita ao grupo agregar mais valor ao trabalho e aumentar sua renda, é necessário uma agenda de luta política junto aos segmentos do poder público e da iniciativa privada, que poderiam contribuir com o aprimoramento técnico dos catadores, acesso a cursos de formação técnica e tecnológica, investimento em infraestrutura etc.

Com relação ao trabalho coletivo nas cooperativas, o viés político é o resultado dessa articulação coletiva na vida prática: participar das tomadas de decisão e da gestão da cooperativa, relacionar-se solidariamente com o outro, construir processos internos de fortalecimento da organização e buscar parcerias por meio do diálogo com outras organizações e outros atores sociais com objetivos comuns. O empreendimento solidário tem um importante papel de formação política de seus participantes e, conforme Schütz (2008, p. 33), “à medida que existe um empreendimento solidário, constitui-se não só um instrumento de poder econômico, mas também um espaço de organização popular de base, uma força social e política, um novo referencial de aprendizagem”.

A luta pelo direito a um meio ambiente de qualidade para todos, por sua vez, é uma bandeira legítima na sociedade de hoje e os catadores podem beneficiar-se, aliando-se a outros setores organizados da sociedade civil para conquistar reconhecimento como agentes ambientais que são. Mas, para que esse reconhecimento seja amplo e efetivo, há ainda muito que se fazer no sentido de desconstruir estigmas e preconceitos que rondam a imagem dos catadores. Uma vez que já estejam contemplados em legislação específica, precisam agora

fazer valer seus direitos, e isso será possível mediante processos de empoderamento que os instrumentalizem para a luta política (GUTBERLET; TREMBLAY, 2010).

Eram frequentes as queixas de falta de apoio do poder público à cooperativa por parte dos coordenadores. Em uma cidade que recicla apenas 1% de todo o resíduo gerado (cerca de 17 mil toneladas por dia), chega a ser infame o descaso da prefeitura municipal com a pauta dos catadores. Um dos principais entraves é a falta de diálogo entre as diferentes secretarias, espaço de disputa de poder de partidos políticos dentro da prefeitura. A Coopere era conveniada à Limpurb, órgão vinculado a Secretaria de Obras, de modo que a Secretaria de Verde e Meio Ambiente nada ou muito pouco se dispunha a apoiar a cooperativa, que com seu trabalho muito contribui para a melhoria do meio ambiente da cidade de São Paulo. Essa falta de apoio é denunciada na entrevista com a coordenadora da cooperativa.

G: Apoio de quem que a senhora acha que está precisando?

O: Principalmente da prefeitura, do poder público. O governo quer a cidade limpa. E quem limpa a cidade são os catadores. E nós não estamos fazendo favor. A gente trabalha 50% pro governo e 50% pro catador.

[...] Não vem ninguém da Secretaria do Meio Ambiente aqui pra dizer “ah, esse material aqui vale dinheiro”... Eles não vêm pra dar uma capacitação, pra ajudar, pra dar uma capacitação pros catadores, pra cuidar do meio ambiente.

Aparece aliada à dimensão política propriamente dita, relacionada ao desenvolvimento de um pensamento crítico e complexo acerca das questões sociais que os envolvem, outra dimensão também política, porém, no plano do indivíduo: a reconstrução de sua subjetividade. A transformação da subjetividade também pode ser vista como ato político, pois ela é parte do processo de “hominização”, no sentido de tornar-se mais humano, “ser mais” e melhor (FREIRE, 1982). Uma das questões mais significativas nas entrevistas foi o relato sobre a forma como o trabalho na reciclagem influenciou sua autoimagem e autoestima. Pode-se perceber um movimento nos discursos, tanto da sociedade em direção à valorização dos catadores e catadoras como deles em relação a si próprios. Deixam, portanto, o lugar de “lixeiros” para se transformarem em “agentes ambientais”, “defensores da natureza”, “palestrantes do meio ambiente” etc.

No caso dos dois coordenadores da Coopere que foram entrevistados, fica claro o papel dos assistentes sociais em sua trajetória, pois em diversas ocasiões me falaram do sonho de se tornar assistente social “para ajudar as pessoas”, assim como foram ajudados. Outro sonho recorrente é o de dedicarem-se à defesa do meio ambiente, pois já o fazem pontualmente quando “reciclam” o lixo. No entanto, o que almejam é uma maior projeção na

sociedade, e sabem que, para tanto, é necessário ter formação. Isso demonstra um reflexo positivo de sua aprendizagem social na cooperativa. Eles tiveram os horizontes ampliados e foram impulsionados a buscar meios para a realização de seus sonhos. Além dos entrevistados, muitos outros catadores com quem tive contato estavam buscando formação específica em cursos de gestão ambiental, técnico em meio ambiente e educação ambiental.

O: A minha escolaridade era o ensino fundamental não terminado, era até a 5ª série. Agora já terminei o fundamental, estou no ensino médio e quando terminar o ensino médio vou fazer o ensino técnico de meio ambiente.

O: [...] E eu dou palestras, eu sou palestrante. Tenho um currículo enorme como palestrante, eu adquiri essa prática aqui na Coopere. Fiz curso de rádio, jornal e televisão, um curso básico pra eu poder dar as palestras, e eu quero ser palestrante do meio ambiente, então eu acho que isso dá a gente precisa sempre aprender mais.

Em diversos trechos de sua entrevista, o coordenador da Coopere explicita o papel que a reciclagem teve em sua vida, em seu crescimento pessoal e social. São diversos reflexos deste trabalho em sua autoestima. Os cooperados, em especial seus coordenadores, costumam aparecer na mídia quase semanalmente. Também são convidados a dar palestras em empresas e escolas e recebem muitas visitas nacionais e internacionais na cooperativa. Toda essa projeção social tira-os – ainda que por alguns instantes, visto que aparecer na mídia está longe de ser sinônimo de inclusão social – do lugar de excluídos e os fortalece como atores sociais, sob a identidade de catadores, categoria profissional cuja luta por reconhecimento já dá seus primeiros frutos.

S: Para as pessoas que não tem estudo e profissão, a reciclagem caiu como uma luva. Você começa a aprender, você começa a entender, começa a ver o planeta, começa a ver tudo isso e aprende a “se respeitar” e “a respeitar”.

S: Eu falo de mim, que sai das ruas, das drogas, que não teve estudo, que não teve beleza, que olhava no espelho e se sentia inferior... A minha vida toda, desde os catorze anos, eu me sentia pra baixo. E a reciclagem me fez brilhar diferente.

S: [...] essa era a minha vida de fracassado, fugitivo. Com a reciclagem, não. Quantas coisas eu aguentei dentro dessa cooperativa e eu disse “eu vou até o fim porque eu quero ser o melhor de todos, eu quero ser o rei do lixo”. E eu consegui. Foi isso que a reciclagem fez, fez eu acreditar, eu que era o próprio rejeito do mundo, da sociedade e fez eu me sentir melhor.

As questões de subjetividade e de autoestima dos catadores também ajuda-os na busca por superação de questões como o alcoolismo e a drogadição. Parte significativa dos cooperados fazia uso abusivo de substâncias psicoativas, mas o trabalho coletivo vinha ajudando-os, em muitos casos, no processo de recuperação. Na Coorpel, por exemplo, uma

das condições para que um participante com quadro de dependência química fosse integrado às atividades do projeto é que ele fizesse acompanhamento em algum dos programas específicos, como o CAPS-AD e o CRATOD⁵⁵. Assim, quando encaminhados para a Coopere, esses catadores já tinham seu tratamento iniciado e não eram raros os casos de diminuição da dependência, busca por recuperação e melhoria da autoestima.

Sérgio: Assim você ajuda eles a entrarem na guerra com outra arma, não só com a arma da droga, da pedra, mas com a arma de estar salvando o planeta, “as pessoas não estão me reconhecendo, mas logo estarão”. Tem que trabalhar o emocional da pessoa, ela se vendo.

Cooperada: O barraquinho que eu tenho foi depois que eu vim prá cá, minhas coisas tudo que eu tenho é da reciclagem. Principalmente minha autoestima. Bens material não, porque vai um, vem outro. Agora a autoestima da gente... Porque eu venho de uma vida muito difícil, sabe? Eu era ex-drogada, tem tudo isso.

Além de servir como um apoio na recuperação ou na busca por tratamento em casos de dependência química, de acordo com as falas dos cooperados, trabalhar com na cooperativa não servia apenas para reciclar o “lixo” – eles mesmos tiveram as vidas “recicladas” ali. Essa analogia era constante em muitos depoimentos, tanto na Coopere quanto na Coopel, e em falas de outros catadores em fóruns e eventos. Nas entrevistas, em especial com o coordenador geral da Coopere, fica evidente a maneira com a qual “a reciclagem” impacta a vida dos catadores. Não tanto pelo fato de trabalharem com materiais recicláveis, mas, especialmente, por o fazerem coletivamente, no contexto de uma cooperativa.

Sérgio: Quando você entra no mundo da reciclagem é sinal de que as outras portas de outros trabalhos se fecharam pra você. Muitos quando começam nesse trabalho, começam a gostar e a ganhar um dinheiro digno, começa a querer mais. Até esquece de procurar outra coisa. Se aperfeiçoa nisso. Então tem tudo isso que a reciclagem faz.

Sérgio: A reciclagem foi me educando, pode perguntar pra Mara e pra Rosires, eu era o pior de todos aqui, eu era muito estranho, difícil de lidar. E a reciclagem conseguiu me educar, me fazer respeitar as ideias (dos outros).

Waldir: Eu acho que como qualquer outro trabalho, se aprende que você precisa ter um objetivo, ter uma constância, uma firmeza, uma responsabilidade.

Sérgio: Eu ouvi numa palestra um dia que se Jesus voltar à terra de novo, se ele tivesse a humildade de fazer isso de novo, ele voltaria como carroceiro, puxando carroça – porque ninguém percebe o catador.

⁵⁵ CAPS-AD é o Centro de Atenção Psicossocial especializado em Álcool e Drogas e o CRATOD é o Centro de Referência em Álcool, Tabaco e Outras Drogas, ambas instituições públicas e localizadas na região central.

O potencial político, formativo, ambiental e, até mesmo, estético embutido no trabalho organizado de catadores gera uma nova discussão em torno das práticas educativas desses sujeitos. Percebemos que as habilidades letradas que muitos deles possuem, aliadas aos conhecimentos que já são desenvolvidos e apropriados no contexto do trabalho, poderiam servir de *corpus* teórico-metodológico para uma educação popular transformadora, desenvolvida especialmente para atender as demandas desse grupo, que, como vimos não é pequeno (entre 800 mil e 1 milhão de pessoas).

V. Considerações finais

*O próprio crescimento da gente já
é uma escola. Não é aquela escola literal, mas é uma escola.*
Waldir Paquer, carroceiro da Coorpel.

A vida aqui não é normal, mas é gostosa, porque eu cresci.
Sérgio Luís, presidente da Coopere

Da mesma forma como muitos alunos saem da escola diplomados, mas sem as habilidades letradas necessárias para enfrentar o mundo do trabalho e a complexa vida nos centros urbanos, verificamos nesta pesquisa que tantos outros que possuem baixa escolaridade, paradoxalmente, demonstram ter desenvolvidas algumas dessas habilidades no contexto do trabalho. Observamos que práticas letradas são recorrentes no cotidiano dos catadores, que se utilizam dos próprios resíduos que manipulam para tanto. Não raro vemos tentativas de organização de bibliotecas em cooperativas de catadores, em que os próprios cooperados retiram do material entregue para a reciclagem os livros, revistas etc. que irão compor o acervo. Muitos ainda resgatam do meio do “lixo” livros, dicionários e materiais didáticos para aproveitamento próprio ou dos filhos. Também é recorrente entre os catadores momentos de leitura nas pausas da esteira de triagem ou nos horários de intervalo. Diariamente notícias de jornal são debatidas pelos cooperados ao redor da esteira: questões políticas, econômicas, futebol, fofocas de celebridades etc. Os produtos da mídia, presentes no processo de trabalho coletivo na esteira, possuem, portanto, o potencial de desencadear o debate de questões públicas das mais diversas. Eles não estão alienados das informações que circulam na sociedade, pelo contrário, fazem uso de seu refugio para dela participarem. Jogos e passatempos também são aproveitados, por exemplo, nas pausas do trabalho, quando fazem palavras cruzadas.

A literatura consultada demonstra que não há uma relação linear entre letramento e escolaridade, visto que milhares de jovens “escolarizados”, após nove anos de Ensino Fundamental não conseguiram desenvolver habilidades letradas, sendo considerados “analfabetos funcionais”. Soares (2009) explica que isso acontece porque a escola promove uma espécie de letramento escolar, em que os estudantes são ensinados a realizar tarefas escolares, a responder enunciados e a obedecer comandos, “mas podem permanecer incapazes de lidar com os usos cotidianos de leitura e escrita em contextos não-escolares” (SOARES, 2009, p. 100). Por outro lado, a literatura mostra também que diversas práticas sociais são promotoras de letramento. Muñoz (2009b, p. 27) contribui com esta reflexão ao trazer a ideia

de “arquipélago educativo” para designar os diferentes espaços sociais onde os sujeitos aprendem e se desenvolvem social e cognitivamente.

Uma das aprendizagens sociais acontece no campo da comunicação. A produção de um discurso organizado e planejado, direcionado a interlocutores específicos, como educadores, representantes do poder público, mídia ou estudantes, exige

[...] que os sujeitos regulem e reflitam sobre seus discursos à medida que os constroem, explicitando informações e referências, selecionando o vocabulário, o estilo e as construções sintáticas, fazendo previsões sobre o próprio discurso e sobre o modo como seus interlocutores o estão recebendo. (VÓVIO, 1999, p. 16).

Pereira (1997) reflete sobre a participação em instituições políticas como um rico espaço de formação linguística e de letramento, diferenciando-o do espaço escolar, onde as práticas geralmente são homogeneizadas e distanciadas da realidade social dos educandos. Deste modo, a comunicação, independentemente de ser oral ou escrita, coloca para os sujeitos problemas de diversas ordens, que acabam por desenvolver habilidades cognitivas mais ou menos complexas. Assim, além do manuseio de “produtos da indústria cultural” encontrados nos materiais, os catadores organizados em cooperativas encontram no trabalho coletivo alguns elos com o mundo letrado, confirmando a literatura (PEREIRA, 1997; OLIVEIRA, 1995, 2009; VÓVIO, 1999).

Para a organização em cooperativas e associações, os catadores transitam do individualismo do trabalho solitário (muitas vezes relacionado à situação de rua) para a coletividade, que requer outra cultura de organização social e política. Essa transição não é simples. Ela acontece em um processo que demanda apoio e suporte. Na cooperativa investigada, bem como no núcleo, a figura do educador social desempenha este papel de mediação. É ele, muitas vezes, o “letrado” dentro do grupo, mas com o objetivo, ao menos ideal, de ajudar nos processos de formação dos sujeitos – catadores – para que eles mesmos assumam as funções de gerenciamento de seu negócio, a cooperativa, e reorientem seus projetos de vida. E esse processo passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de habilidades letradas entre os catadores. Por isso, entendemos que o trabalho na reciclagem, especialmente o realizado em grupo, colabora no desenvolvimento cognitivo, intelectual, cultural e político dos indivíduos que dele participam.

O letramento entre os catadores é, no entanto, um conceito paradoxal. Ao mesmo tempo em que as habilidades de lecto-escritura são parte importante no processo de emancipação desses sujeitos, no tocante ao trabalho da reciclagem em si, ela não é tão

imprescindível. No cotidiano do catador, isso é muito relativo. As observações no trabalho dão conta de que muitas tarefas não precisam de leitura e escrita, embora tais habilidades sejam essenciais no processo de capacitação técnica e política e de organização da cooperativa. Essa constatação aparece nas entrevistas realizadas, quando os coordenadores da cooperativa admitem o valor de saber ler e escrever para gerenciar o empreendimento, mas observam que os cooperados que não dominam esse conhecimento, também trabalham bem, desempenham corretamente suas funções e, sobretudo, demonstram maior interesse na aprendizagem do trabalho do que os escolarizados. As falas dos coordenadores confirmam a literatura. Da mesma forma, os indivíduos analfabetos dão conta de relacionar-se em uma sociedade letrada lançando mão de estratégias das mais diversas, como o apoio de amigos, familiares e colegas para a resolução de problemas cotidianos. Utilizam capacidades como a oralidade, a memória, a observação para viver e transitar nos grandes centros, conforme também assinalaram Di Pierro e Galvão (2007).

O que fica evidente é que, no processo de trabalho da reciclagem, as habilidades letradas são necessárias *ao coletivo*, mas não necessariamente a cada indivíduo singular, podendo a cooperativa evoluir a partir de uma divisão de trabalho. Entretanto alguns indivíduos operam com habilidades básicas necessárias à vida cotidiana, em um nível mais rudimentar de alfabetismo, de todo modo, suficiente para sua vida na cidade (deslocar-se, trabalhar, encontrar meios de manutenção e sustento, como abrigo nos centros de acolhida, locais para se alimentar, postos de saúde etc.), outros apresentam um maior desenvoltura social e habilidades letradas em que se observam mais competências linguísticas e potencial de liderança dentro do grupo, pois nas escolhas para representantes, coordenadores etc., são eles os que o grupo reconhece como “focos de competência” (conforme OLIVEIRA, 1983). Entretanto, se ponderarmos que a economia solidária requer horizontalidade nas relações de gestão das cooperativas, então seremos levados a insistir que é, sim, preciso ampliar o domínio da lecto-escritura entre todos os cooperados, o que proporcionaria uma melhor oferta de oportunidades iguais para todos e uma gestão democrática do empreendimento solidário. Não seriam sempre os mesmos a coordenar ou representar a cooperativa externamente. O acesso à educação propiciaria uma distribuição mais justa e equitativa de tarefas no cotidiano da cooperativa, além de ser um direito garantido pela nossa legislação e por diversos tratados internacionais (DI PIERRO, 2008).

Considerando as observações e relatos coletados na pesquisa, podemos perceber que existem diversas práticas letradas no cotidiano dos catadores, que produzem no interior das

cooperativas uma cultura própria, de valorização dos resíduos sólidos e de ressignificação social desses materiais outrora descartados pela população. Prova disso pode ser a criação do Museu do Lixo por um ex-catador e ex-gari, em Florianópolis, SC⁵⁶. Pouco escolarizado, este trabalhador do setor de limpeza urbana percebeu o potencial educativo do “lixo” e passou a recolher e catalogar objetos interessantes que via sendo descartados, ação muito comum entre quem trabalha com a reciclagem, o que nos leva a pensar que este trabalho pode provocar reflexões e mudanças sobre a relação consumo-descarte.

Retomando o problema de pesquisa e seus objetivos específicos, podemos considerar que o trabalho dos catadores de fato apresenta uma complexidade interna, que se reflete na construção de sua identidade profissional e também pessoal. O processo de autogestão é um importante aprendizado para todos, e ele não é algo espontâneo. A organização da cooperativa e de seus gestores – os próprios catadores – requer formação, básica (leitura, escrita, cálculo) e específica (cooperativismo, administração, conhecimentos técnicos, relações com o poder público e as empresas etc.).

A formação para os catadores precisaria ser repensada para atender as suas demandas mais pontuais, como conhecer bem o material que comercializam, até fornecer ferramentas de atuação em questões mais amplas, como comercialização em rede e articulação política. Ao recuperarmos as hipóteses iniciais da pesquisa, nos damos conta de que todas elas foram confirmadas. Realmente os sujeitos possuem baixa escolaridade média, não têm tempo em ir para a escola, que não estaria preparada para atender a esse público. No entanto, a ampliação das oportunidades de formação traria consequências positivas ao grupo, principalmente no tocante à gestão da cooperativa.

O grupo como um todo possui uma gama extensa de saberes e habilidades para o trabalho que desenvolveram na própria prática cotidiana e repassam uns aos outros, e que podem ser consideradas como ponto de partida para outras aprendizagens em processos de elevação de escolaridade ou capacitação técnico-política.

⁵⁶ Em 2003, Valdinei Marques, ex-catador e então varredor de rua contratado da empresa responsável pela limpeza urbana em Florianópolis, por iniciativa própria organizou o Museu do Lixo (ver em <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap>>), onde armazena e organiza objetos antigos, como eletrodomésticos, livros e discos de vinil – todos encontrados entre os materiais encaminhados para a coleta seletiva. Em 2006 o Museu teve seu espaço ampliado e passou a contar com sala de música (composta por vinis antigos e toca discos recuperados do lixo), biblioteca com livros encontrados no lixo – frequentada, na época da pesquisa, por catadores e garis – e um atelier onde Valdinei cria brinquedos e roupas com materiais recicláveis. O Museu passou a ser um centro de Educação Ambiental e chega a ser visitado, em média, por oito escolas por semana. O ex-gari virou educador popular e seu trabalho vem sendo alvo de pesquisas de estudantes de diversas áreas, como Artes Plásticas, Pedagogia e Psicologia.

Para a gestão da cooperativa, vale destacar o papel das educadoras vinculadas ao Centro Gaspar Garcia, que no dia a dia conseguem apoiar a formação dos coordenadores, ensinando-lhes tarefas administrativas em um rico processo de troca onde há divergências, discussões, mas, acima de tudo, muito respeito e tolerância. Embora os papéis na administração da cooperativa não estivessem bem definidos (entre educadoras e coordenadores), observei uma vontade grande de ambas as partes em repensar objetivos e funções para tornar o termo de parceria entre as duas entidades algo mais claro e produtivo. As dificuldades para a gestão da cooperativa impostas pela baixa escolaridade são dribladas também por um trabalho em equipe, uma vez que a coordenação é composta por cinco pessoas com cargos e conhecimentos diferentes, o que reforça a força de ação coletiva.

O fato de possuírem renda gerada pela atividade na cooperativa não implica, necessariamente, a remoção de todos os obstáculos da vida desses sujeitos em direção a condições dignas de vida. É uma espécie de primeiro passo para a saída da situação de rua e/ou das melhorias das condições de vida, mas este processo não é simples e nem linear, e não ocorre do mesmo modo para todos. O convívio com os catadores da Coopere me fez compreender que a inclusão social não é uma sucessão de fatos, como se poderia, ingenuamente supor: os sujeitos entram na cooperativa, saem da situação de rua, adquirem bens de consumo, viram donos do próprio negócio (sócios, cooperados), voltam a estudar, recuperam o contato com a família e são “felizes para sempre”. No meio deste caminho, vale destacar, que nunca é igual para todos, existem, ou coexistem, violência doméstica, depressão, transtornos psicológicos e sofrimento mental, conflitos familiares, passagens pela polícia, uso abusivo de álcool e drogas etc. Há quem entre na cooperativa e experimente rápidas mudanças. Há quem, por diversos motivos, prefira continuar em situação de rua. As escolhas, nem sempre conscientes, de cada um refletem a heterogeneidade deste grupo, tão diverso quanto numeroso. Apesar das diferenças, são muitos também os pontos de contato entre essas pessoas. Para eles, o trabalho na cooperativa pode ser considerado um recomeço, um importante passo a frente que os tira de uma situação de apatia frente à marginalização social e ausência de horizontes de mudança. Trabalhar na cooperativa, e mais, em uma atividade tão desvalorizada socialmente como a de separação de resíduos, mostra o quanto essas pessoas, ainda com suas contradições e dificuldades, conseguem manter-se em pé, mesmo diante de tantos ventos contrários.

O empoderamento é, portanto, precedido por formação, humana, social, política, técnica e ambiental. A formação pode ser entendida como o sujeito desenvolvendo-se

plenamente em todas as suas capacidades e potencialidades, melhorando sua autoestima e seu modo de estar no mundo, com os outros e consigo mesmo. A aprendizagem social pode ser compreendida também como socialização, quando os sujeitos passam a viver coletivamente o cotidiano do trabalho e ali vão aprendendo no convívio com os demais. A formação técnica é imprescindível para a melhoria da renda e das condições de trabalho, o que se reflete também na qualidade de vida dos catadores. Por sua vez, a formação ambiental é o diferencial desse grupo, que passa a ser um ator privilegiado para discutir os problemas socioambientais da atualidade – privilegiado por fazer um serviço que impacta positivamente o meio ambiente e que, ao mesmo tempo, pela componente social, pode abranger e sensibilizar uma gama maior de pessoas de diferentes setores da sociedade. A formação política desenvolve uma consciência crítica, que vai se formando por meio do convívio social e do exercício de direitos e deveres e da participação ativa em todo o processo. Isso significa que no convívio social vão se forjando os valores e atitudes deles decorrentes relativos à cidadania e à participação, elementos essenciais para a gestão do empreendimento solidário e para a luta por reconhecimento social e político.

5.1. Indicações de políticas públicas de formação para adultos em situação de vulnerabilidade social e/ou em contexto de cooperativismo e autogestão

Acreditamos que toda pesquisa deve ter uma função social, assim como a universidade pública deve estar a serviço de questões públicas, ou seja, do povo. Ao assumir essa postura que é, sobretudo, um posicionamento político e crítico, gostaríamos de elencar algumas indicações de políticas públicas tanto para o campo da educação de jovens e adultos quanto para a formação profissional de grupos em contexto de vulnerabilidade, mais especificamente, relacionados a iniciativas de cooperativismo com autogestão.

Em geral, consideramos importante que todo o processo educativo, tanto na educação escolar como em outros contextos de educação de adultos, seja construído coletivamente com base em metodologias participativas e dialógicas, que apresentam grande potencial de transformação e empoderamento dos sujeitos que delas participam (GUTBERLET; TREMBLAY, 2010). Aproximar-se o bastante para estimar o que o oprimido vê do seu lugar

(GONÇALVES FILHO, apud COSTA, 2004), ouvir, dialogar e construir o inédito viável junto ao educando, que é o trabalhador adulto, com crenças, saberes e conhecimentos de uma vida inteira – estes são alguns dos princípios de uma educação cidadã, que pode ser transformadora à medida que, incorporando esses valores, se articula com a realidade e a vida prática dos sujeitos (FREIRE, 1982 e 2011).

Para processos de formação em cooperativas de catadores, percebemos a importância da remuneração para a garantia da sua participação nos espaços de formação, visto que o incessante trabalho por produção faz com que processos formativos fiquem em segundo plano diante das necessidades prementes de sobrevivência. Bolsas de estudo ou algum outro tipo de remuneração ou compensação econômica aos trabalhadores para que possam estudar no horário de trabalho seria um modo de promover o acesso à educação dentro das cooperativas. Essas ações de educação poderiam ser financiadas por empresas grandes geradoras de resíduos, como uma compensação socioambiental com a mediação do poder público e das entidades da sociedade civil que apoiam os catadores. O custeio dessa proposta poderia vir da própria lei de logística reversa, como uma das contrapartidas possíveis ao trabalho dos catadores, pois a indústria tem significativa parte de seu ônus com a logística reversa reduzida graças ao trabalho qualificado dos catadores.

Outra parceria possível de ser pensada é a do Estado com as universidades públicas, para que o conhecimento produzido na academia possa ultrapassar seus muros e conversar com a realidade social que a cerca. Tecnologias apropriadas deveriam ser desenvolvidas por projetos de pesquisa universitários em colaboração com as organizações de catadores. Um exemplo de sucesso, que, no entanto, é uma iniciativa pontual e não uma política pública, é o curso de reciclagem de material eletrônico que vem sendo desenvolvido desde 2011. O projeto Eco-eleto, como é chamado, é uma parceria entre uma organização não governamental (Instituto Gea Ética e Meio Ambiente, de São Paulo) e o Laboratório de Sustentabilidade do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da USP, com patrocínio da Petrobrás. São duas semanas de formação técnica específica para catadores, com certificação pela USP, para aprender a reciclagem de eletrônicos com o intuito de aumentar a renda das cooperativas diminuindo os riscos de contaminação tanto dos trabalhadores como do meio ambiente⁵⁷.

⁵⁷ Para maiores informações, consultar o endereço eletrônico: <<http://www.institutogea.org.br>>.

Nessa mesma discussão, podemos enfatizar a importância do pagamento dos catadores por serviços ambientais prestados, iniciativa que já ocorre com sucesso em alguns municípios. Com essa remuneração por parte do poder público, a pressão por produtividade possivelmente diminuiria e aumentariam as oportunidades de tempo para estudo e formação, descanso e lazer dos catadores. A adequação do tempo de formação também apareceu como uma demanda para os catadores, pois, assim como os demais educandos da EJA, existe uma grande dificuldade em sentar no banco da escola após uma exaustiva jornada de trabalho. O formato da educação de jovens precisa ser repensado levando em conta o perfil de seu público: os adultos trabalhadores.

Com relação à Coopere, sugerimos que os coordenadores e, principalmente, a equipe de apoio vinculada ao Centro Gaspar Garcia, busquem parcerias com as salas do Mova e/ou escolas que mantêm turmas da EJA e CIEJAS (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos) das proximidades da cooperativa para a construção de um diálogo com os gestores e educadores, de modo que possam absorver de maneira contextualizada os catadores que queiram se matricular nessas unidades. Ou ainda, que as unidades possam realizar ações conjuntas com a cooperativa, como, por exemplo, em projetos relacionados à sustentabilidade que incluam os catadores, como uma estratégia para aproximar-se desse educando em potencial. Há ainda a possibilidade legal de criação de salas de EJA dentro da própria cooperativa, que poderia ser um polo de formação de catadores na região central. Essa proposta de formação de polos de EJA nas cooperativas ou centrais de triagem vinculadas ao programa de coleta seletiva poderia ser estendida a todo o município e pensada como um programa articulado entre as secretarias da educação, do verde e meio ambiente, do trabalho e emprego e da assistência e desenvolvimento social, como estratégia de elevação de escolaridade dos catadores e catadoras, garantindo a todos o acesso à educação.

Além da elevação de escolaridade dos catadores, outra pauta de reivindicação importante é a formação técnica, que traria reflexos positivos na renda e nas condições de trabalho deste grupo. Como já mencionado, as universidades públicas deveriam ser acionadas para trabalhar em conjunto com a população, ouvindo suas demandas e pensando junto em soluções ambientalmente sustentáveis e socialmente acessíveis para diminuir as injustiças sociais e promover equidade e empoderamento.

Caberia pensarmos em uma formação profissional que fortalecesse as cooperativas interna e externamente, com a criação de redes de comercialização, por exemplo, pois a

economia solidária também se dá no âmbito das relações dos empreendimentos com outros empreendimentos, com a sociedade e com o mundo que os cercam (SCHÜTZ, 2008). Nesse sentido, a formação profissional não ficaria apenas no conhecimento técnico específico, como tecnologias para a coleta e o processo de reciclagem em si, conhecer os materiais e o manuseio de equipamentos, mas também uma formação política, orientada para os princípios da economia solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável. Esse seria um currículo básico para a formação profissional de catadores, a ser discutido e construído em processos coletivos, participativos e democráticos.

É importante pensarmos também em levar às cooperativas tecnologias de beneficiamento do material, como uma segunda etapa no processo produtivo, o que agregaria valor a esse produto, aumentando a renda dos catadores.

Acreditamos que esta pesquisa tenha alcançado seu objetivo maior, implícito em todas as ações, de dar visibilidade ao trabalho das catadoras e catadores e valorizar os conhecimentos que produzidos por eles no interior das cooperativas. No entanto, reconhecemos que uma pesquisa em nível de mestrado não guarda a pretensão de esgotar determinado assunto, de modo que, ao fazermos um balanço do percurso e dos resultados alcançados, podemos perceber lacunas deixadas para futuras pesquisas sobre o tema. Uma delas é a respeito das questões de gênero e divisão do trabalho dentro da cooperativa, algo que não nos passou despercebido, porém, no entanto, não foi o foco central deste trabalho. Outra questão bastante interessante seria traçar a trajetória escolar dos sujeitos, o que poderia, por um lado, mostrar as razões pelas quais essas pessoas abandonaram a escola, e, por outro, as trajetórias inversas, de pessoas que depois de passarem pela situação de rua, ao ingressarem na cooperativa, decidiram voltar a estudar para sentirem-se mais apropriadas do processo de autogestão. Também pode ser considerada como uma lacuna deixada por essa pesquisa a investigação da formação do NB, o assim chamado “núcleo base” da Coopere, criado pelos próprios coordenadores sem interferência da equipe de apoio e que se configurou em um importante processo formativo para seus componentes e organizadores.

VI. Referências:

ADEODATO FILHO, Sérgio. *A arte da reciclagem*. São Paulo: Horizonte, 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro, 2005. (Série Pesquisa, 13).

BAEDER, Ângela Martins. *Educação ambiental e mobilização social: formação de catadores na grande São Paulo*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BALDISSARELLI, Adriana et al. (Org.). *Considerando mais o lixo*. 2. ed. Florianópolis: Copiart, 2009.

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria H.; CRIVELLARI, Helena M. T. (Orgs.) *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony et al. In: *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Saber para si, saber com os outros. COSTA, Renato Pontes; CALHÁU, Socorro (Orgs.). In: “... e uma educação pro povo, tem?”. Rio de Janeiro: Caetés, 2010. p. 91-115. (Seminários NEAD, v. 1).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva. *Da invisibilidade à inclusão social: o Governo Federal*

e a articulação de políticas públicas para os catadores de materiais recicláveis no Brasil. Brasília, DF: MDS/SAIP/CIISC, 2010. 29 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Catálogo Brasileiro de Ocupações*. Disponível em: <<http://www.mtecho.gov.br>>. Acesso em: 18/09/2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Política Nacional de Resíduos Sólidos* (Lei 12.305/2010), Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 16/11/2011.

CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1997.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber*. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CODO, Wanderley et al. *Indivíduo, trabalho e sofrimento*: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1993.

COUTO, Gabriela; RIQUETI, Carlos Eduardo. Hábitos de consumo entre catadores de materiais recicláveis: uma abordagem metodológica. In: *Olhar de professor*, v. 13, n. 2, p. 267-277, 2010.

COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis*: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

_____. *Moisés e Nilce*: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. *Os empresários do lixo*: um paradoxo da modernidade. 2. ed. Campinas: Átomo, 2005.

CULTI, Maria Nezilda. *O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DI PIERRO, Maria Clara (Coord.). *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil*: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

_____ ; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Preconceitos, 2.)

FARIA, José Henrique de. *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FISCHER, Nilton Bueno. Aprendizagens com adultos recicladores. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 29, n. 2, p. 201-217, jul./dez., 2004.

FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correia; JACOBI, Pedro. Sustentabilidade, participação e aprendizagem social. In: JACOBI, Pedro Roberto (Coord.). *Aprendizagem social: diálogos e ferramentas participativas: aprender juntos para cuidar da água*. São Paulo: IEE/PROCAM, 2011. p. 11-20.

FRANZI, Juliana et al. Aprendizagem dialógica na educação de pessoas adultas: denúncias e anúncios para a superação de obstáculos e busca de desenvolvimento humano. In: *Educação: Teoria e Prática*. UNESP, Rio Claro, SP, v. 19, n. 33, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/3244/2711>> Acesso em: 01/03/2012.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Cultura e formação: notas marginais. In: PATTO, Maria Helena Souza; FRAYSE-PEREIRA, João Augusto (Orgs.). *Pensamento cruel –*

Humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GONÇALVES, Raquel de Souza. Catadores de materiais recicláveis: trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país. *Serviço Social e Sociedade: trabalho e saúde*, São Paulo: Cortez, n. 82, p. 86-109, 2005.

GRAFF, Harvey J. O mito do alfabetismo. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n. 2, p. 30-64, 1990.

GRIMBERG, Elisabeth. *Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo: experiência e desafios*. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. (Publicações Pólis, 49)

GUTBERLET, Jutta; TREMBLAY, Crystal. Empowerment through participation: assessing the voices of leaders from recycling cooperatives in São Paulo, Brazil. In: *Community Development Journal*, Oxford University, outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.cdj.oxfordjournals.org>>. Acesso em: 01/11/2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos*. Brasília, DF: Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, 2010. (Relatório de Pesquisa)

JACOBI, Pedro Roberto (Coord.). *Aprendizagem social: diálogos e ferramentas participativas: aprender juntos para cuidar da água*. São Paulo: IEE/PROCAM, 2011.

KEMP, Valéria H.; CRIVELLARI, Helena M. T. (Orgs.) *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

KLEIMAN, Ângela B.; SIGNORINI, Inês (Orgs.). *O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____ (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KRUPPA, Sonia Maria Portella (Org.). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: INEP, 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, Claudinei José et al (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

LAGO, Pedro Corrêa (Ed.). *Vik Muniz: obra Completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

LENZI, Cristiano. *Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru: EDUSC, 2006.

LIMA, Licínio. *Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*. São Paulo: Cortez, 2007.

LOURENÇO, Márcia Denise. O lixo das pessoas e as pessoas do lixo. *Cadernos de METEP: Universidade Estadual do São Paulo, Marília*, ano 3, n.2, p. 123-135, jan./julho 1990.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende e MACEDO, Kátia Barbosa. Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Revista Psicologia e Sociedade*, UFRGS, v. 18, n. 2, Agosto de 2006, p. 62-71.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MUÑOZ, Jorge V. (Org.). *O catador de papel e o mundo do trabalho*. Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua e I Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2000.

MUÑOZ, Maria Mercedes Ruiz. *Outra educação: aprendizajes sociales y producción de saberes*. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2009. (a)

MUÑOZ, Maria Mercedes Ruiz. *Educación de jóvenes y adultos. Aprendizajes y prácticas sociales em contextos no escolarizados: el caso de la comunidad de limpiaparabrisas*. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2009. (b)

OLIVEIRA, Marta Kohl. *Cultura e psicologia: questões sobre o desenvolvimento do adulto*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild/Hucitec, 2009.

_____. Inteligência e vida cotidiana: competências cognitivas de adultos de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 44, fevereiro de 1983, p. 45-54.

_____, Letramento, cultura e modalidades de pensamento. In: KLEIMAN, A., (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras.

PEREIRA, Ivani Aparecida. *A oralidade letrada de lideranças não-escolarizadas*. Tese (Doutorado em Linguística). – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1997. 199 p.

PORTILHO, Fátima. *Consumo verde, consumo sustentável e a ambientalização dos consumidores*. 2º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05>. Acesso em: 14/12/2009.

PUIGGRÓS, Adriana. *Saberes: reflexiones, experiencias y debates*. Buenos Aires: Galerna, 2009.

QUIJANO, Aníbal. *La economía popular y sus caminos en la America Latina*. Lima, Peru: Mosca Azul Editores, 1998.

RIBEIRO, Helena, et al. *Coleta seletiva com inclusão social: cooperativismo e sustentabilidade*. São Paulo: Annablume, 2009.

RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*. Campinas: Papirus/São Paulo: Ação Educativa, 1999.

ROJO, Roxane. Alfabetismo (s), letramento(s), multiletramento(s): desafios contemporâneos à Educação de Adultos. In: "... e uma educação pro povo, tem?". Rio de Janeiro: Caetés, 2010. (Seminários NEAD, v. 1, p. 75-90).

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec/Associação Rede Rua, 2005.

ROSADO, Rosa Maris. *Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem de lixo em Porto Alegre, RS*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHOR, Silvia Maria; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa (Coords.). *Principais resultados do censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2009. 16 p.

_____. *Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2010. 23 p.

SCHÜTZ, Rosalvo. Economia Popular Solidária: novos horizontes para a educação popular? In: *Desafios da economia solidária*. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2008 (Le Monde Diplomatique Brasil; 4)

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPED, n. 25, jan./fev./mar./abril 2004.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. Universidade, cidadania e alfabetização. *Caminhos* (Revista da Associação Profissional dos Docentes da UFMG), n. 01, p. 37-41, jun. 1990.

STREET, Brian. Entrevista concedida a Gilcinei Teodoro Carvalho e Marildes Marinho. *Língua Escrita*, número 7, jul./dez. 2009, CEALE/FAE/UFMG. Tradução de Gilcinei Teodoro Carvalho. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br>>. Acesso em: 02/02/2012.

TREVISOL, Joviles Vítório. *Atores sociais e meio ambiente: análise de uma rede transnacional de organizações da sociedade civil*. Chapecó: Argos, 2007.

VARANDA, Walter. *Do direito à vida a vida como direito: sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo*. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua*. 2009. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2009.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Pesquisa em educação: a observação*. Brasília: Líber Livro, 2007. (Série Pesquisa, 5).

VÓVIO, Cláudia Lemos. Impactos da escolarização: pesquisa sobre a produção de textos em educação de jovens e adultos. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1999. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1809t.PDF>>. Acesso em 27/03/12.

WALDMAN, Maurício. *Lixo: cenários e desafios: abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*. São Paulo: Cortez, 2010.

Outras referências:

COUTO, Gabriela; SULZBACHER, Karine; WESCHENFELDER, Ricardo. *Mosaico Esperança*. Documentário. Florianópolis, 2006. 30 minutos.

HARLEY, Karen; JARDIM, João; WALKER, Lucy. *Lixo Extraordinário*. Documentário. Brasil/Reino Unido, 2010. 90 minutos.

MOCARZEL, Evaldo. *À margem do lixo*. São Paulo. Documentário. Brasil/Portugal, 2008. 84 minutos.

A universidade dos pés descalços. Disponível em <<http://www.youtube.com>>. Acesso em 06/03/2012.

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
<<http://www.gaspargarcia.org.br>>

COOPERE-Centro
<<http://www.cooperecentro.com.br>>

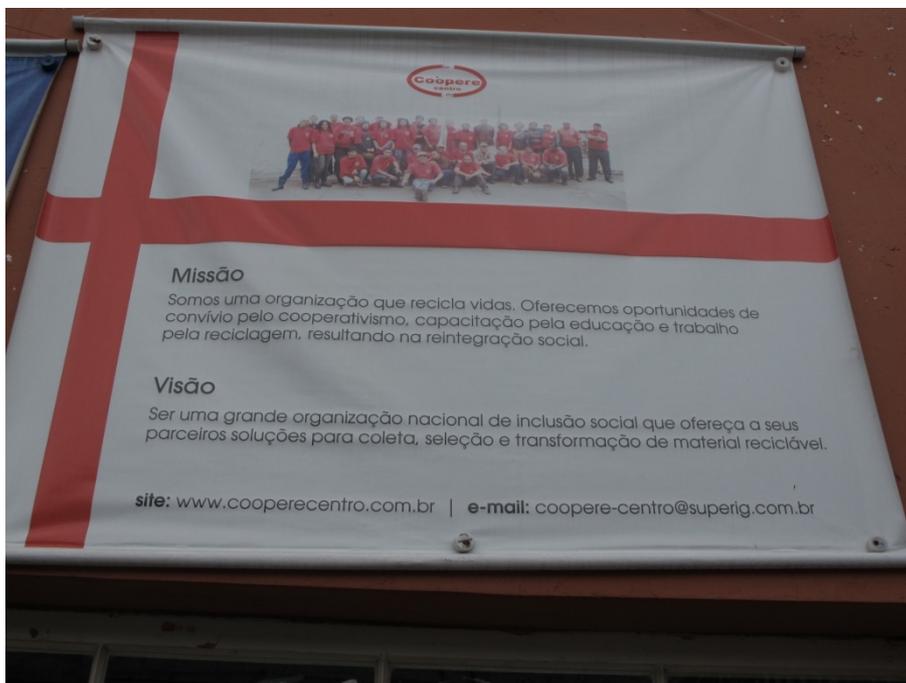
Instituto Gea Ética e Meio Ambiente
<<http://www.institutogea.org.br>>

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.
<<http://www.mncr.org.br>>

VII. Anexos:

ANEXO 1 – Fotos:

Foto 01:



Banner com “missão” e “visão” da Cooperativa exposto na entrada do salão. Foto: Jutta Gutberlet

Foto 02:



Eu e Socorro em dia de trabalho. Foto: Jutta Gutberlet

Foto 03:



Caminhão compactador da coleta convencional (25/11/2010). Foto: Jutta Gutberlet

Foto 04:



Caminhão compactador despejando lixo comum na esteira da Coopere (05/08/2010).

Foto: Gabriela Couto

Foto 05:



Muro que dividia o pátio da cooperativa e a central de transbordo da Loga (ao fundo).

Foto: Jutta Gutberlet.

Foto 06:



Salão de reuniões da cooperativa. Foto: Gabriela Couto

Foto 07:



Biblioteca desativada. Foto: Gabriela Couto

Foto 08:



Pátio coberto onde funcionam as prensas e as mesas de triagem. Foto de Jutta Gutberlet

Foto 09:



Cooperado preparando um fardo de plástico. Foto: Gabriela Couto

Foto 10:



As duas esteiras da cooperativa. Foto: Jutta Gutberlet.

Foto 11:



Mulheres conversam na esteira. Foto: Jutta Gutberlet

Foto 12:



Galpão da Coopere e ponta da esteira onde é depositado o rejeito. Foto: Gabriela Couto

Foto 13:



Catadores participando de grupo focal para a pesquisa sobre hábitos de consumo – 14/12/2010.

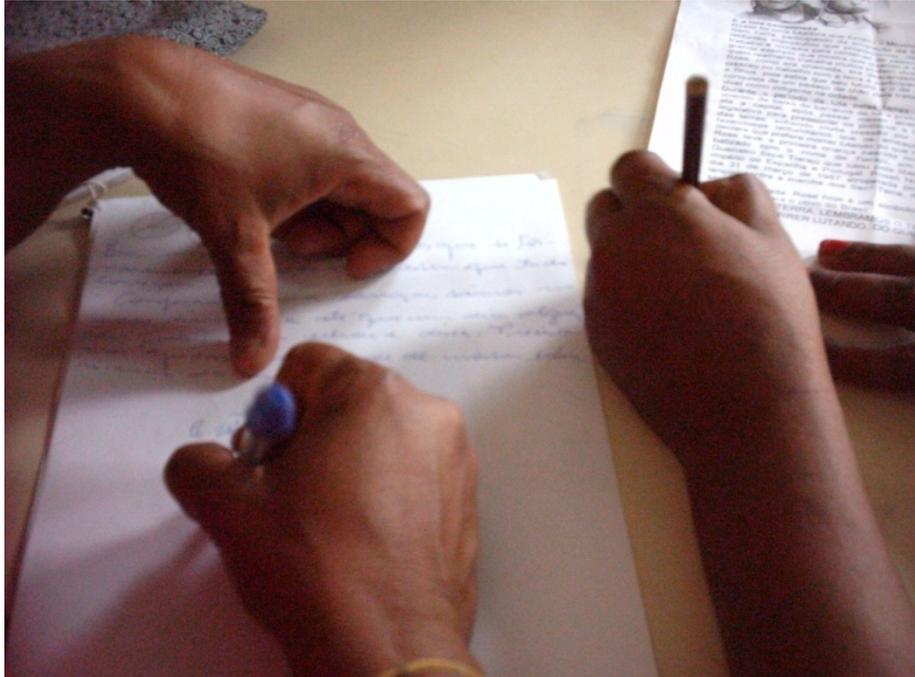
Foto: Jutta Gutberlet

Foto 14:



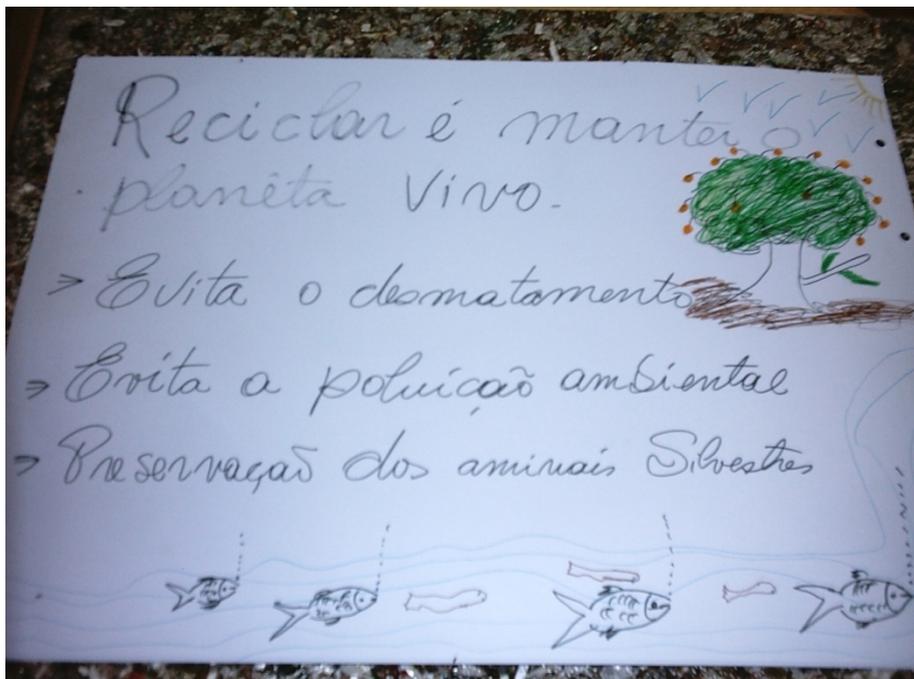
Cooperadas produzindo textos durante capacitação – 13/05/10. Foto: Gabriela Couto

Foto 15:



Cooperados produzindo textos durante capacitação – 13/05/10.

Foto 16:



Cartaz produzido durante a capacitação. Foto: Gabriela Couto

Foto 17:



Apresentação de trabalhos durante capacitação – 27/07/10. Foto: Gabriela Couto

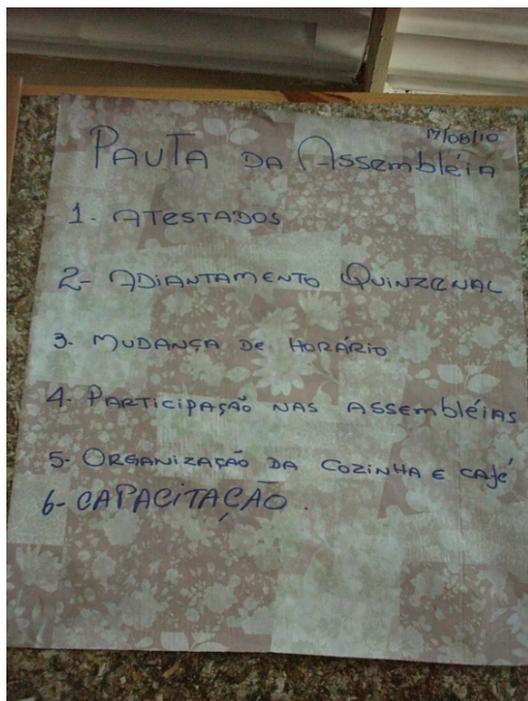
Foto 18:



Cooperados fazendo pesquisa de campo no entorno da cooperativa durante capacitação – 27/07/10.

Foto 19:

Foto 21:



Cartaz com a pauta da assembleia. Foto: Gabriela Couto

Foto 22:



Cooperadas lêem durante uma pausa na esteira. Foto: Gabriela Couto

Foto 23:



Cooperadas fazendo a decoração da festa junina – 20/06/10. Foto: Gabriela Couto

Foto 24:



“Casamento na roça”, festa junina 2010. Foto: Gabriela Couto

Foto 25:



Cooperados caracterizados para a festa junina. Foto: Gabriela Couto

Foto 26:



Em vermelho, catadoras da Coopere em seminário contra a incineração de lixo na Câmara Municipal –
28/05/10.

Foto 27:



Catadora discursando no salão nobre da Câmara Municipal de Vereadores – 28/05/

Foto 28:



Catadores peruanos sendo entrevistados durante a I Expocatadores – 30/10/09.

Foto: Gabriela Couto

Foto 29:



Coordenadores em palestra na administração do Parque do Ibirapuera – 05/10/10. Foto: Gabriela Couto

ANEXO 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido (modelo)

Eu compreendo os direitos dos participantes desta pesquisa intitulada Aprendizagem social e formação humana no trabalho cooperativo de catadores(as) de materiais recicláveis em São Paulo, orientada pela Prof^ª. Dra. Maria Clara Di Pierro e que tem como pesquisadora responsável a estudante Gabriela Albanás Couto, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que podem ser contatadas pelos e-mails mcpierro@usp.br e gabrielacouto@usp.br e/ou pelos telefones XXXX-XXXX e XXXX-XXXX, respectivamente. E autorizo a participação dos catadores da _____ na qualidade de responsável por esta instituição. Compreendo como e por que este estudo está sendo feito. Os responsáveis pela pesquisa garantem o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados envolvidos na pesquisa. Receberei uma cópia deste formulário de consentimento.

Nome:

Cargo:

São Paulo, ____ de _____ de 2010.

ANEXO 3 – Termo de doação de entrevista (modelo)

Termo de consentimento livre e esclarecido

Concordo em participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado *Aprendizagem social e formação humana no trabalho cooperativo de catadores (as) de materiais recicláveis em São Paulo*, orientada pela Prof^a. Dra. Maria Clara Di Pierro e que tem como pesquisadora responsável a estudante Gabriela Albanás Couto, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O presente trabalho tem como objetivos conhecer de perto o trabalho dos catadores em uma cooperativa e verificar que conhecimentos estão presentes no cotidiano de seu trabalho. Minha participação consiste em conceder uma entrevista individual gravada em áudio, cuja publicação em meio acadêmico autorizo por meio deste termo de consentimento. Compreendo que este estudo possui finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando, assim, minha privacidade. Sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação. Receberei uma cópia deste formulário de consentimento.

Nome:

Cargo:

São Paulo, ____ de _____ de 2010.

ANEXO 4 – Roteiro de entrevista com catadores

As perguntas da entrevista que segue são parte integrante da pesquisa acadêmica em nível de mestrado intitulada “Para ler o lixo: alfabetização de catadores de materiais recicláveis no município de São Paulo”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo pela estudante Gabriela Albanás Couto. O foco da pesquisa são as questões educacionais presentes no cotidiano do trabalho do catador de materiais recicláveis, em especial, os organizados em associações e cooperativas.

Ao realizar esta entrevista, acreditamos na contribuição de suas respostas para a consecução dos objetivos da pesquisa e ressaltamos que as informações e declarações feitas neste espaço serão para uso estritamente acadêmico, ficando, assim, resguardado o sigilo com relação à fonte dessas informações.

Nome:

Idade:

Raça:

Local de nascimento:

Escolaridade:

Onde mora e situação de moradia:

Cooperativa:

Função na cooperativa/associação?

1. Com relação ao trabalho e à sua organização como práticas formativas:

- Que tipo de conhecimentos os catadores precisam ter para realizar seu trabalho?
- Que tipo de conhecimento é necessário para a organização de uma cooperativa de catadores?
- O que se aprende no trabalho da reciclagem?
- O que se aprende trabalhando em uma cooperativa?

2. A respeito dos saberes necessários e dos saberes decorrentes da atividade de catador:

- Quais são as principais necessidades formativas dos catadores?
- Que habilidades de leitura, escrita e cálculo são importantes para a atividade de catador nas diferentes funções (coleta, triagem, venda, pesagem etc.)?
- Que habilidades de leitura, escrita e cálculo são necessárias para a organização da cooperativa?

3. Sobre os processos sistemáticos de formação, como escolarização, capacitação técnica etc.:

- A escolaridade interfere no trabalho dos catadores de materiais recicláveis? E na organização das cooperativas?
- Como você imaginaria um programa de formação (técnica/qualificação, política e geral) para os catadores (horários, conteúdos, formato)?
- Os catadores, em geral, têm tempo para ir à escola, caso essa seja sua vontade?
- Você conhece catadores que atualmente estejam estudando na escola regular? Por que motivos você acredita que eles estão estudando?
- A cooperativa/associação promove algum tipo de formação? Qual?

ANEXO 5 – Questionário piloto - COORPEL

Data:

Nome:

Idade:

Local de nascimento:

Tempo em São Paulo:

Tempo na profissão:

Tempo na Coopel:

O que fazia antes de virar catador?

Grupo: Associado () Coleta Seletiva ()

Frequentou a escola? () sim () não

Lembra até que série estudou?

Aprendeu a ler e a escrever? () sim () não

Gostaria de (voltar a) estudar? () sim () não

Comentários:

ANEXO 6 – Ficha de observação diária

Data/dia da semana:

Hora/turno:

Atividade:

Tempo aproximado na atividade:

Principais sensações:

Pessoas com quem trabalhei (mais próximas):

Assuntos conversados:

Intervalos:

Sobre a atividade:

1. Movimentos corporais necessários:
2. Exigências físicas:
3. Exigências intelectuais:
4. Necessidade de leitura e escrita:
5. Cálculo:
6. Interação verbal:
7. Trabalho em equipe?

8. Manuseio de materiais impressos:

9. Classificação dos materiais (como é? é apropriada?):

10. Processos de ensino aprendizagem presentes na atividade:

Observações importantes:

ANEXO 7 – Normatização Coopere (apresentada conforme fornecida pela cooperativa)

NORMATIZAÇÃO INTERNA COOPERE - CENTRO
(REFORMULADA - JULHO de 2009)

Todo o cooperado deverá estar ciente destas normas quando ingressar ou estiver na Coopere – centro. Reformulação feita pelos Coordenadores e aprovada em Assembléia em JULHO de 2009

O - HORÁRIO DA COOPERATIVA

1. O horário de trabalho dos cooperados será das 06:00hs. às 14:00hs. e das 14:00 hs. às 22:00hs. de segunda a sexta. Aos sábados o horário será definido conforme a época ou necessidade e os coordenadores avaliarão.
2. Haverá um horário das 8:00hs as 16:00 para casos especiais
3. Haverá revezamento dos coordenadores nos dois horários.
4. Para o 1º turno haverá um intervalo para o café, das 07:00hs. às 7:15 hs. e para o lanche das 11:00 hs. às 11:45 hs. Para o 2º turno o café será das 15:00 hs. às 15:15 hs. e o lanche das 19:00 às 19:45 hs. **FORA DESTES HORÁRIOS OS COOPERADOS NÃO DEVERÃO COMPARECER À COZINHA.**
5. Ninguém está autorizado a permanecer na Cooperativa após o horário de funcionamento ou nos finais de semana, sem o conhecimento e aprovação dos Coordenadores.
6. Não é permitida permanência de crianças na Cooperativa.
7. Não é permitida a permanência **de não** cooperados ou afastados durante o horário de expediente da Cooperativa.

B- RELACIONAMENTO E CONVIVÊNCIA

1. Deverá haver respeito mútuo, colaboração e solidariedade entre os cooperados. Não será tolerado nenhum tipo de comentário, brincadeiras ou fofocas que denigram moralmente os colegas de trabalho, inclusive não será tolerado o uso de palavras de baixo calão, brigas, provocações, falta de respeito, palavras ofensivas

ou qualquer outra atitude de desrespeito ao próximo. A pessoa que se sentir lesada, tem o direito de dirigir-se a um dos Coordenadores.

2. Se houver comprovação de furto, o(a) denunciado(a) receberá a penalidade prevista.
3. É proibido o uso de armas dentro da COOPERE. Se houver ameaças com armas ou agressões físicas, dentro ou fora da Cooperativa, o cooperado receberá a penalidade prevista.
4. É proibido o uso de drogas ou bebidas alcoólicas. Se houver comprovação de que algum cooperado esteja sob efeito de drogas ou álcool, ficará sujeito á penalidades.
5. A lista de presença será preenchida por cooperado, que terá a função de apontador de horário. Os cooperados deverão apresentar-se ao apontador, devidamente uniformizados, para registrar presença. Na lista de presença, além do horário de entrada, constará o horário do café e do lanche. Ao final do expediente, o cooperado deverá registrar seu horário de saída e assinar. Todos são responsáveis pelo cumprimento dos horários.
6. A lista de presença não poderá ser assinada no dia seguinte, todos deverão assiná-la assim que terminar seu período de trabalho, antes de trocarem de roupa (banho).
7. Todos devem conferir suas horas trabalhadas no livro correspondente e obrigatoriamente assiná-lo 2 dias antes do final do mês; se não verificarem suas horas, não poderão reclamar no dia da retirada.
8. O cooperado deverá se apresentar sempre com o uniforme limpo e não poderá trabalhar se não estiver devidamente uniformizado com calça comprida e camiseta da cooperativa
9. Não haverá reposição de horas devido atrasos.
10. O trabalho, fora do horário normal, deverá ter aprovação de todo o grupo, mediante a real urgência da atividade e com a presença de pelo menos metade do número de cooperados. Todos têm direitos iguais e a maioria vence nas decisões.
11. O cooperado deverá zelar e respeitar o espaço de trabalho e as funções designadas pelos Coordenadores.
12. O cooperado deverá zelar pelos equipamentos e materiais da Cooperativa, devendo assumir os custos se quebrar voluntariamente algum equipamento.
13. O cooperado não poderá fumar enquanto estiver trabalhando na esteira ou com os outros materiais; será lembrado que esta atitude não é adequada e caso persista ficará sujeito a penalidades.

14. É proibido sentar ou andar na esteira, como também atirar material que possa machucar alguém (sujeito à penalidade).

C - MATERIAIS

1. A triagem e a pesagem do material deverá seguir as orientações previamente estabelecidas pelo grupo.
2. Havendo muito material, poderão ser chamadas pessoas, não cooperados, das oficinas escola, das frentes de trabalho ou de albergues, para treinamento.

D - ESPAÇO FÍSICO E LIMPEZA

1. O espaço de trabalho deverá ser limpo, todos os dias, ao final do expediente.
2. Todos os cooperados devem colaborar e zelar pela limpeza e manutenção da COOPERE. Haverá escala para distribuição de tarefas e todos deverão estar envolvidos.
3. Deverá haver um grupo específico para manutenção semanal da esteira.
4. Os vestiários devem ser limpos diariamente e semanalmente haverá limpeza redobrada.
5. Todos os pertences individuais (roupas, sapatos, bonés etc.) encontrados fora dos armários, serão separados e descartados.
6. Haverá cobrança caso o armário individual seja danificado.

E - REUNIÕES E ASSEMBLÉIAS

1. Todos os cooperados deverão participar obrigatoriamente das comissões internas, onde serão discutidas e planejadas as atividades da Cooperativa e onde poderão colaborar com sugestões para melhoria do trabalho.
2. Todos deverão participar das Assembléias Ordinárias e Extraordinárias e das Reuniões mensais e extraordinárias, sempre que convocadas. Cabe a cada cooperado interessar-se e informar-se sobre tudo o que acontece na Cooperativa e de colocar sugestões para seu melhoramento.
3. O cooperado que não participar ou não estiver presente no dia da reunião, deverá aceitar as decisões tomadas pelo grupo.
4. Caso um cooperado discorde das decisões do grupo, somente poderá expor sua insatisfação na reunião seguinte ou, dependendo da gravidade do problema,

solicitar uma reunião extraordinária. Até que isto ocorra, deverá aceitar as decisões anteriores.

5. Haverá avaliação de desempenho dos cooperados, realizada pelos Coordenadores, sempre que necessário.

F - RETIRADA E VALE

1. A retirada será sempre no primeiro dia útil do mês trabalhado para pagamentos via créditos em conta, e no segundo dia útil para pagamentos em cheques.
2. Será destinado para o fundo da Cooperativa, 10% das vendas do mês; qualquer retirada deverá ser aprovada pelo Conselho Administrativo e Fiscal.
3. No dia 15 de cada mês estará disponível vale, com valor fixo e pré-determinado; se esta data coincidir com final de semana, será sempre no primeiro dia útil seguinte.
4. O cooperado deve estar ciente que para ter direito ao vale deve existir vendas no mês, ou seja, disponibilidade de caixa.
5. O cooperado somente terá direito ao vale integral do dia 15, **se trabalhar durante toda a quinzena.**
6. O Cooperado que tiver faltas, atrasos, baixa produtividade, comparecer alcoolizado ou drogado, perder o dia, entre outros haverá redução do vale, podendo ser de R\$ 150,00, R\$ 100,00, R\$ 50,00 ou nada.
7. Para os não cooperados que trabalharem como treinamento, será fixada taxa hora a título de contribuição individual, não havendo vales.
8. Os cooperados que tiverem 2 (duas) ou mais faltas não justificadas por mês, não receberão a mesma taxa hora paga aos cooperados que trabalharam o mês integral ou que tenham apresentado justificativa para a falta (limitada a 2 justificativas por mês). Para quem tiver 2 ou 3 faltas sem justificativa (incluindo penalidades), a retirada será sobre 90% das vendas; para quem tiver 4 ou 5 faltas sem justificativa (incluindo penalidades) a retirada será sobre 80% das vendas; para quem tiver 6 ou 7 faltas sem justificativa (incluindo penalidades) a retirada será sobre 50% das vendas; para quem tiver 8 ou 9 faltas sem justificativa (incluindo penalidades) a retirada será sobre 40% das vendas; para quem tiver 10 ou 11 faltas sem justificativa (incluindo penalidade) a retirada será sobre 20% das vendas. Todos os casos serão avaliados pelos coordenadores.
9. Os cooperados que tiverem 5 faltas justificadas no mês receberão sobre 80% das vendas e os que tiverem mais de 6 faltas justificadas receberão sobre 50% das

vendas e assim sucessivamente. Todos os casos serão avaliados pelos coordenadores.

G - JUSTIFICATIVA DE FALTAS

1. Só serão abonadas faltas:
 - a. Atestados médicos devido acidentes no trabalho – tempo que o médico determinar.
 - b. Atestado médico próprio ou de filhos (causados fora da Cooperativa) será abonado 1 (um) dia. Os dias restantes servirão apenas para justificativa de faltas, mas não serão pagos.
 - c. Só será considerada 1(uma) declaração de comparecimento em serviço de saúde (para o cooperado ou seus filhos) por mês. Na primeira declaração, se retornar ao trabalho (será observado o horário), as horas serão pagas integralmente; caso não retorne, será considerada falta justificada, mas perderá o dia. Se comparecer ao trabalho, a partir da 2ª declaração, ganhará as horas que trabalhou. No caso de muitos filhos, avaliação será feita pelos Coordenadores.
 - d. Declaração de escola dos filhos: limitada a uma declaração por mês, por filho. Retornando ao trabalho as horas serão pagas integralmente; caso não retorne, será considerada falta justificada, mas perderá o dia. A partir da 2ª declaração, ganhará as horas que trabalhou.
2. Os casos de tratamento médico onde é exigida freqüência maior de comparecimentos, serão avaliados pelos coordenadores.
3. Todas as faltas devem ter justificativas por escrito ou avaliadas pelos coordenadores.
4. O cooperado que faltar no dia e no dia seguinte da retirada mensal ou do recebimento do vale quinzenal e não apresentar justificativa coerente, receberá penalidade.

H – PENALIDADES

1. As penalidades serão aplicadas pelos coordenadores, de acordo com a Normatização, após reunião com o(s) cooperado(s) envolvido (s).
2. Provocações, falta de respeito etc. (Item 1 RELACIONAMENTO) – primeira vez, advertência por escrito; segunda vez suspensão por dois dias, terceira vez suspensão 15 dias, quarta vez retorno ao núcleo.

3. Atitudes que não colaborem com o trabalho – primeira vez, advertência por escrito mais um dia de suspensão; segunda vez, três dias; terceira vez suspensão 15 dias, quarta vez retorno ao núcleo.
4. Desrespeito aos coordenadores - primeira vez, advertência por escrito mais três dias; se continuar decisão dos coordenadores.
5. Comprovação de furto e uso ou porte de armas - afastamento direto da COOPERE, sem retorno.
6. Agressões físicas – retorno ao núcleo.
7. Uso ou porte de bebidas alcoólicas ou uso ou porte de drogas – além de perder o dia, se for na frente de um Coordenador mais três dias de suspensão. Se persistir tratamento ou retorno ao núcleo.
8. Não ter postura, leitura, fumar, sentar ou jogar material na esteira ou em qualquer outro local da Cooperativa, colocando em risco os colegas – primeira vez, advertência por escrito; se persistir poderá tomar suspensão.
9. Levar produto da Coopere para casa sem o conhecimento dos colegas – decisão dos coordenadores.
10. Atrasos: Depois de uma hora do início do trabalho, se não for por motivo justo ou não trouxer declaração, não poderá trabalhar. Caso saia, sem motivo justo, durante o horário de trabalho, perderá o dia. Permitido dois atrasos no mês, sendo 3º atraso advertência por escrito mais dois dias de suspensão, 5º atraso advertência mais 2 dias. Se persistir considera-se atitudes que não colaboram com o trabalho item 3 – terceira vez.
11. Não haverá reposição de horas por atrasos ou faltas. Só em mutirões marcados.
12. Muitas faltas justificadas serão avaliadas e os coordenadores decidirão.
13. Faltas não justificadas: na 2ª falta, uma semana de suspensão, na 3ª falta, quinze dias de suspensão; se persistirem, os coordenadores decidirão.
14. As faltas, sem justificativa, depois da retirada ou do vale – advertência por escrito e 3 dias de suspensão.
15. Faltar no dia do vale ou retirada sem justificativa – será considerada falta e só recebe quando retornar ao trabalho.
16. Horário de ir ao banco do 2º turno, somente para quem recebe em cheque, será das 15:00 às 16:00 horas, se for em outro horário perderá o dia.

17. Não retornar do banco em dia de vale ou retirada -na primeira vez perderá o dia, e receberá dois dias de suspensão; na segunda vez, três dias afastamento; na terceira vez, os coordenadores decidirão.
18. O Cooperado que pedir licença ou se afastar por mais de 15 dias (exceto motivo necessário avaliado) só retornará se houver vaga.
19. Quem não utilizar a camiseta ou uniforme deverá retornar para casa.
20. Críticas não construtivas ou tumultos durante a assembléia ou reuniões mensais será avaliado pelos coordenadores após término dos mesmos.
21. Outros casos não previstos nesta Normatização serão discutidos com os coordenadores

ANEXO 8 – Exemplo de holerite - Coopere

RECIBO DE RETIRADA MENSAL		
COOPERATIVA COOPERE-CENTRO		CNPJ 07.012.957/0001-05
		Mês agosto 2010
Nº	Nome do Cooperado	CPF
0	XXXXXXXXXXXXXXX	039.139.278-67
Total de horas	154,1	
Valor da hora	6,88	
TOTAL TRABALHADO	1060,21	
Desconto INSS 11%		116,62
Desconto de vales		50,00
Desconto de quinzena		230,00
Desconto camiseta		0,00
Desconto calças		0,00
Brecho		1,00
Desconto Luvas		0,00
Desconto Fone		0,00
TOTAL DE DESCONTOS		397,62
LÍQUIDO A RECEBER		662,59
Assinatura confirmando a retirada:		

ANEXO 9 – Tabela de atividades dos catadores de materiais recicláveis do CBO

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 5192 - Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável

Áreas	Atividades			
A COLETAR MATERIAL REICLÁVEL E REAPROVEITÁVEL	Puxar carroça, carrinho	Conduzir carroça de tração animal	Conduzir veículo (perua, caminhão)	Estabelecer roteiro de coleta
	1 CMR	2 CMR	3 CMR	4 CMR
	Coletar material nos pontos de coleta	Procurar material nas caçambas de rua	Fornecer recipientes para coleta(bags;containers,....)	Identificar pontos de coleta
	5 CMR	6 CMR	7 CMR	8 CMR
	Carregar carrinho, carroça, caminhão, perua			
	9 CMR			
B VENDER MATERIAL COLETADO	Acompanhar pesagem	Descarregar caminhão, perua, carrinho, carroça	Conferir material	Pesar material reciclável separado
	1 CMR SMR	2 CMR SMR	3 CMR SMR	4 CMR SMR
	Contar vasilhames(retornáveis/reaproveitáveis)	Colocar material na caçamba	Pesar caminhão	
	5 CMR SMR	6 CMR SMR	7 CMR SMR	
C SELECIONAR MATERIAL COLETADO	Triar material reciclável e não reciclável	Triar material reciclável por tipo (papel, vidro, ferroso, não-ferroso, plástico)	Triar material por qualidade (papel branco, papel arquivo, plástico mole, material fino não ferroso)	Colocar material não reciclável em contêineres, latões, sacos etc
	1 CMR	2 CMR	3 CMR	4 CMR
	Anotar material separado	Separar doações	Descartar rejeitos (lixo não reciclável)	
	5 CMR	6 CMR	7 SMR	
D PREPARAR O MATERIAL PARA EXPEDIÇÃO	Encher prensa de material	Acionar alavanca da prensa	Amarrar os fardos	Tirar cliques de papel
	1 OMR	2 OMR	3 OMR	4 SMR
	Tirar espiral de caderno	Tirar rótulos das embalagens plásticas	Ensacar material (alumínio, plásticos)	Operar triturador
	5 SMR	6 SMR	7 SMR	8 SMR
E REALIZAR MANUTENÇÃO DO AMBIENTE E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO	Fabricar carrinhos, carroça	Fazer manutenção do carrinho, carroça	Tratar animais	Limpar instalações da cooperativa
	1 CMR	2 CMR	3 CMR	4 CMR SMR OMR
	Limpar recipientes e locais de coleta	Limpar a prensa	Limpar a balança	Lubrificar equipamentos
	5 CMR	6 CMR OMR	7 CMR SMR	8 OMR

	Realizar pequenos reparos nos equipamentos 9 OMR			
F DIVULGAR O TRABALHO DE RECICLAGEM	Conversar com a população de porta em porta 1 CMR SMR OMR	Prestar informações sobre coleta seletiva e materiais recicláveis 2 CMR SMR OMR	Orientar sobre preservação do meio ambiente 3 CMR SMR OMR	Entregar folhetos 4 CMR SMR OMR
	Divulgar eventos 5 CMR SMR OMR			
G ADMINISTRAR O TRABALHO	Estabelecer parcerias com empresas, órgãos governamentais e ong 1 CMR SMR OMR	Comprar suprimentos 2 CMR SMR OMR	Negociar preços 3 CMR SMR OMR	Coordenar o trabalho dos cooperados 4 CMR SMR OMR
	Controlar gastos 5 CMR SMR OMR	Prestar contas 6 CMR SMR OMR	Definir escalas 7 CMR SMR OMR	Contratar serviços de manutenção de equipamentos 8 CMR SMR OMR
	Promover ajuda aos cooperados mais necessitados 9 CMR SMR OMR	Organizar cursos de capacitação para cooperados e familiares 10 CMR SMR OMR	Organizar eventos 11 CMR SMR OMR	Participar de reuniões, comissões e comitês 12 CMR SMR OMR
H TRABALHAR COM SEGURANÇA	Usar e.p.i. 1 CMR SMR OMR	Tomar vacinas 2 CMR SMR OMR	Realizar exames de saúde periódicos 3 CMR SMR OMR	Vestir uniforme 4 CMR SMR OMR
	Vestir faixa de sinalização cintilante (colete) 5 CMR SMR OMR	Vestir proteção contra chuva, sol (capas, bonés, sapatos, etc) 6 CMR SMR OMR		
Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS	Demonstrar prudência 1 CMR SMR OMR	Demonstrar paciência 2 CMR SMR OMR	Demonstrar perseverança 3 CMR SMR OMR	Valorizar-se como profissional 4 CMR SMR OMR
	Demonstrar espírito de prosperidade 5 CMR SMR OMR	Contornar situações adversas 6 CMR SMR OMR	Trabalhar em equipe 7 CMR SMR OMR	Demonstrar pró-atividade 8 CMR SMR OMR
	Demonstrar capacidade de improvisar 9 CMR SMR OMR	Demonstrar capacidade de atenção constante 10 CMR SMR OMR	Demonstrar solidariedade 11 CMR SMR OMR	

Legenda das ocupações da família

CMR - CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL

OMR - OPERADOR DE PRENSA DE MATERIAL RECICLÁVEL

SMR - SELECIONADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL